UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CULTURA E SOCIEDADE

VILBÉGINA MONTEIRO DOS SANTOS

CARTOGRAFANDO AS PRODUÇÕES DE SENTIDOS:
Recepção radiofônica do projeto político-identitário no Território do Sisal

Salvador-BA
2011

VILBÉGINA MONTEIRO DOS SANTOS

CARTOGRAFANDO AS PRODUÇÕES DE SENTIDOS: Recepção radiofônica do projeto político-identitário no Território do Sisal

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

Orientadora: Profª. Drª. Rita de Cássia Aragão Matos

Salvador-BA
2011

VILBÉGINA MONTEIRO DOS SANTOS

CARTOGRAFANDO AS PRODUÇÕES DE SENTIDOS: Recepção radiofônica do projeto político-identitário no Território do Sisal

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA:

_____
Profª Drª Rita de Cássia Aragão Matos (orientadora) - UFBA

_____
Prof. Dr. Braulino Pereira de Santana – UESB

_____
Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira - UFBA

A Marcos e a Mariaflor que me desafiam nas minhas certezas e me provocam a exercitar a delicadeza, amados da minha alma.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Tiago Santos Sampaio pela interlocução sempre presente, minimizando a solidão dos momentos da escrita.

A Rita Aragão pela leitura criteriosa e exaustiva do trabalho, mas, sobretudo pela generosidade no processo de orientação.

A Maurício Alonso pela amizade, animação e revisão acurada.

Aos professores Giovandro Ferreira (UFBA) e Márcia Rios (UNEB) pelas contribuições no momento da qualificação do projeto.

Ao Professor Leandro Colling (UFBA) pelas discussões travadas durante a disciplina Cultura e Identidade.

A Rádio Valente FM, ABRAÇO - Sisal, MOC, AMAC e CODES pela abertura à pesquisa.

Por fim, meus sinceros agradecimentos aos sujeitos que fizeram parte desta pesquisa pela disponibilidade em responder pacientemente ao questionário e se deslocarem sob uma temperatura de 40º, com o intuito de participar das discussões nos grupos focais.

RESUMO

O esforço empreendido no decorrer deste trabalho foi o de apresentar elementos teórico-conceituais e evidências empíricas visando à compreensão dos processos de recepção radiofônica ao projeto político-identitário do Território do Sisal por parte da comunidade valentense não vinculada diretamente aos movimentos sociais. A compreensão é alcançada a partir do entendimento da constituição histórica e cultural do Território do Sisal, bem como da política de comunicação implementada, da qual as rádios comunitárias são protagonistas. A combinação das técnicas - grupo focal, questionário, entrevistas semi-estruturadas, análise documental e observação direta - resultou numa proposta multimetodológica que proporcionou identificar a geração, a religiosidade, a proveniência (urbano ou rural) e a relação com a rádio Valente FM como mediações que se articulam e estruturam a recepção do projeto político-identitário de "Fibra e Resistência", proposto para o Território do Sisal. Os principais resultados da análise apontaram que os processos de identificação e *desidentificação* com o projeto identitário têm na mediação geração seu condicionante mais incisivo. No entanto, a religiosidade, para a geração Adultos (mais de 40 anos) e Jovens 2 (de 21 a 40 anos) e a proveniência, para a geração mais jovem, interferem de modo particular na produção de sentidos.

PALAVRAS-CHAVE: recepção radiofônica; identidade; rádio comunitária; movimentos sociais.

ABSTRACT

The effort undertaken in this paper was to present elements of theoretical conceptual and empirical evidence in order to understand the processes of radio's reception to the project of identity-political planning Sisal valentense by the community not directly linked to social movements. Understanding is achieved from some understanding of historical and cultural constitution of the Território do Sisal and communication policy is implemented, where community radios are protagonists. The combination of the following techniques: focus groups, questionnaires, semi-structured interviews, document analysis and observation, led to a proposal that provided multimethodological identify the generation, religion, origin (urban or rural) and the relationship with FM radio as Valente mediations that articulate and structure the reception of political-identity of "Fiber and Resistance", proposed for the Território do Sisal. The main results of the analysis have indicated that the processes of identification and *disidentification* with the identity project get generation in the mediation's condition more incisive. Religiosity, for generation Adults (40 years) and Young 2 (21 to 40 years) and provenance, to interfere with the younger generation especially in the production of meaning, however.

KEYWORDS: radio's reception, identity, community radio, social movements.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- NOVA DIVISÃO TERRITORIAL DA BAHIA – 2004..... 54
FIGURA 2- MAPA DO TERRITÓRIO DO SISAL..... 55
FIGURA 3- SÍNTESE DO PTDRS..... 62

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- **Grade programação da Valente FM (Segunda à Sexta-feira)**.... 78

TABELA 2- **Principais temas do DESTAQUE NACIONAL do Programa *Rádio Comunidade***..... 86

TABELA 3- **Número de notícias por editoria**..... 88

LISTA DE SIGLAS

ABERT- Associação Brasileira de Rádio e Televisão

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

ABRAÇO - SISAL - Associação de Rádios Comunitárias do Sisal

AMAC - Agência Mandacaru de Comunicação

ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações

APAEB - Associação dos Pequenos Produtores do Estado da Bahia

CEALNOR. - Central de Associações do Litoral Norte

CEB - Comunidade Eclesial de Base

CET - Coordenação Estadual de Territórios

CODES SISAL - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba

CPT - Comissão da Pastoral da Terra

FATRES - Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal

FETAG - Federação dos Agricultores e Agricultoras do Estado da Bahia

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia

FM - Frequência Modulada

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MOC - Movimento de Organização Comunitária

MST - Movimento dos Sem-Terra

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PDSTR - Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais

PTDRS - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal

S.A. - Sociedade Anônima

SASOP - Serviço de Assessoria a Organizações Populares

SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNEB - Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 12

2 NOVOS MAPAS TEÓRICOS: DESLOCAMENTOS CULTURAIS, COMUNICACIONAIS E METODOLÓGICOS..... 15
2.1 A RECEPÇÃO NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS LATINO-AMERICANOS..... 16
2.2 COMUNICAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS..... 23
2.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA..... 30

3 NOVAS CARTOGRAFIAS: REDEFININDO OS MARCOS HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS E CULTURAIS DO TERRITÓRIO DO SISAL..... 37
3.1 NAÇÃO, COMUNIDADE E REGIÃO: CATEGORIAS PARA PENSAR UM TERRITÓRIO..... 37
3.2 TERRITÓRIO DO SISAL: UM ESPAÇO LEGITIMADO PELO PODER PÚBLICO..... 46
3.3 UMA IDENTIDADE ESTRATÉGICA DE "FIBRA E RESISTÊNCIA"..... 55

4 MAPEANDO O CENÁRIO COMUNICATIVO: RÁDIO COMUNITÁRIA E CONSTRUÇÕES SIMBÓLICAS..... 60
4.1 A COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA PARA UMA IDENTIDADE ESTRATÉGICA: O EIXO COMUNICAÇÃO NO PTDRS..... 62
4.2 RÁDIO COMUNITÁRIA: A EXPERIÊNCIA DA VALENTE FM..... 72
4.3 A PRODUÇÃO SIMBÓLICA NO COTIDIANO POPULAR: O PROGRAMA *RÁDIO COMUNIDADE*..... 83

5 DESVELANDO O MAPA NOTURNO: MEDIAÇÕES NO CONTEXTO RECEPTIVO RADIOFÔNICO DO TERRITÓRIO DO SISAL..... 93
5.1 GERAÇÃO, RELIGIOSIDADE E PROVENIÊNCIA: MEDIAÇÕES "POR EXCELÊNCIA"..... 94
5.2 PRÁTICAS DE RECEPÇÃO: RESSEMANTIZAÇÕES DO PROJETO POLÍTICO-IDENTITÁRIO DE "FIBRA E RESISTÊNCIA"..... 99

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 127

REFERÊNCIAS..... 131
APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO DO PROGRAMA *RÁDIO COMUNIDADE*..... 139
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO..... 141
ANEXO A - ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E DE CULTURA VALENTE - 1999..... 144
ANEXO B - ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E DE CULTURA VALENTE - 2009..... 148
ANEXO C - PLANO DE COMUNICAÇÃO DO PTDRS..... 158

Introdução

A caminhada acadêmica percorrida durante este mestrado se revelou bastante desafiadora. Acostumada a percorrer espaços tendo às mãos a segurança de mapas que me guiassem, trilhar novos caminhos tendo apenas um *mapa noturno* para me direcionar foi, ao mesmo tempo, excitante e assustador. Eu, que entre os quatros elementos da natureza, sempre me identifiquei com *terra,* por suscitar imagens de segurança e firmeza, no elemento transitório como a *água* que me ancorei. Bachelard vê a *água* como um elemento ligado a um tipo de destino que se metamorfoseia incessantemente: "O ser ligado à água é um ser em vertigem. Morre a cada minuto, alguma coisa de sua substância desmorona constantemente" (BACHELARD, 2002, p. 7). A *água* é o elemento das misturas e, junto à *terra*, transforma-se em massa a ser modelada. Traduz experiências de fluidez e maleabilidade. Tem caráter feminino e de maternidade. Também irrompe violentamente nas ondas do mar, em seus constantes fluxos e refluxos. É de terra e de água, mas principalmente de sujeitos que se relacionam com esses elementos, que se forma a topografia deste estudo.

A minha chegada ao semi-árido baiano para atuar como docente no curso de Comunicação Social – Radialismo da UNEB, *campus* Conceição do Coité, é o ponto de partida dessa minha caminhada. Saber que fui convocada para ajudar na construção de um curso que foi objeto de conquista das lutas empreendidas pelos movimentos sociais local foi, no mínino, instigante. Tal fato sinalizava a relevância da comunicação para esses atores, mesmo em meio a problemas estruturantes como a expropriação de terras e a concentração e má distribuição das águas. A comunicação se revestia em fator estratégico no esforço de estimular a população local a participar do processo de desenvolvimento local sustentável, que possui entre os seus objetivos a mudança na imagem de inviabilidade e insustentabilidade construída em torno do semi-árido.

É nesse cenário, onde a região começa a ser apontada como um *locus* diferenciado de participação social, atribuída a uma ampla organização e mobilização de movimentos sociais, que se realiza um projeto político-identitário do Sisal, no qual há uma intensa disputa na re-significação de um imaginário sobre o local, sendo a rádio comunitária o principal instrumento de difusão. Dentro desse contexto, surgiu o interesse em saber como a comunidade local, especialmente aqueles que não possuem envolvimento direto com os movimentos sociais, estava recepcionando o projeto político-identitário do Sisal difundido pela rádio comunitária.

Ademais, o sistema comunicativo comunitário do Território do Sisal é muito expressivo: 17 rádios comunitárias, reconhecidas pela ABRAÇO - Sisal nos 20 municípios que o compõe. Dentro do universo de rádios comunitárias, a rádio Valente FM é representativa por ter sido a primeira rádio comunitária a se instalar no Território e ser a única [1] que possui a outorga definitiva, o que era garantia de seu funcionamento no período da pesquisa.

Uma vez que o termo "Fibra e Resistência", e a ideia de povo lutador e combativo que ele suscita, também fora apropriado por grupos políticos locais, sendo, a todo o momento, acionado, ao iniciar essa jornada, suspeitava que a identidade cultural construída pelos movimentos sociais e amplamente divulgada pelos meios de comunicação comunitários já se constituía como um discurso hegemônico Também supunha que, embora seja uma minoria (participante dos movimentos sociais) que atua estratégica e organizadamente, através das rádios, na produção de novos significados para o imaginário local, a comunidade ouvinte, através dos usos e apropriações na vida cotidiana, também entra na luta com estratégias de significação de pertencimento que ora se aproximam e ora se afastam das estabelecidas pelas rádios.

Assim sendo, o objetivo geral da pesquisa foi investigar os processos de recepção radiofônica ao projeto político-identitário de "Fibra e Resistência", forjado pela sociedade civil do Território do Sisal e amplamente divulgado pela rádio Valente FM. No que tange aos objetivos específicos, a presente pesquisa se propõe a entender a construção do projeto político-identitário de "Fibra e Resistência", a partir dos marcos históricos e políticos e cultural da região; compreender a política de comunicação comunitária implementada no Território do Sisal, enfatizando a atuação da rádio Valente FM e seu papel na construção desse projeto; e investigar as mediações que são ativadas pelos sujeitos na produção de sentidos referentes à "identidade de fibra e resistência".

Para me aventurar no terreno dos estudos da recepção midiática, escolhi as águas da perspectiva das mediações culturais nos estudos de recepção como meu guia. Esta escolha deve-se pela perspectiva de compreensão da relação entre cultura e meios de comunicação, dentro das pesquisas de recepção, mostrando que as mediações têm relação direta com o processo de comunicação. Nessa perspectiva, a recepção é tomada como um lugar de partida para refletir o processo comunicativo e não uma etapa demarcada de um modelo comunicaional. O *mapa noturno* utilizado para navegar nas águas das teorias das mediações foi construído com base na relação dialética entre o objeto de estudo e a pesquisadora, combinando métodos qualitativos e quantitativos, numa proposta multimetodológica que

1 Até o ano de 2008, época do planejamento da pesquisa, apenas a Valente FM possui outorga definitiva.

empregou técnicas como questionários, análise documental, entrevistas semi-estruturadas e grupos focais.

A combinação entre *terra* e *água* resultou na modelagem que se segue. No segundo capítulo, intitulado *Novos mapas teóricos: deslocamentos culturais, comunicacionais e metodológicos*, trato dos aspectos teóricos dos estudos de recepção latino-americanos e da comunicação comunitária como teoria da comunicação aplicada a esta pesquisa. Nele abordo as aproximações das noções de comunicação e de cultura, resultando nas mediações como objetos de estudo; bem como nas apropriações da comunicação realizada pelos movimentos sociais. Os procedimentos metodológicos da pesquisa também se encontram nesse capítulo.

Novas cartografias: redefinindo os marcos histórico-geográficos e culturais do Território do Sisal é o título do terceiro capítulo que, a partir das referências teóricas dos Estudos Culturais e das Ciências Sociais da contemporaneidade, aborda os elementos históricos, geográficos e políticos que construíram o Sisal como uma comunidade imaginada. Esse capítulo também traz subsídios teóricos para pensar a constituição da identidade como estratégia política e cultural a partir das demandas dos movimentos sociais.

O quarto capítulo, *Mapeando o cenário comunicativo: rádio comunitária e construções simbólicas*, buscou compreender o papel estratégico da comunicação comunitária no projeto político-identitário do Sisal. Para tanto, analisou-se o plano de comunicação comunitária desenvolvido pela sociedade civil local para o Território do Sisal, a experiência, a estrutura e a programação da rádio Valente FM, enfatizando o programa jornalístico *Rádio Comunidade*.

O quinto e último capítulo, denominado *Cartografando as produções de sentidos: as mediações no contexto receptivo do Território do Sisal*, destinou-se a apresentar a parte empírica da pesquisa, conhecendo o perfil e o contexto socioeconômico e cultural dos ouvintes e identificando quais mediações são ativadas em particular nesse processo receptivo. Nesse capítulo, investigo como as mediações identificadas se articulam e interferem na produção de sentidos referentes ao projeto político- identitário do Sisal.

CAPÍTULO II

Novos mapas teóricos: deslocamentos culturais, comunicacionais e metodológicos

A pesquisa de recepção, enquanto desenvolvimento de uma nova vertente nos estudos da comunicação, especialmente na América Latina, desponta com propostas que avançam na compreensão da relação entre comunicação e cultura. A comunicação é vista como um processo dialógico, onde há o reconhecimento do sujeito e de suas percepções como elementos significativos dentro do processo comunicativo. Sendo assim, os estudos mais recentes de recepção representam gradativamente uma entrada no cotidiano e no contexto sociocultural dos receptores, destacando os modos como eles usam e se relacionam com os meios de comunicação e sua programação. Para esses estudos, as questões micro e macro se inter-relacionam de modo integrado, ressaltando o valor de se compreenderem as diferentes influências culturais, de classe e contextualizações históricas no fenômeno comunicativo.

Ao lançar luzes na atividade do receptor, ganham relevo, portanto, a experiência e os aspectos relativos à produção de sentido e à luta pela hegemonia, pois é na esfera de circulação de discursos e sentidos que se produzem as representações sociais que vão fixar os sentidos e servir de modelo para a construção de identidades. É nessa perspectiva que no encontro entre a comunicação e os Estudos Culturais, enquanto campo de investigação, identifica-se uma forte inclinação em refletir sobre o papel dos meios de comunicação na constituição das identidades. Na dinâmica de re-elaboração de identidades, por sua vez, os movimentos sociais reivindicaram sua participação a partir de uma nova maneira de se relacionar com e se apropriar dos meios de comunicação de massa.

Este capítulo procura refletir sobre a recepção no contexto dos Estudos Culturais latino-americanos, considerando suas temáticas nodais: hegemonia, mediações e identidade, bem como discutir sobre comunicação e sua relação com os movimentos sociais, em seguida apresenta o processo metodológico da pesquisa.

2.1 Recepção na perspectiva dos Estudos Culturais latino-americanos

A partir da década de 1980, os estudos de recepção da mídia na América Latina consideram a cultura como um fenômeno indissociado dos processos de comunicação. Essa visão cultural dos meios de comunicação foi possibilitada pelos *cultural studies* da Universidade de Birmingham que, por sua vez, pretende "compreender a complexidade e as contradições da experiência cultural nas sociedades contemporâneas mirando os meios de comunicação não como um aparato ou instrumento, mas como constitutivos das próprias práticas sociais" (GOMES, 2004, p.228).

Tendo como "pais fundadores" Edward Thompson, Richard Hoggart e Raymond Williams e posteriormente, Stuart Hall, esse campo de estudos revela um leque de preocupações que abrangem as relações entre cultura, história e sociedade; entre essas preocupações está a cultura popular.

Sob a influencia gramsciana, os estudos sobre a cultura popular pretendiam responder indagações acerca da constituição de um sistema de valores e de um universo de sentido, e como esses mesmos sistemas contribuem para a constituição de uma identidade coletiva e como se articulam as dimensões de resistência e subordinação nas classes populares. O alargamento do conceito de cultura, que inclui práticas e sentidos do cotidiano, propiciou "uma segunda mudança importante: todas as expressões culturais devem ser vistas em relação ao contexto social das instituições, das relações de poder e da história" (ESCOSTEGUY, 2010, p.33).

A compreensão da cultura como um dos aspectos das práticas sociais que se torna efetiva na articulação de um todo social é central na incorporação do espaço da recepção como um lugar de circulação de sentidos, adquirindo valorização social e efetividade política. De fato, o forte tom político que os Estudos Culturais latino-americanos assumem está ligado ao momento conjuntural de redemocratização da sociedade e da intensa ação dos movimentos sociais, "que levaram adiante lutas contra a repressão e a discriminação, e também mobilizações dos setores populares da sociedade que lutavam pela apropriação de bens e serviços e pressionavam o sistema político a atender suas demandas sociais" (ESCOSTEGUY, 2010, p. 51). Do ponto de vista comunicacional, Escosteguy afirma ainda que

> a proposta teórica latino-americana, que entende a comunicação como uma questão de cultura, surge como tentativa de resposta à crise dos paradigmas

> existentes e, essencialmente, contra o olhar que reduz a comunicação a explicações causais e funcionais. O clima propício para esta mudança se dá na passagem dos anos 70 para os 80. Na década de 80, tais posicionamentos disputam espaços e vão se afirmando como uma proposta viável para compreender o papel dos meios, do Estado, e da cultura popular na sociedade; a relação de todos esses elementos e o processo de constituição da identidade, assim como sua articulação com as forças de globalização e desterritorialização (ESCOSTEGUY, 2010, p. 57).

Os conceitos de hegemonia e de intelectual orgânico, tal como propostos por Gramsci, investem na compreensão da recepção como *locus* de enfrentamento e resistência, marcando as diversas abordagens teórico-metodológicas dos estudos latino-americanos da recepção, nas quais Jesus Martín-Barbero, Nestor Garcia Canclini e Guillermo Orozco Gomes serão os primeiros expoentes. Todas essas abordagens terão em comum a revalorização do sujeito e a ênfase na atividade do receptor frente aos meios de comunicação. Lopes (2002) afirma que estes estudos realizaram-se no "bojo de um forte movimento teórico-crítico que procurava fazer uma reflexão alternativa sobre a comunicação e a cultura de massa através da perspectiva gramsciana". E acrescenta que uma "teoria complexa e multifacetada da recepção começou a ser desenvolvida, tendo como eixos básicos de reflexão o deslocamento dos "meios às mediações" e os processos de "hibridação cultural" (LOPES, 2002, p. 29).

Ao propor o deslocamento dos "meios às mediações", Martín-Barbero enfatizará o que denomina de "uso social dos meios", e irá revisar o processo da comunicação "desde o seu outro lado, o da recepção, o das resistências que aí tem seu lugar, o da apropriação desde os usos" (MARTÍN - BARBERO, 2006, p. 28), para tanto, necessita-se contemplar o estudo das instituições, organizações e sujeitos, das diversas temporalidades sociais e multiplicidades de matrizes culturais, logo, investigar o processo comunicativo "a partir das articulações entre as práticas de comunicação e os movimentos sociais" (MARTÍN - BARBERO, 2006, p. 29).

Jacks afirma que o "uso social dos meios" parte destas articulações que, por sua vez, nasce "da necessidade de entender a inserção das camadas populares latino-americanas no contexto entre o subdesenvolvimento e o processo acelerado de modernização, que implica o aparecimento de novas identidades e novos sujeitos sociais" (JACKS, 1999, p. 50). Jacks afirma ainda que

> Os usos, portanto, são inalienáveis da situação sociocultural dos receptores, que reelaboram, ressignificam, ressemantizam os conteúdos massivos conforme sua experiência cultural, a qual dá suporte para esta apropriação. A consideração de que o receptor também é um produtor é a principal mudança trazida por este enfoque da comunicação que privilegia o cotidiano como lu-

> gar a ser pesquisado e o consumo como categoria de análise (JACKS, 1999, p.51)

Nestor Garcia Canclini (1999) considerou o consumo como uma das dimensões do processo comunicacional, relacionando-o com práticas e apropriações culturais dos diversos sujeitos envolvidos nesse sistema. Afirmou que por meio do consumo os sujeitos transmitem mensagens aos grupos sócio-culturais dos quais fazem parte. Segundo Canclini, o consumo não deveria ser visto somente como uma posse de objetos isolados, mas também como "apropriação coletiva" desses objetos. Esse processo consideraria relações de solidariedade e, principalmente, de distinção, através de bens e mercadorias que satisfazem no plano biológico e no simbólico, servindo também para enviar e receber mensagens (CANCLINI, 1999, p. 88). Para o autor, consumir é participar de um cenário de disputas pelo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo. Para ele, o reconhecimento e a aceitação social dependem cada vez mais do consumo ou daquilo que se possua, ou seja, capaz de possuir.

O espaço de reflexão sobre o consumo, enquanto lugar de interiorização muda da desigualdade social, é o espaço das práticas cotidianas. No espaço das práticas cotidianas encontram-se desde a relação com o próprio corpo até o uso do tempo, o habitar e a consciência do que é possível ser alcançado por cada um. Por isso, a valorização que passou a ter o cotidiano, como lugar de captação do real. É através da proposta dos usos como operadores de apropriações sempre em relação a um sistema de práticas e instaurando a relação de sujeito com os outros que Certeau (1998) compreende os movimentos táticos como estruturados e estruturantes.

Certeau afirma que "as táticas do consumo, engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar em uma politização das práticas cotidianas" (CERTEAU, 1998, p. 45). Muitas das práticas cotidianas e das maneiras de fazer são do tipo tática e não estratégica. Tática, para Certeau, é uma série de procedimentos que constantemente utiliza as referências de um "lugar próprio" (um espaço que é controlado por um conjunto de operações, "estratégias", fundadas sobre um desejo e sobre um conjunto desnivelado de relações de poder). As táticas organizam um novo espaço, um lugar praticado, a possibilidade de existir no espaço do outro. As operações táticas fogem às operações de poder que tentam controlar o espaço social. Estratégia é o cálculo das relações de força "possibilitado pela posse de um lugar próprio, o qual serve de base à gestão das relações com uma exterioridade diferenciada" (CERTEAU, 1998, p.99). O ato estratégico assume uma posição de aparente equilíbrio em função da manipulação de relações de força, de uma configuração de posições a partir da

eliminação do fator tempo e desconsideração dos movimentos em determinados espaços. Essas operações se dão em uma relação de forças de referência polemológica. No entanto, táticas e estratégias fazem parte da tentativa de organização social dada a ausência de referentes universais.

Certeau alerta que não há uma lógica única que explique todas as artes do fazer, esse fazer que é oculto, sem discurso, da produção inserida no consumo, da criatividade dispersa, pois "as maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural". As práticas vividas no cotidiano e sua realização no social e cultural traduzem o reconhecimento, que parte da esfera subjetiva para se realizar na dimensão pública ou comum.

Nessa proposta, a cultura se desloca do âmbito da ideologia, isto é da reprodução, para o "campo dos processos constitutivos, e, portanto transformadores do social" (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.117). Assim, permite pensar o processo de dominação social como um processo em que uma classe hegemoniza na medida em que representa interesses que são reconhecidos como seus, de alguma forma, pelas classes subalternas.

> E 'na medida' significa aqui que 'não há hegemonia, senão que ela se faz e desfaz, se refaz permanentemente' em um 'processo vivido', feito não somente de força senão de sentido, de apropriação do sentido pelo poder, de sedução e de cumplicidade (MARTÍN-BARBERO, 2006, p.112).

O cultural aparece como campo estratégico de luta pela hegemonia. Assim sendo, Martín-Barbero considera a comunicação como espaço estratégico desde o qual devem ser pensadas as sociedades, especialmente as sociedades latino-americanas. Martín-Barbero e Canclini recolocam as relações entre comunicação e cultura, evidenciando a natureza negociada da comunicação e redimensionando o papel do receptor como sujeito ativo no processo de recepção. Martín-Barbero (2006), através da reconstituição histórica do processo de massificação, irá subtrair o peso absoluto que tinham os meios de comunicação no processo de massificação cultural, demonstrando que esse processo é anterior à indústria cultural, já que a urbanização, a igreja, a escolarização e a industrialização também são processos massificantes. Canclini (2000), por sua vez, irá legitimar o papel cultural dos meios de comunicação, igualando-o às demais manifestações, ao afirmar que a cultura contemporânea é híbrida, não é culta, não é popular e nem massiva.

A recepção é o espaço relacional "dos conflitos que articulam a cultura, das mestiçagens que a tecem, das anacronias que a sustentam e, por último, do modo em que

trabalha a hegemonia e as resistências que mobiliza" (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 240). É através das mediações que podem ser compreendidas as interações entre o receptor e o produtor. Para o autor, mediações são os lugares de onde "provêm as constrições que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da televisão"(MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 233). Compreende-se que mediação seja todo um conjunto de fatores que estrutura, organiza e reorganiza percepção e apropriação da realidade, por parte do receptor.

Em "Dos meios às mediações", Martín-Barbero (2006) propõe três instancias mediadoras a serem consideradas na análise da televisão: a "cotidianidade familiar", a "temporalidade social" e a "competência cultural".

A cotidianidade familiar é uma das mais importantes mediações para a recepção dos meios de comunicação, pois a família representa um lugar de conflitos e tensões que, reproduzindo as relações de poder da sociedade, faz com que os indivíduos manifestem seus anseios e inquietações. Essa mediação inscreve suas marcas no próprio discurso televisivo, através da "simulação do contato", quando a TV interpela a família, convertendo-a em seu locutor, e da "retórica do direto", dispositivos que organizam o espaço da televisão sobre o eixo "proximidade e da magia de ver" (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 296).

A competência cultural "é entendida como resultante do *habitus* de classe e relacionada a questões étnicas e de gênero" (RONSINI, 2007, p. 42). Essa mediação diz respeito a toda vivência cultural que o indivíduo adquire ao longo da vida, não apenas através da educação formal, mas por meio das experiências adquiridas em seu cotidiano. A temporalidade social refere-se às formas como a organização do tempo pela TV reproduz a mesma matriz cultural que organiza o tempo cotidiano - a da repetição e o do fragmento. Contrapõe o tempo do cotidiano ao tempo produtivo, este valorizado pelo capital. Para Martín-Barbero (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 298), a televisão também é organizada pelo tempo da repetição e do fragmento, incorporando-se, assim, ao cotidiano dos receptores.

Posteriormente, num texto intitulado "América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em Comunicação Social", o autor amplia sua concepção da "temporalidade" para além do tempo da TV, enfatizando os diferentes tipos de anacronias que em todas as sociedades convivem formações culturais com distintas temporalidades, ou seja, para o fato de que "em toda a sociedade convivem formações culturais arcaicas, residuais e emergentes" (MARTÍN-BARBERO, 1995, p. 44). Para o autor há uma multiplicidade de tempos e histórias coexistindo, com ritmos e lógicas próprias. Há temporalidades de classe, das raças, dos sexos, das gerações.

Ademais, além da heterogeneidade de temporalidades, o autor acrescenta três outras mediações, a saber, a mediação das novas fragmentações sociais e culturais, a mediação da exclusão cultural e a mediação das demandas sociais.

Martín-Barbero (1995) está interessado nas fragmentações sociais e culturais engendradas pelas tecnologias. A fragmentação entre jovens e adultos é hoje qualitativamente diferente de antes, por causa das novas sensibilidades, das relações introduzidas pelas novas tecnologias. Mais que um aparato, a tecnologia é um organizador perceptivo. O autor afirma que há um acúmulo de demandas sociais de comunicação que são expressas nos modos de ver, de escutar e de ler. Essas demandas traduzem a multiplicidade de atores da sociedade civil, e não têm sido contempladas nas políticas de comunicação na América Latina. Os processos de exclusão cultural, pelo menos segundo o autor, acontecem de três modos: pela deslegitimação e desqualificação do gosto popular, pela deslegitimação da cultura dos gêneros narrativos e pela deslegitimação dos modos populares de recepção, de desfrutar das coisas.

Martín-Barbero também elege os gêneros como mediação fundamental entre as lógicas do sistema produtivo e as lógicas dos sistemas de consumo e entre as lógicas do formato e as lógicas dos modos de ler, dos usos. Por isso, o gênero é a unidade de análise da cultura de massa. Para o autor, os gêneros são uma estratégia de comunicação e não apenas uma estratégia de produção. O sentido dos gêneros só pode ser entendido em termos de sua relação com as transformações culturais na história e com os movimentos sociais. Nos gêneros estão as regras que configuram os formatos dos vários produtos. E são esses formatos que tornam possível o seu reconhecimento pelos grupos receptores. No sentido trabalhado por Martín-Barbero, o gênero "é menos questão de estrutura e de combinatórias que de competência, (...) é uma estratégia de comunicabilidade, e é como marca dessa comunicabilidade que um gênero se faz presente e analisável no texto" (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 303).

Entende-se, então, que o processo de mediação estrutura a percepção de toda a realidade social, não somente da recepção de produtos das indústrias culturais. Sem dúvida, a identidade cultural integra as mediações. Só que a mídia possui um importante papel na constituição das identidades culturais. Então, pode-se dizer que os meios também compõem as mediações, o que contribui para dificultar tentativas de análises isoladas (JACKS, 1999).

A questão da identidade cultural é pensada por Martín-Barbero e Canclini como uma construção histórica, como uma luta por reconhecimento e políticas de utilização e estratégias. Canclini, por exemplo, defende que a identidade latino-americana está concebida na interculturalidade, nas intersercções. Para ele, a interculturalidade está sendo construída pelas culturas fronteiriças, migrações, turismos, dentro e fora dos meios de comunicação e, logo, nos modos

desiguais de apropriação desses meios. O autor afirma que identidade não se circunscreve apenas ao território, mas à ação sociocomunicacional, articulando local, regional, nacional, internacional e o pós-nacional.

O pesquisador tenta mostrar como os estudos sobre hibridação modificaram os modos de falar sobre identidade e cultura. Canclini (2000) propõe instigantes reflexões em torno do eixo tradição/modernidade/pós-modernidade, em que ressalta, como aspecto preponderante, a falta de uma política cultural moderna na América Latina. Para o pesquisador, o processo de hibridação cultural da América Latina decorre da inexistência de uma política reguladora ancorada nos princípios da modernidade e se caracteriza como o processo sócio-cultural em que estruturas ou práticas, que existiam em formas separadas, combinam-se para gerar novas estruturas, objetos e práticas. Esse hibridismo, desencadeador de combinatórias e sínteses imprevistas, marcou o século XX nas mais diferentes áreas, possibilitando desdobramentos, produtividade e poder criativo distintos das mesclas interculturais já existentes na América latina.

Ao propor um debate sobre as teorias da modernidade e da pós-modernidade para a América Latina, Canclini se ocupa tanto dos usos populares quanto do culto, tanto dos meios massivos de comunicação quanto dos processos de recepção e apropriação dos bens simbólicos. O entrelaçamento desses elementos veio a engendrar o que ele designou como "culturas híbridas".

Martín-Barbero compreende que o problema da identidade surge inscrita no movimento de profunda transformação do político visando à democracia. Seria a *redescoberta* do popular, ou seja, a construção de um novo sentido que reconhece as experiências coletivas e revaloriza as articulações e mediações da sociedade civil. Basicamente, o novo sentido adquirido pelos processos de transnacionalização, ao invés de atenuar, reforça uma valorização latino-americana do cultural. A *reconceitualização* da cultura confronta com uma experiência social na qual o popular é o fator de convergência comunitária. O autor defende que as relações de poder são produtos de conflitos concretos travadas no campo econômico e no terreno simbólico, e é nesse terreno que se articulam as interpelações a partir das quais sujeitos e identidades coletivas se constituem. No que diz respeito à política, o pesquisador acredita que estamos vivendo uma reconfiguração das mediações em que se constituem os novos modos de interpelação dos sujeitos e de representação dos vínculos que dão coesão à sociedade. Por isso, acrescenta,

> pensar a política a partir da comunicação significa pôr em primeiro plano os ingredientes simbólicos e imaginários presentes nos processos de formação

> de poder. O que leva a democratização da sociedade em direção a um trabalho na própria trama cultural e comunicativa da política. Pois nem a produtividade social da política é separável das batalhas que se travam no terreno simbólico, nem o caráter participativo da democracia é hoje real fora da cena pública que constrói a comunicação massiva. (MARTÍN – BARBERO, 2006, p.15)

Mais que objetos de política, a comunicação e a cultura constituem um campo estratégico de batalha política. É nesse cenário que os movimentos sociais irão travar uma nova relação com a comunicação.

2.2 Comunicação e Movimentos Sociais

Entre as décadas de 1970 e 1980, o conteúdo da comunicação desenvolvida pelos movimentos sociais estava voltado basicamente para a contestação do *status quo*, a conscientização política e para a organização dos grupos no intuito de promover transformações que significassem mudanças no contexto marcado pela produção capitalista. Atualmente, o foco das discussões se alterou para tratar de aspectos relacionados à informação, à educação, à arte e à cultura, com mais espaço para "entretenimento, prestação de serviços, participação plural de várias organizações (cada uma falando o que quer, embora respeitando os princípios éticos e normas de programação) e divulgação das manifestações culturais locais" (PERUZZO, 1998, p.152).

Esse quadro de transformações evidencia as demandas atuais em torno das novas preocupações dos movimentos sociais. Nesse contexto, ganham espaço as ideias voltadas para a própria organização estratégica das ações em comunicação com o intuito de melhor articular os grupos pertencentes a essas entidades e propiciar a viabilização dos seus objetivos. A própria discussão acerca das estratégias de mobilização social em suas relações com uma comunicação participativa, democrática e eficiente se ampliou como passo relevante para o amadurecimento e concretização dos planos de ação dos movimentos sociais.

Desse modo, as discussões em torno das estratégias de mobilização utilizadas pelos movimentos sociais aproximam-se de forma crescente do campo da comunicação, não mais apenas visualizado em suas dimensões exclusivamente técnicas, mas como espaço através do qual projetos de transformação comunitária podem ser viabilizados. Nesse sentido, a

comunicação emerge na contemporaneidade como instrumento voltado para consolidar a esfera pública enquanto lugar da discussão coletiva, democrática e participativa.

Claro que a configuração das políticas de comunicação no Brasil, assentadas na manutenção de uma perspectiva hegemônica de mercantilização da informação e bens culturais, diminuiu as possibilidades de expressão dos movimentos e entidades sociais por meio dos aparelhos de mídia. O monopólio da comunicação exercido pelas corporações de mídia possui desdobramentos sobre as esferas políticas, sociais e culturais e a sua existência isolada, enquanto modo hegemônico de produção e distribuição de informações, gera consequências diretas ao perpetuarem o preconceito e o desconhecimento da relevância dos movimentos sociais para a implantação de políticas de comunicação afinadas com os avanços democráticos. Segundo Arbex Jr. esta configuração

> impede o debate plural e democrático das ideias, torna invisível – quando não 'demoniza' – atores e movimentos sociais, padroniza comportamentos, constrói percepções e consensos segundo critérios e métodos não transparentes e não submetidos ao controle das sociedades (ARBEX JR., 2003, p. 285).

Este quadro conduziu os movimentos a buscar mudanças e canais alternativos de comunicação e expressão, aspecto que caminhou paralelamente com o fortalecimento destes movimentos e da sociedade civil após a redemocratização.

A partir da década de 1980, o desafio imposto para a sociedade civil e suas entidades representativas em relação à comunicação gravita em torno de questões relacionadas à posse, acesso e produção de informação em circuitos midiáticos, tendo em vista a manutenção e a ampliação dos espaços conquistados. Desde então, a luta pelos direitos de informação, expressão e comunicação tem sido constante por parte de diversas entidades e movimentos sociais.

Essas lutas se caracterizam por serem manifestações com objetivos explícitos de promover a conscientização, a organização e a ação de segmentos das camadas subalternas, visando à satisfação dos seus interesses e suprir suas necessidades. Para isso, tem como princípios uma identidade conservada pela manutenção de ideais razoavelmente delimitados e metas societais, além de também ser comum a delimitação da ideia de adversários a serem combatidos (CASTELLS, 1999). Dentre os objetivos seus mais específicos podemos mencionar a busca pela melhoria do nível de vida, através do acesso às condições de produção e consumo de bens de uso coletivo e individual; a promoção do desenvolvimento educativo e

cultural das pessoas; a preservação ou recuperação do meio ambiente; a luta pela garantia de participação política. Aspectos que em última instância podem ser sintetizados na ampliação das conquistas individuais e coletivas de cidadania para o conjunto dos segmentos excluídos da população.

O percurso da redemocratização brasileira ampliou as possibilidades de participação destes movimentos por meio das quais diversos dos objetivos mencionados passaram a ganhar visibilidade e se concretizar enquanto expressão legítima dos grupos minoritários. O aumento da participação dos movimentos sociais foi viabilizado em parte considerável pelo amadurecimento das discussões sobre o direito à comunicação, materializado em diversos instrumentos legais, dentre os quais figura a Carta Magna. Os instrumentos legais não têm garantido, no entanto, o poder de comunicação, enquanto oportunidade de informar e ser informado. Isso porque o direito de expressão por "quaisquer meios" no texto constitucional soa vago e não assegura o direito de acesso do cidadão e dos movimentos sociais às condições pelas quais podem ser emissores, produzindo e difundindo conteúdos, condição essencial da comunicação numa perspectiva comunitária.

Essa possibilidade perpassa o movimento maior de democratização da comunicação, que tem como princípio priorizar a participação expressa pelo uso e apropriação dos meios de comunicação de modo a favorecer o exercício da isegoria, ou seja, o direito de se manifestar e ser ouvido. A consolidação desse aspecto encontra entraves justamente pelas políticas de comunicação brasileiras estarem orientadas de modo a indispor a participação política igualitária dos cidadãos e inviabilizar o debate plural nas esferas midiáticas institucionais por meio da qual as concepções que representam os movimentos sociais poderiam ser ouvidas massivamente. Portanto, a democracia no poder de comunicar emerge como condição e caminho para ampliação da cidadania em sua dimensão cultural, econômica e política.

A configuração e o fortalecimento da sociedade civil aumentaram as discussões acerca dos direitos coletivos, da cidadania e da potencialidade da comunicação como instrumento de mobilização social, o que, paulatinamente, deixou mais evidente que a democratização dos sistemas de comunicação está ligada ao movimento mais geral da democratização da sociedade como um todo. O caminho, no entanto, pode ser na ordem inversa, uma vez que os meios também podem contribuir para a construção da consciência democrática e para o exercício da cidadania (HENRIQUES, 2007).

Diante disso, os movimentos sociais descobriram a necessidade de apropriação pública de *técnicas* (de produção jornalística, radiofônica, estratégias de relacionamento com o público) e de *tecnologias da comunicação* (instrumentos de transmissão e recepção de

conteúdos) para poderem se fortalecer e realizar os objetivos propostos. O uso dos meios de comunicação se tornou, assim, uma necessidade imperativa para os movimentos se relacionarem entre si e com os seus diversos públicos (PERUZZO, 1998). O alcance de uma maior visibilidade das ações dos movimentos sociais perpassa, então, o domínio de conhecimentos ligados ao cenário contemporâneo da sociedade da informação marcado pela penetrabilidade que os meios de comunicação adquirem como mecanismos de produzir coletivamente conhecimentos e transmiti-los segundo a dinâmica participativa das redes (CASTELLS, 1999).

O caráter estratégico dos meios de comunicação para o alcance dos objetivos passou, nesse contexto, a se materializar pelo conhecimento crescente das técnicas advindas de diversas áreas da comunicação, sendo a elas agregadas um caráter que se acopla às perspectivas de ação dos movimentos sociais. Diversas noções do campo comunicacional tornaram-se, assim, mais que conceitos para se converterem em instrumentos por meio dos quais são definidas estratégias de mobilização social que incluem, por sua vez, fatores como organização, articulação e estabelecimento de parcerias entre diversos grupos.

Entende-se, portanto, a mobilização a partir da sua premente ligação com a comunicação e, de acordo com Toro e Werneck (1996), como a convocação das vontades para um propósito determinado de transformação social, viabilizada pelos movimentos sociais a partir da planificação dos fluxos de informação e utilização estratégica dos canais e demais recursos comunicativos voltados para gerar integração e confluência das ações destinadas a promover mudanças sociais, em níveis mais imediatos e de abrangência mais pontual ou ainda visando o alcance de objetivos de maior extensão.

A potencialidade da comunicação como modo de viabilizar estratégias de mobilização social tem se materializado, portanto, em diversos espaços acadêmicos, profissionais e, de maneira crescente, no campo da atuação comunitária, dentre os quais podemos mencionar: a- o próprio desenvolvimento das mídias comunitárias; b- as técnicas de educomunicação rural e urbana; c- a extensão universitária voltada para a instrumentalização das comunidades no sentido de melhor utilização de técnicas de comunicação e mais especificamente aquelas presentes nas habilitações da comunicação como as Relações Públicas, Radialismo, Jornalismo, Publicidade e Propaganda etc. Dentre os nichos específicos de atuação, a comunicação organizacional tem propiciado ainda a utilização de instrumentos de comunicação voltados para a melhoria da gestão dos processos organizacionais.

A perspectiva da comunicação realizada pelos movimentos sociais transcende, assim, os domínios técnicos das diversas possibilidades de atuação no campo comunicacional e passa

a ter um comprometimento no sentido de estar a serviço de uma finalidade social e estar estruturada em uma lógica não instrumental, dialógica, participativa e democrática. Através dessa lógica, é possível exercer um debate contínuo, aberto e plural sobre questões sociais relevantes e buscar a construção coletiva de soluções para os problemas que afetam o todo social. Essa comunicação não age, no entanto, como modo de provocar o arrefecimento dos conflitos, mas uma vez que percebe sua inevitabilidade os aproveita como modo de problematizar e maturar as decisões dos grupos envolvidos a fim de encontrar as melhores saídas para os obstáculos que impedem o desenvolvimento coletivo. De acordo com essa perspectiva, o dissenso é percebido como oportunidade de ampliar a coletivização das ideias, promover discussões e aprimorar o tratamento democrático por meio da participação dos sujeitos em uma comunicação plural (SENNETT, 2007).

O respeito à dialogicidade pode, desse modo, colocar em prática a razão comunicativa, enquanto conhecimento gerado pela discussão coletiva, na qual o papel de legitimação de um saber polarizado em poucos sujeitos perde a importância para dar lugar ao saber construído e partilhado coletivamente (HABERMAS, 1992). Trata-se mesmo de uma transformação da perspectiva comunicacional que se desloca da tradução de um processo linear de transmissão, tributário de uma estrutura engessada e comprometida em manter a demarcação dicotomizada dos lugares emissor-receptor para uma visão por meio da qual a comunicação representa um constante revezamento entre estes lugares e o receptor não significa mais subalternidade, mas uma intensa atividade interpretativa e de participação na produção simbólica. Segundo Kaplún (1999), a comunicação é pensada de acordo com essa perspectiva centrada no processo, logo nas relações de aprendizagem que engendra, e não somente nos efeitos que dela decorrem ou nos conteúdos produzidos. A visão utilitarista de uma comunicação como modo de se alcançar um fim também tem sua relevância como meio, em sua acepção ampla para conotar os processos sociais e culturais nos quais as significações são tecidas.

A relação entre a comunicação e os movimentos sociais está, dessa maneira, inserida no contexto em que o "popular" ganha evidência, não mais como uma noção essencializada e sim interpretada como uma instância que não se isola na recepção, mas que age como produtora (MARTÍN-BARBERO, 2006). A redefinição do popular permite pensar a importância da diversidade, da pluralidade enquanto fatores presentes em atos comunicativos indispensáveis para os processos de (re)construção da cultura e identidades dos sujeitos.

Um dos princípios básicos da comunicação diferenciada utilizada pelos movimentos sociais refere-se à atenção voltada para a geração de vínculos entre aqueles que dela participam. Segundo essa lógica, a comunicação não se constitui apenas como modo de

promover a veiculação informativa de forma unidirecional, mas como instrumento de ampliar a coesão dos membros envolvidos (COGO, 2006).

Tal aspecto permite uma mudança de atitude por meio da qual as estratégias de mobilização social podem ocorrer e suscitar processos de identificação nos quais os sujeitos sentem-se co-responsáveis com as causas defendidas pelos movimentos. Passa-se, então, ao sentimento de ter parte, o que significa a consolidação do senso de pertencimento, em lugar de fazer parte ou tomar parte que significam, respectivamente, um envolvimento involuntário com determinada instituição ou a adesão instável e esporádica às causas dos movimentos (BORDENAVE, 1987).

As estratégias para mobilização social incluem, por meio da comunicação, a geração de co-responsabilidade e participação institucional, isto é, a ampliação do grau de envolvimento dos sujeitos em relação aos movimentos e suas causas, bem como o atendimento de diversos requisitos que envolvem a difusão de informações, a promoção da coletivização, o registro da memória dos movimentos, o planejamento das ações e a definição de políticas de comunicação bem delineadas e em consonância com as finalidades institucionais dos movimentos. Essas atribuições transcendem as dimensões técnicas e estéticas da comunicação, o que exige pensá-la ainda segundo suas dimensões éticas e políticas (HENRIQUES, 2007).

Guarda-se a expectativa na prática de uma comunicação participativa e democrática como meio de viabilizar a mobilização social e como ferramenta de promoção da participação popular nas ações dos movimentos sociais. Essa participação é construída dentro de uma dinâmica de engajamento social mais amplo em prol do desenvolvimento social e que tem o potencial de, uma vez efetivada, ajudar a mexer com a cultura, a construir e reconstruir valores, contribuir para maior consciência dos direitos humanos fundamentais e dos direitos de cidadania, a compreender melhor o mundo e o funcionamento dos próprios meios de comunicação. Revelam-se, assim, como espaço de aprendizado das pessoas para o exercício de seus direitos e a ampliação da cidadania (KUNSCH, 2007).

Numa instância mais genérica, a participação popular tem como objetivos a autopromoção, a realização da cidadania, o controle do poder, a moderação da burocracia e a prática da negociação, e a construção de uma cultura democrática (DEMO, 1988). A comunicação que permite viabilizar um projeto de participação ampliada por parte dos movimentos sociais se torna possível em sua perspectiva comunitária, enquanto estratégia de abertura de novos canais de socialização da informação e do conhecimento. Para a efetivação de tal propósito é preciso atender aos requisitos de valorização da prática da auto-expressão;

do envolvimento coletivo e do intercâmbio de temas próprios ao grupo que podem ser convertidos em instrumentos para organização e mobilização social (BORDENAVE, 1993).

A participação se torna uma possibilidade passível de ser consolidada no ambiente da comunicação comunitária, pois os meios orientados nessa perspectiva estão mais facilmente ao alcance da população, se comparados com a grande mídia. Primeiro, porque se situam no ambiente em que as pessoas vivem, conhecem a localização e podem se aproximar mais facilmente. Processo que é facilitado quando a comunicação se realiza a partir de organizações das quais o cidadão participa diretamente ou é atingido por suas ações. Segundo, porque se trata de uma comunicação de proximidade. Ela tem como fonte a realidade e os acontecimentos da própria localidade, além de dirigir-se às pessoas da "comunidade", o que permite construir identificações culturais. Afinal, a familiaridade é um dos elementos explicativos da mídia que visa a proximidade como característica distintiva.

A participação popular nas experiências mais avançadas de comunicação comunitária representa um avanço significativo na democracia comunicacional. Ela é essencial nas organizações populares porque pode se constituir na diferença que ajuda a ampliar o exercício da cidadania. A comunicação comunitária tem o potencial de contribuir para a ampliação da cidadania não só pelos *conteúdos* crítico-denunciativo-reivindicatórios e anunciativos de uma nova sociedade, mas pelo *processo* de fazer comunicação.

Por seus *conteúdos*, a comunicação pode dar vazão à socialização do legado histórico do conhecimento, facilitar a compreensão das relações sociais, dos mecanismos da estrutura do poder, uma vez que ajuda a compreender melhor os trâmites da política, dos assuntos públicos do país, esclarecer sobre os direitos da pessoa humana e discutir os problemas locais.

Pelos processos que envolvem a mobilização de novos saberes ajustados à dinâmica coletiva voltada para a transformação das condições de vida local (KAPLÚN, 1999), a participação na comunicação é, portanto, um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a pessoa tornar-se *sujeito* de atividades de ação comunitária e dos meios de comunicação ali forjados, o que resulta num processo educativo.

Voltada para a participação comunitária, e em consonância com os projetos políticos dos movimentos sociais, a comunicação objetiva promover a autoconscientização comunitária, por meio da qual a comunidade se enxerga como sujeito partícipe do processo produtivo e a reflexão comunitária, na qual, voltando-se para si, os sujeitos se percebem inseridos na coletividade. A participação popular é, dessa forma, algo construído dentro de uma dinâmica de engajamento social mais amplo em prol do desenvolvimento social. Alinhada à comunicação, tem o potencial de ajudar a transformar a cultura, reconstruir

valores, contribuir para maior consciência dos direitos humanos fundamentais e dos direitos de cidadania, a compreender melhor o mundo e o funcionamento dos próprios meios de comunicação. Revela-se assim como espaço de aprendizado das pessoas para o exercício de seus direitos e a ampliação da cidadania.

2.3 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

Para trilhar os caminhos desta pesquisa e alcançar os objetivos pretendidos uma proposta multimetodológica foi adotada. Na composição dos procedimentos metodológicos foi utilizada a triangulação de métodos que resultou na combinação do método quantitativo e da pesquisa qualitativa. Os procedimentos metodológicos que embasam esta investigação foram aplicados em duas unidades: a unidade de análise e a unidade de estudo.

1- Unidade de análise: representada pelos sujeitos participantes dos grupos focais. Ao todo foram 20 sujeitos, residentes no município de Valente.
2- Unidade de estudo: representada pelo *corpus* de 10 edições do Programa jornalístico *Rádio Comunidade* da Valente FM e pelo Plano de Comunicação para o Território do Sisal do CODES.

Sendo assim, basicamente a pesquisa se estruturou em duas fases, a saber:

Fase Quantitativa: realizada entre os meses de maio e junho de 2009.

A escolha do método quantitativo via questionário foi uma estratégia utilizada para sanar uma primeira dificuldade da pesquisa: a seleção dos sujeitos que comporiam os grupos focais. Era necessária uma prévia aproximação com o universo pessoal desses sujeitos e o questionário se tornou uma ferramenta de aproximação e sondagem do sujeito receptor.

No método quantitativo aplica-se um questionário simples com perguntas de múltipla escolha[2] estruturada em três eixos, a saber; a- "receptor: perfil e contexto", b- "receptor e consumo dos meios" e c- "receptor e sua relação com a rádio Valente FM".

O eixo "receptor: perfil e contexto" visa obter dados sociais, econômicos, familiares e profissionais dos entrevistados. O eixo "receptor e consumo dos meios" visa conhecer o contato dos entrevistados com os meios de comunicação. O eixo "receptor e sua relação com

2 O modelo do questionário aplicado encontra-se no apêndice.

a rádio Valente FM" buscou saber a frequência de audiência, a preferência na programação e o destaque que poderia dar a rádio.

Utilizou-se o questionário para definir a amostra não-estatística de representatividade social da pesquisa qualitativa. Para efetuar a pesquisa quantitativa, foi realizado um recorte aleatório da amostragem priorizando o local de residência (zona rural ou urbana) como fonte de informação. A amostragem não-probabilística de conveniência foi privilegiada dado o objetivo da pesquisa em estudar relações entre as variáveis, ou seja, importa ver as relações entre consumo dos meios de comunicação, situação socioeconômica e proveniência (se residem em meio rural ou urbano) e não levantar dados estatísticos de consumo dos meios de comunicação.

Dessa maneira, aplicamos uma média de 87 questionários à população da cidade de Valente, incluindo a sede do município e os povoados rurais. É importante ressaltar que a condição de ouvinte da rádio foi o critério essencial utilizado para responder ao questionário, por não atender a este critério 13 questionários foram descartados. Outros quatro questionários foram eliminados por não possuir dados pessoais completos, o que dificultaria o contato com o sujeito caso escolhido para compor o grupo focal. Sendo assim, restaram 70 questionários válidos para a análise, sendo 44 respondidos por sujeitos moradores da zona rural e 26 moradores da zona urbana.

Na sede do município os questionários foram aplicados no centro da cidade, por possuir uma maior aglomeração de pessoas de vários bairros da cidade no mesmo local. Na zona rural, os questionários foram aplicados nos seguintes povoados: Valilândia, Queimada do Curral, Tanquinho, Recreio e Santa Rita. A escolha dos povoados considerou o alcance das ondas da rádio Valente FM, sendo que nos povoados de Valilândia e Queimada do Curral a Valente FM não possui bom alcance, tendo dias em que a sintonização se torna difícil. Essa condição permitiu que outras emissoras surgissem, competindo com a Valente FM nesses povoados, a exemplo da Planeta FM e a rádio Valilândia que só possui alcance nessas localidades.

Fase Qualitativa – Composta por quatro técnicas de coletas de dados, basicamente:

a- Entrevista semi-estruturada;

b- observação direta;

c- análise documental; e

d- grupo focal.

a- Entrevista semi-estruturada com dirigentes e produtores da Rádio Valente FM e membros do GT de Comunicação do CODES

O emprego dessa técnica objetivou conhecer o projeto político-identitário promovido pela sociedade civil e divulgado pela rádio Valente FM. Também buscou-se saber a opinião dos produtores e dirigentes da rádio sobre questões específicas da produção do programa.

As entrevistas semi-estruturadas foram concebidas a partir de um roteiro com pequeno número de perguntas abertas, registradas com o recurso de um gravador digital. O roteiro das perguntas era um guia no direcionamento da entrevista, não havia rigidez na ordem das questões ou mesmo na necessidade de que todas as perguntas fossem realizadas. Nesse sentido, as entrevistas foram realizadas muito mais nos moldes de uma conversa, de um diálogo aberto, do que em um esquema rígido de perguntas e respostas. As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2008 a agosto de 2009 e teve os seguintes sujeitos entrevistados:

- Diretor da rádio Valente FM, José Melquíades;
- Coordenador de jornalismo da rádio Valente FM, Cleber Silva;
- Repórter da rádio Valente FM, Toni Sampaio;
- Diretor executivo do CODES, Waldir Farchomini;
- Membros do GT de Comunicação do CODES: representante da ABRAÇO- Sisal, Arlene Silva; representante do MOC, Naiara Silva e representante da AMAC, Camila Oliveira.

As informações obtidas com essa técnica compõem o texto dos capítulos 3 e 4 deste trabalho.

b- Observação direta do processo de produção do programa *Rádio Comunidade* e do funcionamento da emissora.

Essa técnica teve objetivo de saber as circunstâncias reais de produção do programa e as rotinas empregadas na produção do conteúdo noticioso.

As visitas à rádio ocorreram nos meses de abril e maio de 2009. Nessa época, foram também realizadas as gravações dos programas - ao todo 10 programas- compreendendo uma semana do mês de abril e uma semana do mês de maio. Para materialização desse *corpus* e melhor visualização da estrutura do programa, foi realizada a roteirização (transcrição) dos programas gravados a partir da audição dos mesmos. Alguns exemplos desses roteiros compõem o apêndice.

As análises realizadas com essa técnica buscaram apresentar alguns elementos da produção do programa para efeito de visualização e entendimento do processo da recepção, e se encontram no capítulo 4.

c- Análise documental realizada no Plano de Comunicação desenvolvido para o Território proposto pelo Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do CODES SISAL.

Essa técnica objetivou compreender o papel estratégico que a comunicação exerce no projeto político-identitário empreendido pela Sociedade Civil através do CODES SISAL. As análises desse plano encontram-se descritas no capítulo 4.

d- Grupos focais com os receptores da Valente FM.

A escolha do grupo focal justifica-se por permitir apreender diferentes visões de determinados temas, ou mesmo quando se quer entender em profundidade um comportamento dentro de um grupo determinado.

O grupo focal é caracterizado pela discussão entre participantes de um grupo convidado/convocado seguindo roteiro pré-estabelecido. Para Morgan (1997), o específico dessa técnica reside no fato de os participantes fazerem perguntas uns aos outros e explicarem suas posições de forma recíproca. Adotamos essa técnica para compreender a produção de sentidos no contexto da recepção corroborando com Rocha e Marques, que defendem como as relações comunicativas geradas pelo grupo focal podem evidenciar dimensões da experiência cotidiana relacionadas à construção de identidades, à ação política e ao questionamento de representações midiáticas. Para as autoras, o grupo focal vai além de uma troca de opiniões entre os participantes e propicia

> [...] saber como eles vivenciam aquelas representações ali expostas no seu cotidiano e transportam tal interpretação para fazer seu agir político. [...] vincular o grupo focal a certa concepção da política enquanto atividade cotidiana de construção coletiva dos significados e sentidos sociais que regem as relações entre sujeitos que, reflexivamente, trocam pontos de vista de modo a buscar entender o outro, a própria condição e seu lugar no mundo. (ROCHA e MARQUES, 2006, p.40)

Na perspectiva de uma pesquisa de recepção na qual a produção de sentidos é o cerne, parece plausível buscar compreender essa produção também na interação entre sujeitos de configurações distintas. Parece ser esta uma possibilidade de

> [...] recriar situações de conversação cotidiana, de ocasiões sociais em que as habilidades críticas dos participantes emergem no momento em que encontram reunidos para trocarem experiências, pontos de vista, argumentos acerca de um determinado tema ou assunto. (ROCHA e MARQUES, 2006, p.40)

Diante do exposto, o grupo focal objetivou discutir e revelar experiências, sentimentos, percepções e preferências relativas aos elementos da identidade cultural proposta pela Sociedade Civil e veiculadas pelo programa radiofônico.

Os resultados da pesquisa quantitativa permitiram uma orientação mais clara para a fase qualitativa através dos grupos focais. A partir das informações e das pistas obtidas com base no questionário, selecionaram-se os sujeitos-informantes que comporiam o grupo focal. Primeiro, verificou-se na fase quantitativa quem teria interesse em participar do grupo, depois foram considerados os critérios: faixa etária e proveniência (rural ou urbano). Esses critérios foram adotados, pois, na análise dos questionários, o fator geracional e de proveniência se sobrepuseram como condicionantes importantes na atribuição de sentidos na recepção. O passo seguinte foi organizar os 20 sujeitos- informantes selecionados para os grupos de discussão.

Foram realizados três grupos focais divididos pela seguinte classificação etária: Jovens 1 (até 20 anos), Jovens 2 (de 21 a 40 anos) e Adultos (mais de 41 anos). Cada grupo teve média de 06 a 08 participantes, buscando o equilíbrio entre gênero e proveniência. Vale ressaltar que os próprios percalços da pesquisa são responsáveis por alguns delineamentos do grupo. Uma vez que, apesar de confirmada a presença no dia e horário agendados com antecedência, e garantida a locomoção (ida e retorno) dos sujeitos-informantes até o local da realização do grupo, algumas pessoas não compareceram. No entanto, prevendo a possibilidade desse acontecimento, foram convidados cerca de 12 sujeitos-informantes para cada grupo, na intenção de garantir a participação de pelo menos 06 sujeitos em cada grupo.

O grupo focal Adultos foi realizado em 05 de Dezembro de 2009 e teve a participação de 07 pessoas (02 mulheres e 05 homens). Todos os participantes desse grupo trabalham ou trabalharam na agricultura. 02 participantes residem na sede da cidade e os demais moram nos povoados rurais.

O grupo focal Jovens 2 foi realizado em 12 de Dezembro de 2009 e contou com 06 participantes na discussão. Foram 03 homens e 03 mulheres, sendo 02 dos povoados rurais e 04 da sede da cidade. Entre as atividades profissionais exercidas estavam 01 servidor público da prefeitura, 01 professora de programas especiais do Estado, 01 comerciário, 01 operário da APAEB, 01 trabalhador rural e 01 pequeno agricultor.

O grupo focal Jovens 1 foi realizado em 01 de outubro de 2010 com a participação de 08 sujeitos-informantes (sendo 3 homens e 5 mulheres). Todos são estudantes do ensino

médio, sendo 3 provenientes dos povoados rurais e 5 da sede da cidade. 3 exercem alguma atividade profissional.

O distanciamento da realização do grupo focal Jovens 1 dos outros se deveu a dois fatores:

1- os sujeitos informantes estavam envolvidos com o Enem no período de realização dos outros grupos, mostrando-se indisponíveis para contribuírem com a pesquisa;

2- A pesquisadora estava em estágio avançado de gestação e em seguida no puerpério. Sendo assim, a efetivação do grupo focal só foi possível na data supra-citada, não havendo prejuízo para a pesquisa.

A sistemática dos grupos focais adotada foi a seguinte:

1- Apresentação da pesquisadora e dos objetivos do encontro;

2- Apresentação dos participantes;

3- Audição de trechos do programa *Rádio Comunidade*;

4- Discussão entre os participantes;

5- Elaboração de um relatório com o resumo de informações, e impressões obtidas no grupo focal e suas implicações para a pesquisa.

O papel da pesquisadora foi o de promover a participação de todos, a cronometragem do tempo (no máximo 1h30min), evitar a dispersão dos objetivos e a possível monopolização de uns participantes sobre outros. Toda a dinâmica foi registrada com o recurso de dois gravadores digitais e anotações das impressões foram feitas durante a discussão.

O roteiro que orientou as discussões nos grupos foi estruturado em dois eixos: "Sisal: território e representação", que objetivou discutir impressões e opiniões sobre a nova cartografia, a migração e sobre a convivência com o semi-árido, ou seja, elementos representativos do projeto político-identitário; e o "Território do Sisal e a mídia", visa problematizar as relações estabelecidas entre os receptores e a rádio, especialmente a partir do programa estudado. As discussões dos grupos foram transcritas e comparadas com o relatório produzido ao final de cada grupo focal. Os dados obtidos foram organizados pelos eixos a partir das seguintes categorias: Sisal: território e representação; "o Território do Sisal enquanto política pública; Convivência com o semi-árido; migração; relação rádio Valente FM/programa *Rádio Comunidade* com a comunidade e imagem do homem do campo.

A análise dessas categorias considerou as mediações "por excelência", ou seja, aquelas suscitadas pelo próprio objeto de estudo, a saber: mediação geracional, religiosidade e proveniência (urbano e rural). Nesse trabalho, as mediações "por excelência" estão associadas

aos três lugares de mediações propostas por Martín-Barbero, a saber, cotidianidade, heterogeneidade de temporalidades e competência cultural.

Nesse sentido, estes lugares funcionam como categorias que podem contemplar diversas mediações a depender das interpelações realizadas nos objetos de estudo. Assim sendo, a geração emerge aqui como uma expressão das diferentes relações que os receptores da Valente FM estabelecem com o tempo na produção de sentidos e leituras de mundo; a proveniência se manifesta como traço da cotidianidade, funcionando como expressão da tensão entre o urbano e o rural, enquanto espaços de um cotidiano vivido; a religiosidade e a relação com a rádio constituem as principais manifestações da vivência cultural adquiridas no cotidiano, compondo o lugar de mediação da competência cultural. A relação com a rádio não é considerada uma mediação "por excelência", mas uma mediação que precede à atribuição de sentidos realizada pelos receptores dos conteúdos veiculados. Também é importante demarcar aqui que entendemos religiosidade como uma mediação sociocultural dos mais diferentes vieses religiosos, não se confundindo com uma religião específica, mas se configurando como uma referência coletiva de produção de sentidos no imaginário popular, muito embora, no caso em estudo, o imaginário coletivo da região do sisal teve na tradição judaico-cristã, notadamente na Igreja Católica, sua principal influência.

A escolha em tratar o objeto desta pesquisa a partir dessas mediações se deve à identificação destas na fase qualitativa como referências que se destacam nas falas dos receptores como aspectos balizadores de leitura, interpretação e negociação dos sentidos veiculados pela rádio. Os resultados do grupo focal são transcritos e analisados no capítulo 5.

Capítulo III

Novas cartografias: redefinindo os marcos histórico-geográficos e culturais do Território do Sisal

Os debates em torno das identidades e políticas de identidade têm sido centrais na agenda contemporânea. Discussões, em sua maioria, que privilegiam demandas específicas como étnicas, sexuais, ambientalistas ou geracionais. Algumas análises também destacam os estudos do nacionalismo e o papel da cultura e da comunicação como instrumentos na formação das identidades nacionais. A discussão que pretendemos realizar aqui se utilizará dos elementos de formação da identidade nacional para compreender uma escala menor, uma região, e se apropriará das estratégias das políticas de identidade para entender a constituição e o sentimento de pertencimento de um território, o Sisal, que busca reafirmar sua identidade por meio da reivindicação de forças históricas locais.

Este capítulo pretende entender a constituição do Território do Sisal. Para tanto, buscará estabelecer categorias teóricas para pensar a ideia de comunidade, região, território e identidade a partir de referências dos Estudos Culturais e das Ciências Sociais da contemporaneidade. Abordará também os elementos históricos, geográficos e políticos que construíram a "comunidade imaginada" do sisal. Por fim, fornecerá subsídios teóricos para pensar a constituição da identidade como estratégia política e cultural a partir dos movimentos sociais e das demandas de seu lugar.

3.1 Nação, comunidade e região: categorias para pensar um território

A ideia de nação trabalhada por Homi Bhabha em *O Local da Cultura* (1998) explora e critica a visão de uma autoridade discursiva que deseja um desenvolvimento contínuo rumo ao progresso. Bhabha pensa a nação como uma narrativa ambivalente, que possui um duplo, um ruído, uma descontinuidade. Propõe uma escrita da nação como uma ideia de performance e de "imaginação", que se molda a referenciais cotidianos. O discurso perfomativo é o

discurso vivenciado, estratégico, um discurso que se molda a partir dos elementos da própria cultura. Performance é uma categoria de interpretação e atuação dos sujeitos em seu espaço a fim de lidar com significados sociais, e de negociar sentidos. A constituição do nacional para Bhabha emerge na tensão entre o discurso performativo e o discurso pedagógico, ao qual é atribuída uma autoridade, e se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída no passado. A nação torna-se um "espaço liminar de significação, que é marcado internamente pelos discursos de minorias, pelas histórias heterogêneas de povos em disputa, por autoridades antagônicas e por locais tensos de diferença cultural" (BHABHA, 1998, p.210).

A definição de nação proposta por Anderson (2008)[3] também se afasta do essencialismo que costuma ser associado a esse termo, supondo um controle absoluto dos governos na conformação dos Estados-nação. Anderson mostra a nação como "uma comunidade política imaginada" – aproximando-se do parentesco e da religião. A nação é imaginada porque faz sentido, tem valor simbólico para os seus compatriotas. "Ela é imaginada porque mesmo que os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles" (ANDERSON, 2008, p.32).

Nesse sentido, Anderson afirma que a nação é tão limitada, já que não pretende ser extensão única da humanidade e possui fronteiras finitas, mesmo que flexíveis; quanto soberana, já que sob o manto do Iluminismo e da Revolução Francesa as monarquias dinásticas não poderiam reivindicar legitimidade sobre elas. Por fim, a nação é imaginada como comunidade, na medida em que estabelece a ideia de um "nós" coletivo independente das desigualdades e hierarquias que a compõem.

É possível que a ideia de nação e comunidade imaginada ajude na reflexão sobre a região, especificamente a do sisal? Acredita-se que sim, pois o ideário nacionalista ajuda a compreender que as identidades nacionais ou a noção de pertencimento a uma cultura, a uma região ou a uma comunidade vem acompanhada de um conjunto simbólico atribuído como representação de um sentimento nacionalista - poderíamos acrescentar de uma "baianidade", "sertanidade" ou (no caso em foco) de uma "identidade sisaleira". Isso reforça a ideia de nação também como uma comunidade poderosamente simbólica - a comunhão e a integração

---

3 Benedict Anderson desenvolve sua teoria ao entender que nem a teoria marxista nem a liberal explicava adequadamente as origens conceituais do nacionalismo. Anderson fornece, em sua obra *Comunidades Imaginadas,* um fundo histórico para compreender o nacionalismo não enquanto resultado da transformação histórica europeia, mas sim enquanto contribuição original dos países colonizados e asiáticos, rompendo, assim, com as interpretações "eurocêntricas" no estudos das nações.

nacionalista entre as pessoas que a compõem, nesse sentido, dependerão da força que os elementos simbólicos exercem sobre elas.

A ideia de região guarda relações estreitas com a ideia de nação. Aproximação que interessa, pois o processo de institucionalização do conceito de região pode ser comparado à tentativa de solidificação e legitimação da ideia de nação. Nessa perspectiva, é que região para Bourdieu (2007) também é uma construção mediada por lutas de forças entre os sujeitos de um dado espaço, que configura atos, práticas, objetivos que fazem ver e fazem crer e que se dão a conhecer e serem reconhecidos como região; é "produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior de relações de forças no campo das lutas pela delimitação legítima" (BOURDIEU, 2007. p. 115).

Essa construção se configura através de discursos, e trama uma ideia de racionalidade para delimitar uma unidade (nação) dividida (região). Assim como Bhabha vê o discurso nacionalista como performativo, para Bourdieu o discurso regionalista é também um discurso performativo. Pois, contra a definição reconhecida e dominante, impõe como legítima uma nova definição das fronteiras, fazendo-a ser conhecida. A eficácia do discurso performativo está também no princípio determinado de pertinência de visão e divisão comuns, ou seja, que membros do grupo se reconheçam, acreditem e possuam propriedades econômicas e culturais na construção imposta.

No caso específico da realidade brasileira, os conceitos de região e nação também podem entrar em atrito, e expressarem ideias concorrentes. Algumas vezes, em determinados contextos, o conceito de região pode significar o caráter daquilo que não alcançou o *status* representativo de "nacional", por isso sempre referida como uma realidade exótica e localizada. Nesse sentido, por exemplo, é que se atribuem os conceitos de cultura, música, ou literatura regional, para marcar e localizar determinadas expressões artísticas.

O que é produzido culturalmente no eixo Rio/São Paulo, principalmente nas suas capitais respectivas, não é chamado de regional, como aquilo que é produzido no norte, sul ou nordeste etc. Há aqui, obviamente, uma hierarquia de força entre nação e região.

Por outro lado, determinadas realidades compreendidas em princípio como regionais, quando passam a ser vistas por determinadas pessoas ou grupos de pessoas como radicalmente separadas de um todo (nacional), ou com características marcantes, expressas em mitos fundacionais diferenciados, tornam-se passíveis de serem designadas de nações. A exemplo do caso da conhecida referência ao sul da Bahia, como nação grapiúna, devido a realidade específica e economicamente surpreendente do cacau no início do século XX, ou a ideia de uma república nacional dos Pampas, reivindicada por algumas pessoas nos Estados

do sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), considerada e reprimida pelo governo brasileiro, como um movimento separatista.

Albuquerque Júnior (2006) defende que o discurso regionalista se inscreve no espaço que ele mesmo produz e pressupõe para se legitimar, assim como a ideia de nação. Vale destacar que a noção de discurso é entendida aqui numa perspectiva foucaultiana que o define como um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação. Assim, os enunciados de um discurso são agrupados por saberes, por sua vez relacionados à unidade discursiva de cada instituição. Um enunciado se liga a outros de natureza semelhante para garantir a identidade dos discursos (FOUCAULT, 1995) - aspecto que define uma unidade dos discursos e vai instituir, no caso em foco, uma verdade: a região. O discurso sobre a região "é regido pela mímese da produção em que os discursos participam da produção de seus objetos, atua orientado por uma estratégia política, com objetivos e táticas definidos dentro de um universo histórico, intelectual e até econômico específico" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p.49).

O autor também vê a região como uma construção discursiva que se edifica a partir de enunciados e imagens que se repetem de diferentes formas e conceitos que vão se modelando e engendrando o conceito de região a partir das regularidades discursivas, definidas por Foucault. "Definir região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la como uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006, p.24).

Albuquerque Júnior argumenta ainda que o surgimento do Nordeste enquanto ideia discursiva e imagética regional ocorreu na primeira década do século XX com o desenvolvimento da modernidade e dos discursos interessados sobre ele. O autor, através do empréstimo das ideias dos historiadores da chamada Nova História e marcadamente de Foucault, mostra que a produção cultural e a própria construção de um conceito para a região não podem ser explicadas apenas pela perspectiva econômica ou política, e, sim, que eles são o resultado do percurso histórico de um espaço social e afetivo. Por isso, para Foucault (1979), a produção discursiva não simplesmente traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, e pelo que se luta; o poder do qual se procura apoderar.

Visto como local onde ocorre a relação entre saber e poder, o discurso é flagrado como forma de verificar as posições institucionais de enunciação dos sujeitos, que têm motivação social, histórica e ideológica. Essa contribuição serve, sobretudo, como modo de situar os

sujeitos que enunciam os discursos sobre a região, segundo os seus posicionamentos institucionais, marcados por regularidades nesses discursos.

Eles decorrem também de um longo tempo, montados a partir de diferentes discursos que lhes concederam vários atributos morais, culturais, simbólicos etc. Ao estudar os discursos que permitiram a invenção do Nordeste, Albuquerque Júnior percebe que a repetição desses enunciados estabelece formas de dizer e ver o regional como um discurso cristalizador e conformador de imagens que introjetam formas de sentir e de conhecer o Nordeste.

Nesta "dizibilidade" e visibilidade do regional, a própria região é integrante de relações de forças que a esquadrinham, excluem e incluem falas, constroem e desconstroem memórias, mitos etc. Na sua análise, o autor observa que fazer visível e "dizível" o Nordeste ocorre através da produção artístico-cultural, dividida em duas perspectivas: a da região como espaço da saudade, que a enxergava (e a divulgava) como um local de passado idílico, cuja transformação a contragosto era realizada pelo "progresso" da modernidade com sua paisagem urbano-industrial; e da região como território de revolta, formado por artistas que já cresceram em meio ao processo de estabelecimento da sociedade burguesa-industrial e que vivenciaram a formação da classe média no país, fatores que potencializaram a difusão de correntes de pensamento crítico, principalmente o marxismo, doutrina que foi de grande influência no ambiente artístico e intelectual e que colaborou de forma decisiva para a perspectiva do Nordeste como um "território da revolta".

Albuquerque Júnior conclui que tanto a perspectiva da região como espaço da saudade, quanto a que a interpreta como "território da revolta", mesmo sendo aparentemente contraditórias, giram em torno da busca e do estabelecimento de identidades que ocultam mecanismos de dominação e de poder. Ambas pensam o Nordeste como uma entidade pronta e assim escondem a região como construção histórica, na qual se cruzaram diversas temporalidades e espacialidades, cujos mais variados elementos culturais, desde eruditos a populares, foram controlados por categorias identitárias tais como memória, caráter, alma, espírito, essência etc. Segundo o autor:

> O Nordeste, na verdade, está em toda parte desta região, do país, e em lugar nenhum, porque ele é uma cristalização de estereótipos que são subjetivados como característicos do ser nordestino e do Nordeste. Estereótipos que são operativos, positivos, que instituem uma verdade que se impõe de tal forma, que oblitera a multiplicidade das imagens e das falas regionais, em nome de um feixe limitado de imagens e falas-clichês, que são repetidas *ad nauseum*, seja pelos meios de comunicação, pelas artes, seja pelos próprios habitantes

> de outras áreas do país e da própria região. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p.307)

3.1.1 A construção da comunidade imaginada do Sisal

A realidade da região do sisal não é muito diferente da construção do Nordeste demonstrada por Albuquerque Júnior. O semi-árido baiano ocupa a região central do estado, representando 60% da superfície territorial, abrangendo 258 municípios. 33 destes municípios compõem a chamada região do sisal, que recebe esta denominação devido a sua principal atividade econômica: a extração da fibra do sisal[4]. Além das atividades de exploração do sisal, que enfrentou um período de decadência após os anos 70, e das pedreiras, a base econômica é a pecuária extensiva e a agricultura familiar de subsistência, sujeita a longos períodos de seca que ciclicamente atingem a região, agravando os problemas sociais (RAMOS & NASCIMENTO, 2001). A sua população compreende cerca de 1.106.836 pessoas, sendo que 55,7% pertencem a zona rural[5] e a renda média per capta é de meio salário mínimo[6].

A ocupação da região, como em todo sertão nordestino, é baseada nos latifúndios de criação de gado e data do século XVI, através do sistema de sesmarias. Mas, é a partir do século XIX que se encontram os primeiros registros de povoamento da região. Na época, a espacialidade era conhecida como Sertão dos Tocós ou Pindá, um dos principais pontos de descanso para viajantes e pasto para gado que seguiam em direção às minas de Jacobina (RIOS, 2003)[7]. A região se estruturava em torno das práticas de injustiças, abusos de poder e opressão, que historicamente marcaram o sertão nordestino. Essas práticas e políticas de organização do território e a atuação dos poderes institucionalizados e privados acompanhavam as transformações da propriedade agrária e de utilização da mão-de-obra, evidenciando a articulação entre o sertão baiano e as variações conjunturais que estão

4 O Sisal também é conhecido como Agave, planta rústica originária do México, que se desenvolve em regiões semi-áridas. O Brasil é o maior produtor de sisal do mundo, cuja receita proveniente da exportação de fibras já foi superior a US$ 100 milhões. No Nordeste, praticamente na Bahia e Paraíba, os maiores produtores, concentra-se a exploração sisaleira do País, geralmente por pequenos produtores, tornando-se uma alternativa de renda, uma vez que as condições de solo e clima impossibilitam outros cultivos em regime de sequeiros. Sua fibra tem vasta utilização no mercado internacional, sendo empregada nas indústrias de cordas, papel, confecção, indústria automobilística, entre outras. (Fonte: Instituto do Desenvolvimento da Região do Sisal).

5 O conceito de rural e urbano utilizado neste momento obedece à classificação do IBGE que se utiliza apenas do critério geográfico "local de residência".

6 Fonte: Índices de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos, Seplantec, 2002.

7 A pesquisa realizada pela autora, através de documentos históricos e literatura produzida sobre a região dos Tocós, objetivou identificar a composição dos grupos dominantes da Freguesia do Coité, atualmente conhecida como Conceição do Coité. Em seu trabalho, demonstrou o silenciamento sobre a existência de escravos no século XIX no Sertão dos Tocós, bem como, a constituição das imagens, mitos e memória da região. A autora revela também que neste período algumas cidades que pertencerão a esta região ainda não haviam sido emancipadas, outras surgirão por interesses políticos a partir da divisão das cidades existentes, como o caso de Valente e São Domingos.

inseridas num processo dinâmico, conflituoso e com constantes transformações, perpassando discussões acerca do poder local, *status* e grupos de prestígio.

Apesar das conflituosas relações de poder e tensões sociais presentes na constituição do espaço, os registros da época e as obras sobre a região posteriormente produzidas e disseminadas (especialmente nas escolas de ensino fundamental) destacam um passado harmônico e glorioso, que originou-se através dos "feitos heroicos" dos bandeirantes, como no registro de Vanilson Oliveira:

> as Entradas e Bandeiras deram-nos valiosas contribuições através de seus bandeirantes os quais, muitos destemidos, partiram do litoral ou do recôncavo e por aqui transpuseram as nossas terras, enfrentando os perigosos índios que deixaram as marcas das suas presenças nos topônimos da região sertaneja (OLIVEIRA, 2001, p.12).

Rios (2003, p. 39) destaca, através da análise da literatura da região, que o silêncio de elementos do passado, o não-dito, serão elementos através dos quais se organizará uma memória formada por "grandes homens e grandes eventos políticos. Sem índios, sem negros e sem a participação do povo nas decisões e no processo social", era necessário construir um passado que justificasse a ideia de modernização e desenvolvimento, sem contradizer o mito de fundação e os interesses dos grupos dominantes.

As obras analisadas por Rios irão desfilar uma série de eventos históricos (e "heroicos") que reproduzem a imagem harmônica e abençoada por Deus, sem choques de interesses, povoada pela garra e força de sertanejos "simples e destemidos". A Igreja Católica também será responsável na construção da visibilidade e dizibilidade da região dos Tocós. Como na maioria das cidades sertanejas, a história da cidade se confunde com a história da igreja, já que as cidades, em sua maioria, nascem e crescem ao redor das igrejas. A fé que une os habitantes da cidade de Conceição de Coité (município dessa região), segundo a igreja, será a razão de não haver conflitos num lugar que é protegido por Deus e segue sua "evolução natural". A forte visão mítico-religiosa alimentada pela igreja e sustentada pelo medo e pelas incertezas da população será responsável pela concepção fatalista, que levará esta mesma população a responsabilizar Deus pelas desigualdades e exclusão social.

No discurso pedagógico construído neste período, prevalecerá o esquecimento, que será a negação de um passado cheio de arranjos internos para a manutenção do poder local revelando-se desigual. A memória oficial fez a sua própria clivagem, legitimando a atuação de valores que foram absorvidos como verdade pela população, mas que deixou rastros, no

sentido de se fazer uma busca do jogo da memória/esquecimento, do qual emerge o sentido da história.

A partir do início do século XX os contornos da região começam a mudar com a chegada do sisal em 1903 e de sua exploração econômica a partir de 1939. A introdução da cultura do sisal foi implementada pelo Governo do Estado[8] como alternativa para o desenvolvimento das regiões semi-áridas, frente ao processo de transformação do sistema pecuniário e do declínio da economia açucareira (SILVA & SILVA, 2006).

Nas décadas seguintes, houve rápida expansão, atingindo o ápice de produção entre 1965 e 1974 em áreas de pecuária tradicional e culturas de subsistência, passando a configurar a região sisaleira da Bahia (ALVES et alli, 2005).

A ação governamental, no entanto, não consegue (e não intenta) promover uma quebra do isolamento geográfico, social e cultural à qual a população da região está submetida desde o período em que era um conjunto de cidades, vilas e freguesias no chamado Sertão dos Tocós. Os grandes latifundiários se tornarão os grandes produtores de sisal perpetuando uma política paternalista, assistencialista e de mando com configurações diversas.

Na cadeia produtiva do sisal, ao lado da remuneração concentrada no setor industrial, que obriga boa parte dos agricultores a utilizarem trabalho feminino e infantil na produção, duas questões tão perversas se impõem: as alterações sofridas nas relações de trabalho e o número de acidentes de trabalhos. Com a política de industrialização implantada no país na década de 1950, o processo artesanal de desfibramento foi substituído pelo processo mecanizado através da "máquina paraibana"[9]. Essa substituição criou a figura do "trabalhador do motor". Com a "chegada" da legislação trabalhista à região, a responsabilidade trabalhista foi transferida ao agricultor ou trabalhador do sisal, que passava a ter os seus pares como empregados diante da lei. Além disso, essas máquinas provocam um grande número de mutilações[10] nos trabalhadores, que ficavam, por sua vez, desamparados perante a lei, já que o

---

8Os primeiros bulbilhos da agave sisalana foram introduzidos na Bahia, em 1903, por Horácio Urpia Júnior nos municípios de Madre de Deus e Maragogipe, trazidos provavelmente da Flórida, através de uma firma americana. No entanto, as primeiras plantações só começaram a aparecer por volta de 1930/31 e apenas em 1939 é que, no governo de Landulfo Alves, foram intensificadas as culturas por meio de campos de experimentação para a cultura do sisal e produção de mudas. O seu governo deu ênfase ao desenvolvimento agrícola em dezenas de municípios do Interior, reestruturou a Secretaria de Agricultura e estimulou o plantio do sisal como alternativa de sobrevivência do sertanejo, aproveitando as condições favoráveis do mercado interno criadas pelos obstáculos de importação de produtos similares por conta da Segunda Guerra Mundial (TAVARES, 2000).

9 No processo artesanal de desfibramento, o trabalhador desfibrava o seu próprio sisal através do sistema de parceria de "meia". Como não tinha condições de remunerar a mão de obra para o trabalho de desfibramento, o trabalhador oferecia metade da produção como pagamento.

10 Estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego indicam que cerca de 3.000 trabalhadores, com idades entre 20 e 30 anos, foram mutilados vítimas do processo de produção do Sisal (MTE, FUNDACENTRO, 2011).

“trabalhador do motor” não tinha como pagar indenização e não havia uma legislação específica para atender as demandas deste trabalhador.

A modernização do campo, nos anos 1970, promoveu o acirramento dos conflitos agrários, a expulsão dos agricultores de suas terras, a precarização das relações trabalhistas, a extorsiva cobrança de impostos dos pequenos proprietários e a gradativa perda das relações de proximidade entre patrões e agregados. Nesse cenário, surgem dois atores que provocarão mudanças sociais e culturais significativas. As Sociedades Anônimas (S.As.) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR).

As S.As. surgem dos rearranjos dos antigos proprietários com o capital internacional. Esses proprietários agro-industriais e financiadores de investimentos se apropriam dos recursos e investimentos estatais e impulsionam o crescimento das fronteiras agrícolas e sua modernização em regiões da Bahia (MOREIRA, 2007). Na região sisaleira, a empresa Cosibra e a Sindifibras serão as principais sociedades anônimas responsáveis pela produção do sisal (ALVES, 2005).

O sindicalismo rural também surge através do estímulo estatal, que o absorve em sua estrutura. Os STRs, longe de serem instrumentos de estímulo à organização no campo e de defesa dos trabalhadores rurais, exercerão uma função assistencialista, seja na emissão de atestados para a aposentadoria ou prestando assistência médica e odontológica. Atrelada à máquina estatal, esses sindicatos fundaram uma postura conservadora das lideranças locais, criando um clientelismo em que a representação do trabalhador é trocada por votos. Outra função desse sindicalismo era monitorar e controlar os conflitos agrários, evitando a aproximação dos agricultores com as práticas organizativas mais progressistas (MOREIRA, 2007).

Esse cenário descrito é ilustrativo para se conhecer as bases em que a região sisaleira foi constituída. Uma região que terá sua visibilidade e dizibilidade moldadas por interesses dos grupos dominantes, que, através do tempo, com estilos diferentes, irão repetir o estereótipo do povo sofrido, resignado e sempre castigado pelas secas, mas “antes de tudo um forte”. Moreira (2007, p. 50) afirma que “a identidade sertaneja que se constitui histórica e hegemonicamente é pautada na assimilação da lógica dominante, trazendo no silêncio e na resignação suas formas mais perceptíveis”.

Do silenciamento para a construção da memória no século XIX ou do silenciamento das demandas sociais e trabalhistas constrói-se uma comunidade imaginada que une os sertanejos na dor e sofrimento, numa paisagem de aridez não só geográfica, mas especialmente social. A vitimização de um povo que tem um passado heroico será o teor dos

discursos que serão produzidos por escritores da região, pela igreja, pela mídia, pelos grupos dominantes e que serão apropriados pelos sisaleiros, o que evidencia a produção dos discursos como processo eminentemente localizado nas instituições (FOUCAULT, 1995).

Mas a narrativa da região do sisal também é ambivalente, e, por meio desse duplo, ganhará novos contornos. A dispersão, bem como as regularidades também compõem os mecanismos de produção discursiva, gerando fissuras na homogeneidade e promovendo relações com outros discursos circulantes. A sociedade civil organizada local disputará os lugares de enunciadores dos discursos da região intensificando as relações de forças na produção de outras "dizibilidades" e visibilidades. A concepção de território, aplicada a essa região, vem, a partir de uma tentativa de setores governamentais e instituições da sociedade civil, lidar com essa ambivalência, e administrar essa heterogeneidade, criando formas de coerência, sem, no entanto, "engessar" o lugar, numa compreensão unívoca e equivocada de conformidade e permanência cultural, o que é incompatível com uma realidade globalizada de confluências e transformações econômicas, sociais, religiosas, simbólicas etc. No caso em estudo, para compreender a mudança dessa configuração regional para a abordagem territorial, são necessárias informações contextuais referentes à realidade desse local.

3.2 Território do sisal: um espaço legitimado pelo poder público

A partir da década de 1970, inicia-se na região do sisal um longo processo de mudanças culturais que criou condições para implementação de novas estruturas sociais e a emergência da sociedade civil promovidas, principalmente, pela atuação da Igreja Católica, [11] via Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais.

11 A referência à Igreja Católica neste tópico do trabalho diz respeito ao catolicismo progressista que é concebido pela Teologia da Libertação. Sader (1988) afirma que, diante do contexto de perda de influência da Igreja junto à população mais pobre, a partir da década de 1950, frente ao crescimento do pentecostalismo e da umbanda, iniciativas progressistas começaram a emergir de dentro da Igreja a fim de se aproximar da população marginalizada, denunciando as injustiças vigentes e promovendo uma contestação política conjuntamente com o "povo". Essas ações foram estimuladas pelo Concílio Vaticano II, que falava da Igreja como "povo de Deus", referindo-se à participação ativa de grupos comunitários, e pela Conferência de Medellín, organizada para aplicar as diretrizes daquele Concílio ao continente latino-americano, fazendo um chamado para uma presença mais intensa da Igreja na transformação da América Latina. Esta parte da Igreja buscava construir uma "nova Igreja", pautada na matriz discursiva da teologia da libertação e marcada pela criação das Comunidades Eclesiais de Base, tendo como fim, a partir de reflexões sobre valores do cristianismo, que o "povo" deixasse de tratar as privações vividas como fatalidades e, assim, constituísse reivindicações não no campo do "favor", e sim como um direito, tendo a Igreja aberto, assim, um espaço de legitimidade por onde protestos de mudança sufocados puderam ser proclamados. Por sua vez, a valorização do cotidiano e da cultura na luta política pelos movimentos sociais contemporâneos - sendo as relações de reprodução da existência o mais novo *locus* de conflito político para a transformação social - serviu à Igreja como possibilidade de reprodução de seus interesses frente a efeitos da modernidade do mundo urbano industrial.

A Teologia da Libertação era o fundamento político-religioso da ação das Comunidades Eclesiais de Base. A estratégia pedagógica de conscientização social por intermédio da fé consistia no uso de um método educativo, normalmente identificado pelo tripé "ver-julgar-agir", cujo significado compreendia a análise, seguida de uma discussão em pequenos grupos, com a população local, sobre seus problemas mais graves. Nesse contexto, religiosos e leigos, especialmente orientados para essas funções, aprofundavam a compreensão do problema sob o ângulo da fé, relacionando as questões éticas e práticas ao evangelho e a explicações políticas e sociológicas. É no final dos anos 1970 que padres e freiras italianos, influenciados por essa matriz discursiva (SADER, 1988), chegam à região sisaleira, o que irá marcar uma importante ruptura com o tradicionalismo e a cultura autoritária e de dominação na região do sisal.

A partir da reflexão sobre os problemas da família, do trabalho e do bairro, as CEBs ajudaram a criar movimentos sociais para organizar sua luta: associações de moradores, luta pela terra e também o fortalecimento do movimento campesino. Na região do sisal, as CEBs influenciaram a criação de muitos movimentos sociais, alguns deles como a Associação dos Pequenos Produtores do Estado da Bahia (APAEB), o Movimento de Organização Comunitária (MOC), a Fundação de apoio aos trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES) e a rearticulação dos STRs. Entre todo o tecido associativo e organizativo atuante na região do sisal, destaco alguns para exemplificar os novos discursos que se produzem no e sobre o lugar.

A APAEB surge em 1979 da luta conta a cobrança extorsiva do ICM aos pequenos produtores rurais, com atuação regional de defesa econômica e ação sócio-política. A APAEB-Valente, por exemplo, tornou-se um centro de experimentação tecnológica adequada ao semi-árido e de aprendizagem e mudanças de hábitos de pequenos produtores. A atuação da associação deslocou-se de uma preocupação inicial com a comercialização de bens de consumo para o beneficiamento, melhor aproveitamento e exportação do sisal reorientando seu funcionamento e resultados. A introdução da batedeira comunitária, a adoção de uso racional do solo e da propriedade, visando o aumento da produtividade, foram algumas das mudanças promovidas pela instituição. Em 1993, a APAEB funda a cooperativa de crédito que opera com recursos próprios e as tranferências de fundo do Banco do Nordeste. A experiência da cooperativa, além do significado econômico, produz um valor simbólico e pedagógico muito importante. O conjunto de experiências promovidas pela APAEB tem impacto reduzido na mudança da situação econômica da região e na sua estrutura, que, como foi visto acima, continua sob o controle dos grande proprietários, mas demonstra um

significado político e social, além da capacidade organizativa e gerencial desse segmento social (TEIXEIRA, 2000).

O MOC é criado em 1967, a partir do trabalho da Igreja Católica, objetivando incentivar a emancipação social e a criação de grupos organizados para o exercício da cidadania. O desenvolvimento de atividades de apoio e fortalecimento de associações comunitárias rurais e urbanas, a contribuição do desenvolvimento sustentável da região sisaleira e o auxílio para a atuação qualificada na gestão de políticas públicas são algumas das vertentes do MOC. A capacitação dos agricultores privilegiava duas frentes: a técnica, que buscava o desenvolvimento de tecnologias e práticas produtivas de geração de renda dos pequenos produtores; e a política, voltada para quebrar a lógica da dominação, orientando a criação e a organização de grupos de trabalhadores. Na perspectiva de convivência com o semi-árido, a instituição desenvolveu os programas de "Água e segurança alimentar", "Agricultura familiar", "Comunicação", "Criança e adolescente", "Educação do campo", "Gênero" e "Políticas Públicas" (MOC-Homepage, 2009; TEIXEIRA, 2000; MOREIRA, 2007).

Com as próprias experiências, as organizações da sociedade civil perceberam a necessidade de se articularem entre si para desenvolver lutas conjuntas, começando um exercício de pensar a região coletivamente. Muitos problemas que afetam toda a região do sisal requerem decisões que dependem de políticas públicas estaduais e federais. No sentido de maior integração regional, em 1990, várias entidades articulam prefeitos, vereadores e deputados da região e iniciam uma campanha intitulada "Sisaleiros pedem socorro", com o intuito de denunciar a crise do sisal, os efeitos em relação ao emprego e as mutilações dos trabalhadores, além de reivindicar política tecnológica que pudesse melhorar as condições de vida e de trabalho (TEIXEIRA, 2000).

Todas essas experiências influenciadas pelas CEBs, gradativamente, vão formando uma nova mentalidade, visibilidade, concepção de trabalhar e construir este pedaço do semi-árido. Estas "dizibilidades" reconhecem a cidadania do povo do semi-árido, deixando-se de lado a postura de que as ações e as políticas voltadas ao semi-árido são atos de bondade de pessoas, governantes ou organizações. Reconhecem também a capacidade deste lugar de construir/produzir conhecimentos, e não apenas de receber e incorporar conhecimentos vindos de outros espaços e aceitar a "imposição de pacotes". Reconhecem a necessidade de implementar uma política não assistencialista de tratar a região do sisal e seus problemas e de valorizar o conhecimento, as experiências, as soluções e os processos já construídos no decorrer da história.

> A importância de elementos simbólicos na prática das CEBs é fundamental na compreensão de sua influência no imaginário e na ação das populações menos favorecidas, criando uma mística própria, e contribuindo para a construção de um amplo tecido organizativo, político, cultural e simbólico de avanço de uma sociedade civil. (MOREIRA, 2007, p. 87)

A ação da Igreja, via Comunidades Eclesiais de Base, e os compromissos políticos construídos em torno dos sindicatos e das associações foram a base da superação de uma visão mágica que marcava as relações entre o sertanejo, a sociedade e a natureza, assim como de superação das relações tradicionais que asseguravam a permanência dos monopólios nos mercados locais. Essa nova racionalidade econômica, combinada com os compromissos éticos, formou o amálgama das redes de cooperação e das cooperativas de crédito que tornaram possível o acesso dos agricultores familiares a um novo mercado financeiro formal. Caso em que a valorização da eficiência econômica se apoia em preceitos de natureza religiosa, mas que – contrariamente à situação clássica descrita por Max Weber – não envolvem, fundamentalmente, ascetismo e ética individualista, e sim, uma ética solidária e participativa.

Assim como Weber afirma que a visão de mundo empreendida pelo protestantismo foi decisiva na formação do espírito do capitalismo, no contexto que aqui em análise, afirma-se que a metodologia "ver-julgar-agir" difundida pela Teologia da Libertação promoveu uma mudança de *ethos* na população do Território do Sisal que foi decisiva, mas não única, na formação de associações, sindicatos e cooperativas. O interesse religioso nas coisas seculares, para as soluções de problemas da vida concreta, que segundo Weber foi uma tendência nas religiões ocidentais, gerou um *desencantamento do mundo*. Ao inverter o método da doutrina social da igreja, tomando as condições históricas reais como ponto de partida, a Teologia da libertação promoveu a práxis. O indivíduo formado nas reuniões das Comunidades Eclesiais de Base e nas lutas sindicais crê que sua sobrevivência depende dos laços familiares, comunitários e associativos que conseguir formar e conservar. A diferença resultante desse processo formativo do trabalho religioso foi estimular laços sociais que antes se davam em torno de antigas relações comunitárias, a partir da adesão consciente a um corpo de ideias, a uma cultura política.

Assim como o puritanismo no século XIX, a ética católica disseminada pela Teologia da Libertação alcançou um alto nível de racionalização, segundo os critérios propostos por Weber (1999). Primeiro porque se despojou da magia, do transcendentalismo para valorizar as condições reais de vida (mundo desencantado) e segundo porque imprimiu uma coerência

sistemática na relação entre Deus e o homem e na sua própria relação ética com o mundo, não sendo as intempéries da vida obra dos desígnios de Deus.

Porém, contrariamente ao puritanismo que, na perspectiva econômica, rompeu os laços de parentesco, e fundamentou a confiança nos negócios em qualidades éticas dos indivíduos singulares, o catolicismo progressista fundamenta sua confiança na solidariedade, valorizando as relações pessoais. Enquanto o racionalismo puritano significava dominação racional do mundo, o racionalismo católico significa consciência política e social.

No esforço de pensar o seu lugar, a partir de sua heterogeneidade, e de suas demandas diversas e comuns, a sociedade civil começa a discutir suas questões numa perspectiva de território, e não mais de região, o que resultou no Conselho de Desenvolvimento Territorial do Sisal (CODES). Criado em 2002, o CODES é um consórcio de municípios composto paritamente por 14 representantes da sociedade civil e 14 do poder público dos municípios, com o objetivo de propor alternativas de gestão pública para a questão rural no sisal (MOREIRA, 2007).

Com o desafio de desenvolver uma política territorial, o CODES enfrentará desafios que passarão desde a efetiva participação das prefeituras e a relação conturbada entre as principais lideranças e o poder instituído até mesmo ser reconhecido como ator legímo de representação territorial. Boa parte destes obstáculos serão resolvidos com a atuação do Estado.

Albuquerque Júnior (2006, p. 26) afirma que as fronteiras da região são móveis e atravessadas por diferentes relações de poder, podendo o Estado ser chamado ou não a colaborar na sua sedimentação, e que este Estado é "uma campo de luta privilegiado para as disputas regionais", podendo vir a legitimar "demarcações que emergem nas lutas sociais". No caso da região do sisal, a sociedade civil pressionou e negociou as novas demarcações do que será o agora chamado Território do Sisal.

3.2.1 Território e Programa de desenvolvimento dos territórios rurais

A discussão sobre o território está atrelada a discussão sobre a nação. Afinal, quando a nação integra o vocabulário político, por volta de 1830, a vinculação com o território se transforma em condição de sua existência (HOBSBAWN, 1990) [12]. Para entender a noção de

12 Eric Hobsbawn, em seu estudo publicado no livro "Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade", propõe uma periodização sobre a invenção histórica do Estado-nação dividida em três etapas: de 1830 a 1880, tem-se o "princípio da nacionalidade" caracterizada pela vinculação entre nação e território; de 1880 a 1918, temos a "ideia nacional", que articula o território à língua, à religião e à raça; e por fim, de 1880 a 1950-60, tem-se a etapa da "questão nacional", que enfatiza a consciência nacional a um conjunto de lealdades

território recorremos então às contribuições da Geografia, já que a discussão do espaço vivido tem ganhado campo e dividido o cenário das investigações de geógrafos brasileiros. Essas discussões procuram apresentar a melhor compreensão sobre o conceito de território, não somente enquanto relações de poder, mas, sobretudo, enquanto apropriação resultante do imaginário e/ou identidade social e cultural.

A palavra território, de acordo com Haesbaert Costa (1997), deriva do 'latim territorium' que é derivado de terra e que nos tratados de agrimensura apareceu com o significado de 'pedaço de terra apropriada'. Na geografia aparece com destaque no final dos anos de 1970.

A partir dessa definição, Lobato Corrêa corrobora dizendo que tem o significado de pertencimento – a terra pertence a alguém – não necessariamente como propriedade, mas devido ao caráter de apropriação, assim como a desterritorialidade é entendida como "perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território", e a reterritorialidade como a "criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território (...)" (CORRÊA, 1996, p. 252).

Embora o termo território tenha sido mais caracterizado com as relações de poder e, dessa forma tenha sido atribuído a Estado-Nação, vários pesquisadores, inclusive geógrafos têm defendido sua definição a partir de outras variáveis importantes na produção dos territórios.

Haesbaert Costa sinaliza três vertentes de conceitos para território: jurídico-política, cultural(ista), econômica.

1) jurídico-política – definido por delimitações e controle de poder, especialmente o de caráter estatal;

2) a cultural(ista) – visto como produto da apropriação resultante do imaginário e/ou "identidade social sobre o espaço";

3) a econômica – destacado pela desterritorialização como produto do confronto entre classes sociais e da "relação capital-trabalho".

O mesmo autor afirma que os mais comuns são posições múltiplas, compreendendo sempre mais de uma das vertentes (HAESBAERT COSTA, 1997, p. 39-40). O conceito de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) foi determinado por Raffestin,

---

políticas.

propondo definir a territorialidade como conjunto de relações que se desenvolve no espaço-tempo dos grupos sociais (HAESBAERT COSTA, 1997, p. 40).

Os conceitos desterritorialização e reterritorialização também são destacados na obra dos filósofos Deleuze e Guattari (1997). Para estes autores, há um movimento na constituição do território, que o desterritorializa e o reterritorializa em processos simultâneos. Desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, "é a operação da linha de fuga", e a reterritorialização é o movimento de construção do território. (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p.224)

O entendimento da noção de território produzida pelos estudos geográficos - que considera a interação sócio-política historicamente desenvolvida e contextualmente espacializada, a identidade, os laços de coesão e projeto social, atuando de forma integrada como condições básicas da constituição territorial - ajuda a compreender alguns direcionamentos das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, especificamente dos territórios rurais.

A dimensão territorial do desenvolvimento é temática recente, a partir dos anos 1990. No campo das políticas públicas ressaltamos a experiência de desenvolvimento territorial que está sendo desenvolvida pelo Governo Federal com a instalação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) em 2003 e a implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR). Abordar o PDSTR é importante, para fins deste trabalho, pois as suas ações definiram e potencializaram muitos dos contornos atuais do Território do Sisal.

O PDSTR[13] tem o objetivo de melhorar os níveis de qualidade de vida dos agricultores familiares e comunidades agrárias, mediante o apoio às iniciativas dos atores locais organizados. Trata-se de induzir dinâmicas de desenvolvimento econômico e social via projetos empreendidos pelos atores locais. Este programa, fundamentado em acordos de cooperação entre entidades dos territórios e a administração pública, se destaca por conceber o território como um espaço construído em torno de uma "identidade" local – seja ela já afirmada ou ainda por ser construída – e da coesão social, cultural e territorial. A base dos acordos se encontra no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, que congrega os elementos do diagnóstico territorial, as visões compartilhadas do futuro pelos atores locais e os projetos coletivos definidos em diferentes áreas: infra-estrutura, capacitação, apoio às associações e cooperativas, apoio às atividades comerciais e cooperação institucional. Assim

13 Este programa era chamado de PRONAT até meados de 2005. Todas as informações contidas neste trabalho a respeito do PDTRS foram pesquisadas no site da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. www.mda.gov.br/sdt. Acessado em fevereiro de 2009.

sendo, o programa, de nível federal, é estruturado em torno da ideia de território construído, apesar de o recorte territorial ser realizado em nível estadual.

Na Bahia, segundo Filho (2006), a implementação do desenvolvimento territorial foi marcada pela realização da SDT de três edições da "Oficina Estadual de Construção da Estratégia para o Desenvolvimento Territorial". As oficinas contaram com a participação de várias organizações relacionadas à temática de apoio à organização e ao desenvolvimento rural na Bahia, a saber: representantes da própria SDT; do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); do Governo Estadual; do Banco do Nordeste; da Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais (ABONG); do Serviço de Assessoria a Organizações Populares (SASOP); da Central de Associações do Litoral Norte (CEALNOR); da Comissão da Pastoral da Terra (CPT); do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), da CETA; do Movimento de Organização Comunitária (MOC); do MST; da Companhia de Desenvolvimento dos Vales São Francisco e Parnaíba (CODEVASF); da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG).

As oficinas objetivaram desencadear o processo de divisão territorial, a "definição de critérios para o 'mapeamento[14] dos territórios da Bahia, a mobilização de agentes-chaves dos territórios e a delimitação da territorialidade propriamente dita" (FILHO, 2006, p. 131), além da criação da Coordenação Estadual de Territórios (CET)[15].

Filho destaca ainda que a identificação dos territórios leva em consideração estudos e trabalhos de territorialização já realizados, e os seguintes critérios:

> a existência de experiências exitosas resultantes de processos organizativos e produtivos de caráter agroecológico; as perspectivas de ampliação da abrangência das experiências consolidadas; a concentração de agricultura familiar; a existência de categorias sociais fragilizadas (assentados da reforma agrária, acampados, quilombolas, ribeirinhos e outras); os indicadores sociais dos municípios; a caracterização dos agroecossistemas e as identidades cultural e social das comunidades presentes nos municípios (FILHO, 2006, p.131).

14 Considerando que a concepção de território utilizada é de espaço construído, o mapeamento é feito através dos agentes que identificam territórios que já existam ou estejam em formação.

15 Instância política de representação do desenvolvimento de territórios rurais para o Estado da Bahia, com os objetivos de fortalecer as articulações institucionais, reforçar a integração das políticas públicas e atualizar, sempre que necessário a territorialização do estado, posteriormente a CET virou uma câmera específica do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), representando a institucionalidade que possui a atribuição de homologar os territórios financiados os recursos da SDT/MDA.

As oficinas, ocorridas entre julho de 2003 e abril de 2004, contaram com a participação de 28 organizações públicas, privadas ou não-governamentais, que ativamente opinaram e apresentaram suas propostas, contribuindo não apenas para essa nova cartografia da Bahia, mas, principalmente conferiram legitimidade ao processo de territorialização rural. No amadurecimento das discussões foram identificados 26 territórios rurais[16], dos quais seis deles (Velho Chico, Irecê, Chapada Diamantina, Sisal, Baixo Sul e Sul) foram considerados territórios prioritários de investimento e então assistidos pelo PDTRS, outros seis (Sertão do São Francisco, Extremo Sul, Itapetinga, Médio Rio de Contas, Vale do Jiquiriçá) apoiados por outras instituições. No Brasil, o PDTRS agrega 118 territórios, a maior parte deles se concentra no Nordeste. Entre estes, encontra-se o Território de identidade do Sisal que será composto por 20 municípios[17] dos 33 que compõem a região do sisal.

Figura 1 - NOVA DIVISÃO TERRITORIAL DA BAHIA 2004

Fonte: IBGE, Pesquisa de informações básicas municipais, 2005.

16 São eles: Velho Chico, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Rio Corrente, Oeste Baiano, Extremo Sul, Chapada Diamantina, Sisal, Vale do Jequiriça, Semi-árido Nordeste II, Bacia do Rio Cachoeira, Piemonte, Recôncavo, Médio Rio de Contas, Portal do Sertão, Bacia do Jacuípe, Sertão Produtivo, Agreste de Alagoinhas, Bacia do Paramirin, Baixo Sul, Sul, Irecê, Sertão do São Francisco e Vitória da Conquista.

17 Os municípios que formam o Território do Sisal são: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

Figura 2 - MAPA DO TERRITÓRIO DO SISAL

Fonte: IBGE, Pesquisa de informações básicas municipais, 2005.

3.3 Uma identidade estratégica de "Fibra e Resistência"

O capital social[18] foi um dos critérios mais relevantes na definição do então chamado Território do Sisal e sua classificação como alvo prioritário da política implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. O histórico e a visibilidade das mobilizações das entidades locais, o conselho territorial já constituído, o imaginário de uma sociedade civil

18 Capital social é definido por Putmam (in: Abramovay, 2000) como um conjunto de recursos (boa parte dos quais simbólicos) de cuja apropriação depende em grande parte o destino de uma certa comunidade. É uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura. O capital social, nesse sentido, é produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência.

combativa e propositiva foram elementos influenciadores na destinação de recursos e investimentos públicos. A dimensão identitária de sua cultura política prevalece no processo de constituição e regulamentação político-cartográfica.

O *slogan* do CODES "Sisal: um território de fibra e resistência" será a característica ressaltada na identidade que está sendo construída para este território. A atuação deste coletivo está pautada na valorização da luta e da reivindicação destes atores. Seja no planejamento de ações ou no discurso público há um grande esforço de apagar as marcas de identidade legitimadora de dominação e exclusão. Ressalta-se que a identidade trabalhada por esses enunciadores é a identidade estratégica que pretende reproduzir a experiência dos movimentos como experiência de pertença comunitária.

Discursivamente, essa sociedade civil evoca os sentimentos de pertença e de comunidade baseados na ideia de povo lutador, resistente, forte. O Território do Sisal se apresenta, assim, como o espaço de uma "unidade mental e cultural" que, utilizando um termo de Hall (2007), funciona como produtora de sentidos e identidades. Como um *locus* imaginado e abstrato de pertencimento, produz, através da cultura política regional, uma teia de significados a fim de justificar-se e sustentar-se como identidade que se quer legítima, forjando os ideais de coletividade que serão imprescindíveis na conquista de investimentos na região e na luta pelo espaço hegemônico. Hall (2000, p.51) afirma que *"*as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre 'a nação', sentidos sobre os quais podemos nos identificar, constroem identidades*"*. Apropriamos-nos desta citação, ressalvando-se as diferenças de escala, para afirmar que através da cultura política e da identidade territorial, o Território do Sisal se torna um sistema de representação cultural que reafirma a todo momento o compromisso coletivo com o projeto de emancipação.

Figurando como uma construção inventada, racional e abstrata, a identidade territorial do sisal é, antes de tudo, um discurso performativo que se orienta a produzir outras "dizibilidades" e visibilidades e, em última instância, tenta se sobrepor às práticas que tradicionalmente dominaram a região, num jogo de disputas hegemônicas, no sentido defendido por Gramsci. Bourdieu destaca que

> O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular de lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer coletivamente e em estado de organização, e em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de força simbólicas e das vantagens correlativas, tanto econômicas como simbólicas; ou se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações

> simbólicas (objectivas (sic) ou intencionais) da identidade social (BOURDIEU, 2007, p. 124).

Fala-se em uma comunidade imaginada porque faz sentido e tem valor simbólico para essa comunidade e se assenta em laços de solidariedade. No caso em análise, a construção desta comunidade imaginada do sisal está associada à inversão e positivação dos estigmas geralmente imputados a uma população e a um lugar de clima semi-árido como ao que estamos estudando. Nessa luta pela subversão das forças simbólicas, as características do clima, da vegetação, a falta de água entre outros estigmas atribuídos a esse espaço não são suprimidos, mas são invertidos os valores que os constituem como estigmas, a exemplo dos vários projetos implementados de convivência com o semi-árido, em que são desenvolvidas técnicas e agriculturas compatíveis com as características do clima e da vegetação (BORDIEU, 2007).

A produção das identidades precisa ser vista a partir dos sistemas de classificação que se originam das redes de representação simbólica formadas por cada uma das diversas culturas. Assim, determinados elementos de valoração são eleitos e utilizados para demarcar e classificar as diferenças descobertas ou evidenciadas nos processos relacionais que se efetuam na interação social.

Bhabha (1998, p. 199) afirma que “a nação preenche o vazio deixado pelo desenraizamento de comunidades e parentesco, transformando esta perda na linguagem da metáfora”. O Território do Sisal emerge para suprir o vazio deixado pelo “esquecimento” dos poderes públicos em resolver questões básicas para esta comunidade. Desta forma, é o movimento que faz com que o território constitua o *locus* da vivência, da experiência do indivíduo com seu entorno com os outros homens e mulheres, tendo a identidade como fator de aglutinação, de mobilização para a ação coletiva. Essa relação identidade-território toma forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo tendo, como principal elemento, o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. Esse sentimento de pertencer ao espaço onde se vive, de conceber o espaço como *locus* das práticas, onde se tem o enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade, dá a esse espaço o caráter de território.

É nesse sentido que se encaixa o conceito de "política de identidade", de que fala Woodward (2007, p. 34), "afirmando a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado". Tem a ver com o recrutamento de sujeitos por meio do processo de formação de identidades e se torna importante para a mobilização

política. Esse processo se dá tanto pelo apelo às identidades hegemônicas quanto pela resistência dos movimentos sociais, ao colocar em jogo identidades que ocupam espaços à margem da sociedade. A "política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica" (WOODWARD, 2007, p.34).

A identidade conformada pelos movimentos sociais é essencializada, fazendo um apelo à realidade de um passado possivelmente reprimido e obscurecido, no qual a identidade que vem à tona no presente é revelada como um produto da história. Historiciza-se também a experiência dos movimentos sociais, enfatizanda-a como uma alternativa à opressão.

No entanto, ao adotar uma identidade calçada num essencialismo estratégico, o projeto político-identitário tem como consequência uma série de problemas como a exclusão, ou não contemplação, dos interesses e demandas das gerações mais jovens, que não estabelecem um sentimento de pertencimento aos elementos identitários escolhidos para esse projeto. Como afirma Butler (2001),

> Embora os discursos políticos que mobilizam as categorias de identidade tendam a cultivar identificações a serviço de um objetivo político, pode ocorrer que a persistência da *desidentificação* seja igualmente crucial para a rearticulação democrática (BUTLER, 2001, p. 156).

Spivak (2003,) alerta que o essencialismo estratégico pode se tornar uma armadilha, uma vez que a estratégia só funciona através de persistente crítica ou vigilância e de que "de outra forma a estratégia ficaria congelada como algo que se chama posição essencialista". Muitos críticos da estratégia identitária essencialista, entre eles os teóricos da chamada Teoria *Queer*[19], argumentam que uma política da identidade tende a compartimentar e objetivar o caráter diversificado e contraditório da experiência vivida dentro de categorias identitárias, tais como raça, geração, gênero e sexualidade. Esses teóricos põem em relevo um dilema que

---

19 Originada a partir dos Estudos Culturais norte-americanos, a Teoria *Queer* ganhou notoriedade como contraponto crítico aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e à política identitária dos movimentos sociais. Inspirados no pós-estruturalismo francês, dirige sua crítica à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos. A Teoria *Queer* admite que uma política de identidade pode se tornar cúmplice do sistema contra o qual ela pretende se insurgir, teóricos/as *queer* sugerem uma teoria e uma política pós-identitárias. No que concerne aos movimentos sociais identitários, as análises *queer* apontam para o fato de que eles operam a partir das representações sociais vigentes e expressam a demanda de sujeitos por reconhecimento. Isso contrasta claramente com a proposta teórica *queer* de apontar as fraturas nos sujeitos, seu caráter efêmero e contextual, mas o papel do *queer* não é desqualificar os movimentos identitários, antes apontar as armadilhas do hegemônico em que se inserem e permitir alianças estratégicas entre os movimentos que apontem como objetivo comum a crítica e contestação dos regimes normalizadores que criam tanto as identidades quanto sua posição subordinada no social.

é compartilhado por muitos outros movimentos sociais: as categorias fixas de identidade são tanto a base da opressão como a do poder político (GANSON, 2002).

A desestabilização da identidade promovida pela Teoria Queer faz refletir que, apesar da utilidade política de categorias coletivas sólidas como estratégia essencialista, é necessário questionar os usos políticos e a formação da construção identitária estabelecida, considerando a possibilidade e o desejo de que se tenham critérios claros de pertencimento e que, por sua vez, contemplem a complexidade das diferenças dos sujeitos, reconhecendo, contudo, suas temporalidades e densidades divergentes.

O projeto político-identitário do Sisal é proposto como uma estratégia de legitimação do Território do Sisal que busca, nos valores rurais e na atividade dos movimentos sociais, as referências do essencialismo identitário, camuflando, por sua vez, os processos de *desidentificação* com o projeto. A legitimação desse projeto não acontece sem a existência de meios que possibilitem a articulação dos indivíduos criando uma percepção de comunidade. A comunicação comunitária, especificamente as emissoras de rádios, cumpre esse papel no Território do Sisal.

CAPÍTULO IV

Mapeando o cenário comunicativo: rádio comunitária e construções simbólicas

O esforço de construir uma identidade de "Fibra e Resistência" para o Território do Sisal tem sido possível através da comunicação comunitária, notadamente das rádios comunitárias. Num cenário comunicacional de presença intensa das mídias no tecido social, a sociedade civil organizada desse território entendeu que a configuração da política contemporânea é perpassada pelos processos midiáticos. A midiatização é pensada não apenas como um espaço de visibilidade, mas como um processo essencial e qualitativo, que transforma a sociedade e o seu funcionamento, modificando a maneira das pessoas e a sociedade se relacionarem, e produzindo transformações da identidade de um povo.

É no interior do espaço público[20] que se vincula todo o processo da relação dos atores sociais entre si, visando influenciar as políticas públicas. A esfera pública ganha outra dimensão, trazendo para o momento atual as dinâmicas e lógicas sociais, tendo a comunicação como um elemento bem mais presente do que na visão inicial de Habermas em "Mudança estrutural da esfera pública", e da esfera pública burguesa dos cafés e salões literários da Londres e da Paris dos séculos XVIII e XIX.[21]

Habermas reviu muitas de suas posições em textos publicados no início dos anos 1990 e chegou à conclusão de que os meios de comunicação são tão necessários às mudanças econômicas como nas discussões políticas. Habermas considera o lugar estratégico da comunicação como instrumento e instituição da esfera pública. A esfera pública se constitui,

---

20 Os termos espaço público e esfera pública são utilizados por muitos autores e tradutores da obra de Habermas como sinônimos. No entanto, alguns estudiosos fazem críticas a essa tradução argumentando que o termo alemão *öffentlichkeit* deve ser traduzido como esfera pública, pois diz respeito a um âmbito, esfera ou domínio do que é público, ou seja, "é a condição a que se submetem as coisas tratadas na praça e no terreiro" (GOMES, 2006). O espaço público, por sua vez, é o *locus* onde se processa a conversa aberta sobre os temas de interesse comum, o espaço físico, sendo assim, seria a própria praça, o próprio terreiro. Para fins específicos deste trabalho não será feita diferenciação dos termos.

21 Habermas concebia a esfera pública como um espaço social produzido a partir da interação comunicativa, em que interesses que comportam consequências na coletividade apresentam-se para serem discutidos em público e argumentados de forma aberta e racional. A teoria habermasiana inicial recebeu duras críticas, especialmente sobre seu pressuposto de igualdade nas deliberações, já que, para o autor, aqueles que debatem e discutem temas sobre a vida comum devem possuir condições iguais ou semelhantes. Para seus críticos, tal pressuposto desconsidera as relações assimétricas de poder que marcam, historicamente, os processos de constituição das esferas públicas contemporâneas.

assim, em ocasião e condição para que se gere a opinião pública, esta, por seu turno, exerce influência sobre o sistema político. Sendo assim, há uma luta para se exercer essa influência, já que quando esta afeta as convicções de membros autorizados do sistema político e determina o comportamento deles, transforma-se em poder. Atualmente a sociedade civil é composta por grupos organizados vindos dos movimentos populares que acolhem, discutem e repercutem os problemas sociais da esfera privada de tal forma que se transformaram em um importante ator de pressão na esfera pública (HABERMAS, 1997).

A maneira como organizações da sociedade civil na América Latina se apropriaram dos meios de comunicação, – principalmente o rádio, o cassete, o vídeo e, mais recentemente, a Internet – nos últimos 30 anos, tem dado uma amplitude ainda maior ao antigo conceito de espaço público. O cidadão, antes um espectador, passa a ter a possibilidade de estar em cena e exercitar sua razão crítica, sem que com isso caia nas facilidades do determinismo tecnológico. A dupla fundamentação do desenvolvimento da mídia e o duplo papel de constituição, tanto da esfera privada como da esfera pública, têm permitido a existência de sistemas organizacionais comunicacionais tão diferentes no seio de democracias burguesas, como é o caso do ambivalente sistema de comunicação comunitária do Território do Sisal, ao mesmo tempo parte de uma organização política local e integrante de uma sociedade de consumo global.

A compreensão de que os meios de comunicação são elementos importantes na constituição da opinião pública e da influência desta na esfera política, norteará a definição dos eixos prioritários de desenvolvimento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal (PTDRS) do CODES. A comunicação torna-se um dos seis eixos prioritários, os outros são: agricultura familiar, saúde, educação, meio ambiente e infra-estrutura (ver figura 3). Nesse documento encontra-se um conjunto de programas e projetos, com detalhamento sobre a abrangência das ações, impactos gerados, custos e arranjos institucionais necessários para a consolidação das propostas, pensadas a partir dos eixos prioritários. No eixo da comunicação, as rádios comunitárias assumem o protagonismo para uma comunicação que é pensada como fator estratégico na consolidação da ideia de território e da identidade do sisal, como é o caso da rádio Valente FM e do programa *Rádio Comunidade*.

Figura 3 – SÍNTESE DO PTDRS

Fonte: CODES

4.1 A comunicação estratégica para uma identidade estratégica: o eixo comunicação no PTDRS

A comunicação comunitária no Território do Sisal ganhou força com as ações comunicativas da sociedade civil organizada. Essas ações são fruto de um processo histórico de forte mobilização social e se acentuam na implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em 1996. A necessidade de mobilizar as famílias e a opinião pública quanto ao problema da exploração da mão-de-obra infantil e a necessidade de adesão e participação da sociedade civil na gestão do programa não foram atendidas pelos veículos tradicionais de comunicação na região.

A estrutura e a propriedade desses veículos locais refletem, em termos gerais, a concentração e o favorecimento dos grupos políticos e econômicos consolidados no país como um todo. Nas cidades que compõem o território, pelo menos em sua maioria, existem pequenos conglomerados locais que mantêm sob seu controle diferentes formas de mídia (rádios AM e FM, jornais, televisões, portal de Internet) e cujas preferências e/ou filiações a

determinadas frações político-partidárias são facilmente reconhecíveis e nomeáveis[22] (LIMA & LOPES, 2007).

Num contexto de globalização e da convergência dos meios de comunicação, um aspecto significativo chama a atenção para a experiência do PETI: promover ações e parcerias com organismos internacionais, a exemplo do UNICEF, a fim de tematizar na agenda midiática internacional o problema do trabalho infantil no Território, influenciando o debate deste na esfera pública nacional e local. Podemos apontar todo o esforço empenhado na gestão do PETI como uma das primeiras ações comunicativas comunitárias articuladas com a ideia de território, implementadas no Território do Sisal, como afirmado no plano de desenvolvimento do CODES: A execução pela sociedade civil de

> um processo de gestão destas políticas, que garantiram, não apenas um funcionamento diferenciado e com qualidade, mas, também, a agregação de outras importantes ações que não apenas o pagamento da bolsa às famílias integrantes do PETI. Pode-se inclusive afirmar que este foi um importante laboratório, que exigiu uma ação pró-ativa dos diversos segmentos, no sentido de garantir o planejamento, a gestão e monitoramento de uma política de caráter territorial e multidimensional, como também, a abertura de processo de interlocução entre sociedade civil e poderes públicos municipais (PTDRS, 2008, p.10).

Antes dessa ação as várias experiências comunicativas das instituições da sociedade civil objetivavam atender suas lógicas próprias, como a APAEB Valente, por exemplo, que investiu pioneiramente em técnicas mais avançadas de comunicação na região, com o fim de ampliar seu mercado externo e que depois incorporou os públicos internos da instituição. Essas ações comunicativas em torno do programa aconteceram pelo menos em dois níveis: um de caráter mais interno, com o propósito de mudança cultural da população e dos atores envolvidos diretamente na implantação do PETI; e outro de caráter mais externo, voltadas para a conquista de apoio oficial e a eliminação de divergências ideológicas externas, sendo a

---

22 O Fórum Nacional de Democratização da Comunicação apresentou um relatório que aponta os vínculos existentes entre emissoras de rádio e grupos políticos. Neste documento 03 emissoras de rádio do Território do Sisal figuram entre as que possuem vínculos políticos através da presença de familiares na composição acionária da emissora, a saber: Sisal OM, localizada em Conceição do Coité, aparece vinculada ao Dep. Estadual Emério Vital Pinto Resedá (PFL) e ao prefeito Éwerton Rios de Araújo Filho (Sem partido); Tucano FM ligada ao Dep. Estadual Gildásio Penedo Cavalcanti de Albuquerque Filho (PFL); e Grupo Frajola de Comunicação (OM), em Capim Grosso com ligações com a vice-prefeita Tânia de Freitas Mota Lomes (PTB). O Documento revela ainda a vice-prefeita Tânia Lomes é titular da emissora Serrinha FM. (Fonte: http://www.fndc.org.br/arquivos/Politicos-emissoras-BA.pdf, acesso em 25 de janeiro de 2011). Vale ressaltar que o Grupo Lomes de Radiodifusão também se destaca na concentração de emissoras: 10 emissoras de rádio pertencem ao grupo, além de sites. Em Serrinha, o grupo possui a Morena FM e a Regional AM, em Feira de Santana possui a Eldorado FM e Jovem Pam FM, em Euclides da Cunha possui a Tropical FM e a Planalto AM. Em Itabela a Pataxós FM, em Cruz das Almas a Liderança FM, em Alagoinhas a Digital FM e em Aracaju (Se) a Jovem Pam FM.

mobilização da opinião pública através da grande mídia o principal instrumento de atuação (MOREIRA, 2007).

Moreira ainda afirma que

> O uso estratégico da comunicação na implantação do PETI não apenas contribuiu para o sucesso da iniciativa, como foi determinante na re-organização do sistema comunicativo local, influenciando na forma como as organizações locais se apropriaram dos recursos e tecnologias comunicativos (MOREIRA, 2007. p.112).

As rádios comunitárias foram os primeiros e mais significativos mecanismos de apropriação dos recursos e tecnologias na organização do sistema de comunicação comunitário do Território como estratégia de luta simbólica local.

A escolha pelo veículo rádio se deve a alguns fatores. Dentre eles, uma população de cultura prioritariamente oral e semi-alfabetizada, como a população do Território do Sisal, o rádio é o veículo de maior força e penetração no que se refere à produção local de informação. Apesar disso, o setor radiofônico tradicional dedica pequena atenção às notícias locais. As emissoras FM (Frequência Modulada) seguem o padrão de programação predominante no país, caracterizado pela oferta de entretenimento musical. O noticiário fica confinado a uns poucos minutos de programação diária e limita-se à reprodução de notícias de jornais e *sites* noticiosos.

Diante desse contexto, e da necessidade de espaços midiáticos para divulgar as suas demandas, as primeiras experiências em rádios comunitárias no Território se difundiram. Não é à toa que a consolidação e o desenvolvimento dessas rádios figuram entre os objetivos principais do eixo de comunicação do PTDRS.

O eixo de comunicação do plano possui 03 edições (2006, 2007 e 2008)[23] e foi produzido após os debates do Grupo de Trabalho em Comunicação do CODES, este grupo é formado pelos membros da ABRAÇO- Sisal, do MOC e AMAC (Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura). Em suas edições, o eixo de comunicação do plano expressa uma preocupação em manter o equilíbrio entre sustentabilidade e visibilidade das suas ações: de uma lado avançar na inserção da comunicação enquanto proposta diferenciada e prioritária para o desenvolvimento local; de outro implementar e fortalecer a comunicação institucional das entidades. A efetivação das duas propostas perpassa a ampliação e melhoramento da infra-estrutura, de investimentos e recursos e de qualificação e aproximação dos atores comunicativos.

23 Segundo informações do CODES, por motivos internos, não houve planejamento específico para a Comunicação em 2009, sendo reapresentado o plano elaborado para ser executado em 2008.

Das primeiras ações de comunicação até a composição dos planos de comunicação para projetos visando a mobilização social, foram apropriados os conhecimentos da área de Relações Públicas pelos movimentos sociais. A questão fundamental se refere ao desenvolvimento de estratégias de manutenção das motivações dos sujeitos em relação às causas defendidas pelos movimentos, bem como as suas aplicações no cotidiano dessas organizações. Para tanto, deve haver um esforço permanente em garantir uma efetividade na comunicação, colocando as questões principais no campo dos valores, dos elementos simbólicos, em constante atenção para os múltiplos significados que orientam a vida das comunidades, estabelecendo uma comunicação orientada e freqüente com o seu público.

Henriques et alli (2007) afirmam que a comunicação nesses projetos assume funções específicas a fim de dinamizar a mobilização e potencializar os movimentos. Sendo a participação uma condição intrínseca e essencial na mobilização, a principal função da comunicação nesses projetos é gerar vínculos por meio do reconhecimento da existência e importância de cada um e do compartilhamento de sentidos e de valores. Essa vinculação, idealisticamente, deve operar no nível da co-responsabilidade. Os sujeitos se sentem responsáveis pelo sucesso do projeto. Para conseguir gerar e manter vínculos co-responsáveis, a comunicação deve então difundir informações, promover a coletivização, já que as pessoas se tornam fontes de novas informações.

Também é relevante efetuar através desta comunicação o registro da história dos movimentos (rotatividade dos membros), além de fornecer elementos de identificação com a causa e com o projeto mobilizador. Este último aspecto é responsável pela articulação entre os valores e símbolos no processo de construção da identidade, estabelecendo de maneira estruturada a produção de elementos que orientam e geram referencias para a interação dos indivíduos, possibilitando, assim um sentimento de reconhecimento e pertencimentos capaz de torná-los co-responsáveis. Isso se dá através da detecção de elementos simbólicos comuns que podem ser facilmente decodificados e compartilhados e que melhor traduzem a causa em si e os valores que podem ser agregados. O que favorece a formação de um processo de identificação coletiva, inclusiva, que ajuda a organizar a vida comunitária e a solidariedade no grupo.

Nesse sentido, a comunicação também assume um caráter pedagógico e educativo, gerando referências para a ação e para a mudança de atitudes e mentalidades nos indivíduos. A partir desse princípio a comunicação passou a assumir um caráter estratégico para o projeto construído pela sociedade civil no sisal. No entanto, tal estratégia não aconteceu de forma linear e sem conflitos. Para fins desse estudo, vamos analisar mais detidamente o

planejamento previsto na edição de 2008 do eixo de comunicação, uma vez que as ações e estratégias previstas nos planos anteriores encontram-se presentes nesta edição. O eixo de comunicação faz parte da chamada dimensão de desenvolvimento social e cultural do PTDRS [24] e objetiva o fortalecimento das entidades e veículos de comunicação comunitária do território. Para tanto, o plano relata que três programas foram traçados para este fim: a- o programa de "Desenvolvimento da comunicação social no território"; b- o de "Desenvolvimento de ações de comunicação dos movimentos populares"; e c- o de "Desenvolvimento da comunicação social para viabilizar as potencialidades econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais do território". No entanto, apenas os programas "Desenvolvimento da comunicação social no território" e "Desenvolvimento de ações de comunicação dos movimentos populares" estão descritos no documento. O programa "Desenvolvimento da comunicação social para viabilizar as potencialidades econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais do território", está parcialmente contemplado nos objetivos e estratégias dos outros dois programas.

Para o Programa de "desenvolvimento da comunicação social no território" foi elaborado o projeto de fortalecimento das entidades de comunicação regional, a saber, a AMAC e a ABRAÇO-Sisal. A AMAC foi constituída no início de 2005 com o propósito de qualificar as peças de comunicação do Território do Sisal e prestar assessoria de imprensa e de comunicação em eventos e para o movimento social da região. Formada inicialmente por 09 jovens, a agência funciona no município de Retirolândia e está voltada para a produção de notícias e materiais de comunicação ligados à temáticas de promoção do desenvolvimento territorial sustentável no semi-árido da Bahia. Segundo o projeto, "a cultura rural é um elemento central nos CDs, boletins e publicações produzidos pelo grupo, que busca transformar os meios de comunicação em alternativas de visibilidade de práticas e debates sobre um sertão viável" (CODES, 2008, p. 113). Também constituída em 2005, a ABRAÇO-Sisal[25] faz o acompanhamento das rádios comunitárias e, em parceria com o MOC, apoia as emissoras com capacitações técnicas e de conteúdo, orientações quanto à organização da entidade e documentação, e pauta as rádios com informações sobre desenvolvimento territorial e convivência com o semi-árido. Além disso, incentiva as emissoras a fomentarem

24 Três dimensões de desenvolvimento compõem o PTDRS, além da dimensão social e cultural, as outras duas dimensões de desenvolvimento são a econômica e ambiental.

25 A ABRAÇO-Sisal é composta hoje por 16 rádios comunitárias, a saber: Água Fria FM em Água Fria, Cultura FM em Araci, Cruzeiro FM em Tucano, Contorno FM em Capim Grosso, Nordestina FM em Nordestina, Independente FM em Ichu, Quixabeira FM em Quixabeira, Estrela FM em Retirolândia, São Domingos FM em São Domingos, Juá FM em Juazerinho - Coité, Santa Luz FM em Santa Luz, Mairí FM em Mairí, Valente FM em Valente, Lamarão FM em Lamarão, Barreiros FM em Barreiros - Riachão do Jacuípe e Serrinha FM em Serrinha.

discussões e articulações com os movimentos sociais para o fortalecimento da comunicação regional democrática.

O diagnóstico setorial realizado pelo projeto indica que os meios de comunicação popular na região do sisal exercem um forte papel na articulação social, uma vez que as experiências têm mostrado sua capacidade de mobilização social. No entanto, o acesso e a busca pela democratização dos meios de comunicação existentes nessa região se configuram em um grande desafio a ser enfrentado. A partir desse diagnóstico foram delineados os seguintes objetivos:

> - Fortalecer a comunicação social no território do sisal, buscando a democratização da comunicação;
> - Implantar tecnologias de comunicação que possibilitem a inclusão social e digital da população do território.
> - Garantir a inserção do território nas discussões sobre digitalização de rádio e TV.
> - Divulgar junto às rádios filiadas a ABRAÇO- Sisal, as experiências do Território a nível interno e externo.
> - Fortalecer a ABRAÇO-Sisal para acompanhamento das rádios comunitárias.
> - Agência Mandacaru assumindo a produção constante de notícias da e para o território sisaleiro e prestando serviços de comunicação às entidades do movimento social.
> - Buscar a integração entre todos os atores/meios de comunicação social do território.
> - Visibilizar às potencialidades econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável solidário do território sisaleiro (CODES, 2008, p.115).

Nota-se que a compreensão do desenvolvimento da comunicação está fortemente atrelada à estruturação da ABRAÇO-Sisal e à legitimação da AMAC como centro de produção de notícias pautadas pelos movimentos sociais. Isso pode ser mais bem ilustrado com algumas estratégias pensadas para atingir tais objetivos:

a- Aquisição de equipamentos de escritório e instalação do escritório permanente da ABRAÇO-Sisal numa sala cedida pelo CODES;

b- Captação de recursos para manutenção do espaço físico da ABRAÇO-Sisal no período de dois anos;

c- Contratação da Agência Mandacaru como assessora de comunicação do CODES; e

d- Produção de peças de comunicação para divulgação das ações do CODES no Território do Sisal (Jornal Impresso, Programas de rádio, construção e manutenção do *site* para a entidade, dentre outras ações).

Os objetivos de integrar todos os atores/meios de comunicação social do território e de "visibilizar às potencialidades econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais" do território não encontram estratégias que operacionalizem sua realização. Outras estratégias não ficam claras em relação aos objetivos propostos, ou não são claras em sua redação, a exemplo da que define a contratação de um/a administrador/a e um/a técnico/a com 20 horas semanais, mas não especifica que tipo de técnico e nem indica o local ou instituição de atuação destes profissionais. Ou mesmo a estratégia descrita como "Rádio Educativa" apenas, que pode deduzir que diz respeito na transformação da rádio Valente FM em rádio educativa. Essa dedução está baseada em outros tópicos do texto, como a estratégia que versa sobre o condicionamento do apoio político e financeiro do CODES a rádio educativa de Valente desde que garantida a participação dos movimentos sociais no processo de gestão. Ou o item "indicadores de resultados" onde consta o item "Funcionamento da rádio educativa com gestão participativa das entidades do movimento social" (CODES, 2008, p. 116).

No programa "Desenvolvimento de ações de comunicação dos movimentos populares" foi elaborado o projeto "Fortalecimento das entidades do movimento social do Território do Sisal em relação às ações ligadas à comunicação a nível interno e externo". Tal projeto parte do pressuposto de que as entidades sociais necessitam divulgar suas ações de forma planejada, a fim de promover a mobilização das comunidades para participarem do processo, uma vez que são essas entidades que assumem e contribuem para a gestão do projeto de desenvolvimento sustentável da região. Os objetivos traçados para este projeto foram:

> - Garantir a disseminação das informações sobre as potencialidades, experiências, ações e produtos desenvolvidos pelos diferentes atores sociais, políticos e econômicos no Território Sisaleiro e até mesmo fora dele.
> - Contribuir e apoiar a construção de planos de comunicação para as entidades do território.
> - Desenvolver ações de comunicação planejadas e acompanhadas sistematicamente, para que haja visibilidade das ações dos movimentos populares do território sisaleiro da Bahia. (CODES, 2008, p.116)

Esse projeto tem o caráter de fortalecimento da comunicação institucional, objetivando dar visibilidade às ações das instituições parceiras, bem como, mobilizar seus públicos. As estratégias pensadas para este projeto foram:

> - Aplicação de um diagnóstico sobre a comunicação institucional de cada entidade.

> - Construção de planos de comunicação das entidades regionais do território e prestar apoio na sua execução.
> - Fazer um trabalho de marketing institucional e territorial do CODES Sisal voltada para a imprensa de regiões próximas, dando prioridade às rádios comunitárias filiadas a ABRAÇO Sisal na divulgação das ações.
> - Contribuir como elo para fortalecer a integração entre os eixos do Plano de Desenvolvimento Territorial.
> - Implementar a assessoria de comunicação do CODES Sisal voltada para os meios de comunicação comunitários, educativos e comerciais, realizada pela Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura.
> - Busca de informações externas que digam respeito às ações do território para divulgá-las dentro do território sisaleiro. (CODES, 2008, p.116)

O planejamento de comunicação proposto como estratégia de mobilização social pelo GT de comunicação do CODES traz também as contradições e conflitos de um projeto formado por muitos atores e com a emergência de muitas demandas. A comunicação é entendida como necessária ao movimento, mas também secundária, quando se tem poucos recursos e bandeiras como água e saneamento básico ou agricultura familiar. Essa dissonância entre a prioridade que a comunicação assume nos discursos dos atores envolvidos nos movimentos sociais e sua real importância em termos de recursos a ela destinados, com ações e práticas efetivamente implementadas é percebida pelos membros do GT de comunicação do CODES. Como afirma Nayara Silva, representante do MOC no GT de comunicação:

> Você discute prioridades, você tem projetos que viabilizam a agricultura familiar, você tem projeto que trata a questão da educação, mas você não tem projetos que viabilizem a comunicação. Eu avalio que o próprio CODES não tem isso como prioridade.[26]

Camila Oliveira, presidente da AMAC, avalia que o entendimento da comunicação como prioridade estratégica ainda não é satisfatório. Para ela,

> A comunicação eu ainda identifico como um desafio no território, porque, por mais que o movimento social já tenha se sensibilizado do papel dela na região, a sociedade em si ainda não entende como prioridade, ainda falta muito, não só da sociedade, mas, de alguns movimentos que não identificam a comunicação como parte fundamental no processo de mobilização e desenvolvimento do território. Ainda existe por parte dos movimentos essa falta de recursos pra investir na comunicação, mas, além do recurso nós estamos aqui pra dar esse retorno. O nosso papel é buscar essas informações e retransmiti-las, mas assim, o movimento ainda precisa acordar um pouco mais pra importância que a comunicação tem para o território. Então, essa dificuldade que eu costumo dizer que ainda existe é muito nesse sentido,

26 Entrevista concedida em 27 de outubro de 2009.

> além da parte financeira, ainda existe a falta de entendimento da importância que ela tem pro território. [27]

A falta de recursos e o espaço que a comunicação assume dentro das entidades é outro forte indicativo do descompasso entre discurso e prática no que diz respeito à comunicação. Um relatório produzido pelo MOC objetivando conhecer a realidade da comunicação institucional da região sisaleira apresenta um quadro bem sintomático dessa realidade. Foram avaliadas nesse relatório quatro categorias principais, a saber: "Estrutura e apoio à comunicação institucional"; "Meios de comunicação institucional"; "Assessoria de imprensa" e "Planejamento em Comunicação". Essas categorias revelaram que 73% das entidades não dispõem de recursos financeiros específicos para a comunicação, apesar de cerca de 80% das entidades pesquisadas possuírem um mural interno com notícias e avisos. *Banners* e brindes institucionais estão presentes em pouco mais da metade das organizações (53%). Apenas 20% declaram ter alguém que desempenha a função de assessoria, sendo o atendimento ao público externo feito, em sua maioria, pelos dirigentes da entidade. O quesito "Planejamento em Comunicação" é o que aparece mais controverso: 53% das entidades afirmam que o item comunicação consta em seu planejamento estratégico, no entanto, por falta de recursos não conseguem efetivar as ações propostas. Outras entidades, por sua vez, que não incluíram a comunicação em seu planejamento estratégico conseguiram desenvolver ações comunicativas através de planos operacionais (MOC, 2006).

Diante das barreiras encontradas, o GT de comunicação reavaliou sua atuação no CODES, percebendo a necessidade de suas demandas serem vistas não apenas como transversais a tantas outras assumidas pelos movimentos, precisavam ainda que a sociedade entendesse a comunicação democrática como vital para o seu desenvolvimento. É nesse momento que o GT de comunicação promove mudanças nos seus objetivos e na sua nomenclatura: denominam-se como Comitê pela Democratização da Comunicação na região sisaleira e, alinhados ao Fórum Nacional de Democratização da Comunicação, objetivam formular e implementar políticas públicas de comunicação para o território, bem como contribuir para a discussão nacional, especialmente nas questões relacionadas à comunicação comunitária. Para Nayara Silva, o comitê traz novo vigor aos comunicadores, cansados de verem seus projetos fracassarem por falta de recursos.

> Existia na verdade antes do Comitê surgir, ações isoladas de comunicação, tinha ações de rádios comunitárias, na época tinha os jovens comunicadores,

27 Entrevista concedida em 26 de outubro de 2009.

> a Agência Mandacaru... É aí que o Comitê entra justamente para juntar todas essas ações, tendo como proposta fugir do cunho de comunicação e pensar o desenvolvimento. O Comitê hoje não só tem entidades que trabalham a comunicação, ele tem outras entidades como, por exemplo, o Movimento de Mulheres, o Coletivo de Jovens, estudantes. A ideia é que essas figuras entendam que a comunicação não deve ser somente feita por quem está envolvido nela, então assim, o Comitê surge pra gerir o plano de comunicação do CODES, por que na verdade o Plano de Comunicação do CODES ele foi discutido e pensado isoladamente por três entidades, MOC, a ABRAÇO e a Agência Mandacaru. O plano do CODES ele estava se perdendo, porque o CODES não tem condição de tocar aquilo dali.

A atuação do comitê foca a sustentabilidade da comunicação comunitária da região, a formação e a capacitação dos comunicadores através de parcerias com outras instituições, a exemplo da UNEB, e a sensibilização da população e de outros setores da democratização da comunicação da região. O estímulo à participação das entidades de comunicação nos editais de cultura tanto de instituições privadas quanto das públicas e a intensificação do diálogo com o governo do Estado sobre a divisão da verba publicitária têm sido as principais táticas encontradas pelo comitê para garantir a sustentabilidade do setor. Essa alteração na atuação do grupo de comunicação na região mostra amadurecimento e autonomia do movimento de comunicação comunitária, uma vez que revela uma necessidade de reconhecimento e legitimação do seu lugar na proposta de desenvolvimento territorial, mas revela também certo distanciamento dos outros movimentos que lhe deram origem, desafio que este segmento terá que superar na tentativa de elevar suas demandas à capital comunicacional[28] do território.

Apesar dos conflitos e dificuldades enfrentadas pelo movimento de comunicação comunitária, muitas conquistas foram conseguidas, a exemplo da inserção da comunicação no Plano de Desenvolvimento do Território; o próprio surgimento do Comitê que passa a defender a bandeira da democratização, o que até então não havia sido articulado na região; a aproximação com o Governo do Estado na discussão sobre bolo publicitário, bem como nas Con-

---

28 É através da abordagem relacional e simbólica que se entende capital comunicacional. Matos (2009) afirma que ainda é cedo para propor uma definição de capital comunicacional, uma vez que as pesquisas sobre a temática ainda são incipientes. Entretanto, a autora apresenta cinco possibilidades de abordagem para entender capital comunicacional. *Abordagem relacional*: a comunicação é compreendida como o canal pelo qual as pessoas estabelecem e desenvolvem relações entre si, o caminho para harmonizar interesses, coordenar as ações, e, como conseqüência, obter respeito e tornar-se confiável. *Abordagem simbólica*: a comunicação é, antes de tudo, um fluxo de símbolos e uma negociação de significados, uma questão chave para situar as pessoas umas frente às outras (quanto aos aspectos político, econômico, social etc.). *Abordagem contábil*: a comunicação é entendida como um ativo, e, não importa se um ativo tangível ou intangível, deve ser associada a um preço ou valor, que precisa ser registrado no balanço financeiro. *Abordagem de marketing*: a comunicação é considerada uma (caixa de) ferramenta e também uma forma estratégica de pensamento, como uma engrenagem na lógica de mercado. Incluem-se, aqui, o *branding*, a publicidade, as relações públicas e as relações com a imprensa. *Abordagem gerencial*: a comunicação é encarada como um recurso organizacional administrável, pronto para ser utilizado no aperfeiçoamento de pessoal, produtos, serviços e processos; sempre no sentido de agregar maior valor ao negócio e aos *stakeholders*.

ferencias estadual e nacional de comunicação; a criação do curso superior em Comunicação Social - Radialismo na UNEB, *Campus* de Conceição do Coité; o aumento do número de rádios comunitárias outorgadas; a formação de comunicadores comunitários; a consolidação de duas entidades de comunicação, a AMAC e a ABRAÇO-Sisal; a formação de jovens comunicadores e ampliação dos equipamentos culturais da região, especialmente das rádios comunitárias das quais a rádio Valente FM faz parte.

Toda a dinâmica empreendida pelo setor de comunicação da sociedade civil do território, considerando seus avanços, suas limitações e desafios, é marco histórico na luta, simbólica e de poder, nos novos contornos que esta espacialidade adquire. Deste modo, os discursos e valores deste grupo buscam também reconhecimento dentro de espaços públicos de ação e expressão locais e o acesso aos círculos de decisão do Estado mediante uma prática de expressão e de ação social, que é evidentemente política.

Assim, o poder popular da comunicação emerge nas relações de conflito quando disputam os processos de formação da opinião pública. "A opinião pública passa a existir como ator político, representando a sociedade civil frente ao Estado" (BELLONI, 1995, p. 26). A apropriação do fazer comunicativo, ou seja, a ocupação da esfera de produção midiática e, portanto, de poder simbólico que isso significa, traduz também o conteúdo dessa ação política.

Todo esse movimento da comunicação como uma estratégia também política está dentro da conjuntura brasileira de movimento pela democratização da comunicação, que na década de 90 esteve relacionado às dinâmicas de legalização das rádios comunitárias. É nesse período que também proliferam as experiências com rádios comunitárias no Território do Sisal, entre elas a rádio Valente FM.

4.2 Rádio comunitária: a experiência da Valente FM

O rádio comunitário é fruto de um amplo processo de uso do meio e debate acerca desse uso. Características do veículo como mobilidade e baixo custo de produção e recepção, permitiram já nos anos 40, na América Latina, que o rádio fosse usado como instrumento alternativo de mobilização e, nas décadas seguintes, para a guerrilha e o protesto. Na Europa, as experiências alternativas de radiodifusão desenvolveram-se, na década de 70, como opção ao monopólio estatal, ancoradas em movimentos políticos e culturais. As discussões geradas

por esses movimentos chegaram ao Brasil no início dos anos 80, onde convergiram para uma mobilização pela democratização do acesso aos meios de radiodifusão e pela liberdade de uso do espectro, acompanhadas pelas mais diversas experimentações do uso do rádio.

Por esses debates e usos, configurou-se no país um movimento por políticas democráticas de comunicação, o qual colaborou com a formação de um conceito de radiodifusão comunitária e a constituição da ABRAÇO (Associação Brasileira de Rádio Comunitária), na década de 90. Em meio a um cenário político interpelado de um lado por esses movimentos e, por outro, pela ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão), representante dos canais comerciais, em fevereiro de 1998 foi aprovada a lei 9.612/98, que regulamenta o Serviço de Radiodifusão Comunitária[29].

A Lei nº 9.612/98 e o decreto que a regulamenta (nº 2.615, de 03/06/98) denominam serviço de radiodifusão comunitária aquele realizado por radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência (máximo de 25 watts e altura não superior a 30 metros para o sistema irradiante) e cobertura restrita (comunidade de um bairro e/ou vila), executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade da prestação do serviço. Ainda conforme a legislação, a radiodifusão comunitária tem as seguintes finalidades:

a- atender a comunidade beneficiada, visando dar oportunidade à difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

b- oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

c- prestar serviços de utilidade pública, integrando-se – quando necessário – aos serviços de defesa civil;

d- contribuir para o aperfeiçoamento de profissionais nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, seguindo a legislação profissional vigente; e

e- permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Todo esse movimento pela democratização da comunicação e pela legalização das rádios comunitárias reverberou no Território do Sisal e, após dois anos de discussão, a rádio comunitária Valente FM[30] foi ao ar pela primeira vez em fevereiro de 1998. A história da

29 Muitos estudiosos e, principalmente, radioamadores consideram essa lei contraditória e excessivamente burocrática. Essas opiniões se baseiam no fato de que a lei 9.612/98 limita as possibilidades dessas emissoras se manterem, já que veta a busca por comerciais, há imposições a respeito da faixa, da potência, do alcance etc.

30 A rádio comunitária Valente FM teve seu estatuto social alterado em fevereiro de 1999, no qual a denominação da rádio foi modificada para "Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Valente", no entanto, para exploração dos serviços de radiodifusão adota o nome fantasia "Valente FM". (ASSOCIAÇÃO

Valente FM não difere das histórias das muitas rádios comunitárias que iniciaram suas atividades na ilegalidade.

Segundo o Pastor Jorge Néri, um dos fundadores da rádio, as maiores dificuldades na implantação da emissora foram a legislação e a capacitação técnica. A capacitação foi resolvida com os esforços das entidades da sociedade civil envolvidas na criação da associação e implantação da rádio[31], que buscaram profissionais em Salvador para fazer o treinamento, especialmente a APAEB que também comprou os equipamentos. A legalização, no entanto, demoraria ainda cinco anos para acontecer, apesar de cumprir os requisitos legais. Nas entrevistas com membros da rádio há alusões a obstáculos criados no departamento de comunicações, desde documentos que desapareciam "misteriosamente" a solicitação de documentos que já haviam sido entregues. Marcada por muita violência e repressão, a rádio Valente FM sofreu represálias da ANATEL e da polícia federal. Em 2003, apesar de possuir autorização para funcionamento, a rádio foi lacrada.

Cléber Silva, um dos fundadores e coordenador de jornalismo da rádio, conta que colocar no ar uma rádio sem outorga de maneira tão aberta fez com que outros municípios do território também se mobilizassem para ter sua rádio.

> Quando a gente entrou no ar começou a despertar em outros municípios a possibilidade de montar uma rádio comunitária e funcionar mesmo sem a outorga do Ministério das Comunicações, que na época estava começando a regularizar isso. Nós sabíamos que ia ser difícil, então a gente falou, vamos funcionar uma rádio comunitária e ver o que é que dar. Então para os movimentos sociais daqui de Valente iniciar desta forma foi uma visão muito interessante de lutar pela democratização da comunicação. Porque todos sabiam que a rádio era ilegal, até então ninguém aqui tinha colocado uma rádio tão abertamente no ar... [32]

Por causa do apoio da APAEB a rádio Valente FM é a que possui a melhor estrutura das rádios comunitárias da região, apesar das dificuldades iniciais. Juridicamente a rádio Valente FM é o nome fantasia da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Valente. A Associação é administrada pela Assembléia Geral, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA VALENTE, 1999).
Em 2009 teve novamente seu estatuto social alterado transformando-se em OSCIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA VALENTE, 2009).

31 As entidades da comunidade local que legalmente foram instituídas na criação da Associação foram: Igreja Católica- Paróquia de Valente, Igreja Batista de Valente, Loja Maçônica Fibra e Força Valentense, APAEB-Valente, SISEV- sindicato dos servidores públicos de Valente.

32 As entrevistas foram concedidas em Novembro de 2008.

A Assembléia Geral é formada por todos os sócios e é de sua competência eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal. A Diretoria Executiva atualmente é formada pelo Diretor presidente, José Melquíades (nenhuma experiência com comunicação, representando a Igreja Batista); pelo secretário, Claudinor Lima de Aquino (nenhuma experiência com comunicação, ainda que já tenha sido presidente da rádio em 2006, representa o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Valente - STRAF); pelo tesoureiro, Idaildo Araújo de Oliveira (nenhuma experiência com comunicação, representa a APAEB); pelo diretor de operações, José Cupertino Nunes da Silva (é técnico e tem experiência com transmissores e comunicação); diretor de Comunicação, Glabson Santos (tem algumas experiências com comunicação, representa a Associação de Músicos de Valente). Cabe à Diretoria Executiva administrar o cotidiano da rádio, desde sua programação até as questões burocráticas.

O Conselho Fiscal é formado por José Lino Soares, Marivaldo Bispo Sales e Luiz Mota Souza. Além desse conselho foi formado o Conselho de suplentes composto por Luiz Aldo Araújo e Erenita Leonícia de Oliveira. Todos os membros dos conselhos fiscal e de suplentes são sócios[33] da entidade.

No estatuto da Associação consta ainda o Conselho Comunitário formado por cinco representantes de entidades da comunidade local indicados pela Diretoria Executiva. A formalização dessa estrutura funciona apenas para atender uma exigência legal, na prática, essa estruturação não funciona. Os atores envolvidos na Associação também assumem outras funções, muitas vezes remuneradas, nas suas entidades originárias, o que acarreta na preterição das atividades da Associação, cabendo a administração efetivamente a um ou dois indivíduos.

Atualmente a Valente FM conta com 08 funcionários remunerados em seu quadro: 03 repórteres, 03 locutores, 01 *office-boy* e 01 servente de limpeza. Os comunicadores que compõem a rádio são em sua maioria jovens entre 20 e 35 anos com formação em nível médio, apenas Cléber Silva é formado em Letras pela UNEB-Coité, Toni Carvalho é recentemente formado em Comunicação Social na UNEB-Coité e Toni Sampaio ingressou este ano no Curso de Comunicação Social na mesma instituição. O ingresso destes atores na radiodifusão comunitária, e na comunicação de maneira mais geral, teve início com a

33 Segundo o estatuto da Associação "são considerados sócios todos aqueles que sem impedimentos legais, forem residentes na área de atuação da Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Valente FM, mediante preenchimento de formulário próprio, que sejam aprovados pela Diretoria e que mantenham fiel obediência a este Estatuto e deliberações da Associação" (ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA VALENTE, capítulo II, artigo 4°, 1999).

organização deste segmento no território, todos eles são frutos das oficinas de capacitação desenvolvidas pelo MOC ou patrocinadas pela APAEB.

As rádios comunitárias acabam exercendo um papel de formação profissional na área da Comunicação, uma vez que, os profissionais ingressam nestas emissoras sem nenhuma experiência e após adquirirem tais conhecimentos migram para o mercado comercial de trabalho, já que este pode oferecer melhores condições trabalhistas e financeiras para os profissionais, gerando uma alta rotatividade de pessoal nas rádios comunitárias. A sede da rádio é emprestada pela APAEB e constam de uma redação, 01 sala da diretoria, 01 recepção, 01 banheiro, 01 estúdio, 01 estúdio de gravação e 01 sala para o coordenador do jornalismo. Os locutores e repórteres também exercem a função de técnico de áudio quando estão apresentando os programas.

Após um período de grandes dificuldades financeiras e gerenciais, no qual a rádio ficou sem diretoria atuante, aos cuidados apenas dos funcionários, a emissora passou a ser gerida pelo diretor-presidente, José Melquíades, que ocupa o cargo há quatro anos. A atual gestão foi responsável pela organização administrativa e financeira da rádio e principalmente pela mudança no estatuto sobre a natureza da Associação que passou a ser uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Esta alteração dá maiores poderes ao diretor-presidente, possibilita a remuneração da diretoria e permite que a Associação possa pleitear projetos; receber doações de recursos físicos, humanos e financeiros etc. Na atual gestão é visível a existência de uma relação hierárquica entre o diretor e funcionários, é perceptível também uma atitude intervenção pontual no que está sendo veiculado, a exemplo da programação musical que será discutida mais abaixo. Se a atual gestão foi importante para a rádio ter uma estruturação física e financeira viável hoje, por outro lado, o dirigismo autoritário fez com que a rádio perdesse força enquanto projeto político, uma vez que a centralização não permite outros canais para viabilizar a participação.

A participação popular não associada diretamente à rádio ocorre principalmente em dois níveis: o que contempla a participação na avaliação da programação, na maioria das vezes feita informalmente com sondagens e conversas na rua; e a participação durante a veiculação dos programas, através dos mecanismos de interatividade, a exemplo do telefone e *msn*. O número do telefone da rádio é divulgado durante a programação para que os ouvintes possam pedir músicas, tirar dúvidas ou opinar sobre os programas e assuntos.

A participação das entidades na dinâmica da rádio acontece principalmente através da divulgação das atividades das entidades e por meio da elaboração e apresentação de programas. A APAEB-Valente e o STR destacam-se na produção de programas, as outras

instituições têm espaço durante a programação jornalística. No entanto, alguns conflitos internos apontam para uma espécie de retaliação na divulgação de algumas entidades. Em entrevista, os dirigentes da rádio afirmaram não colocar notícias de determinadas entidades ou, caso a notícia fosse de interesse público era cortado o nome da instituição. Esses conflitos também foram evidenciados no PTDRS, como já mostrado no tópico anterior, em que os movimentos sociais ensejam garantir a participação na gestão da rádio Valente FM.

O quesito participação, tão caro a uma emissora comunitária, se realiza em três níveis na Valente FM, segundo classificação de Peruzzo (2004, p. 141-145)[34]:

a) Como receptores dos conteúdos, o que ajuda a dar audiência, muitas vezes tomada como por parâmetro para dizer se o meio de comunicação é "popular". É uma participação passiva que interfere nos conteúdos apenas indiretamente.
b) Participação nas mensagens: nível elementar de participação, no qual a pessoa dá entrevista, pede música etc, mas não tem poder de decisão sobre a edição e transmissão. Neste caso refere-se à população não associada diretamente à rádio.
c) Participação na produção e difusão de mensagens, materiais e programas: consiste na elaboração, edição e transmissão de conteúdos. No caso das entidades que produzem seus próprios programas.

A programação da Valente FM é basicamente formada por programas musicais, um de jornalismo e um esportivo, como podem ser verificados na tabela abaixo:

34 Os outros níveis de participação que Peruzzo indica são: a- o planejamento dos meios: participação na idealização das políticas editoriais e perfil dos meios; b- gestão dos meios: participação nos processos administrativos e gerenciais dos meios.

Tabela 1- Grade Programação da Valente FM
Segunda à Sexta-feira

HORÁRIOS	PROGRAMAS	CARACTERISTICAS
5:00h às 8:00h	Vozes da Terra	Programa formado por músicas chamadas regionais, forró pé-de-serra, artistas locais, sertanejo raiz. A locução do programa é feita por Gel Santos. A escolha das músicas é feita na hora sem preparo prévio e sem apoio de qualquer *script* ou roteiro em papel.
8:00h às 11:30h	Ligação Direta	O programa conta com a participação dos ouvintes através dos pedidos por telefone, sendo assim, executa estilos musicais variados. A locução do programa também é feita por Gel Santos.
11:30h às 12:00h	Conversa da Gente	Programa produzido pela APAEB- Valente, em estilo revista, aborda notícias da instituição e assuntos variados. Executa músicas internacionais, sucessos e artistas locais. Apresentado por Larissa, funcionária do departamento de comunicação da instituição.
12:00h às 13:00h	Rádio Comunidade	Programa jornalístico com notícias locais, regionais e nacionais. Produzido e apresentado por Cleber Silva, Toni Carvalho e Toni Sampaio.
13:00h às 14:00h	FMPB	Programa que executa apenas música popular brasileira. Neste programa a locução não é contínua, podendo ser programação do *playlist*.
14:00h às 18:00h	Show da Tarde	Programa comandado por Tony Sampaio, executa estilos musicais variados, especialmente as músicas de maior sucesso nas rádios comerciais, conta com a participação dos ouvintes através dos pedidos por telefone. Não possui roteirização prévia.
18:00h às 19:00h	Bola na Rede	Programa com notícias do esporte local, regional e nacional. O programa possui patrocínio e produção independentes.
19:00h às 20:00h	Retransmissão da "A Voz do Brasil"	O programa "A Voz do Brasil" é transmitido obrigatoriamente por todas as emissoras comerciais e comunitárias do país. O espaço é dividido igualmente pelo poder Executivo e Legislativo para noticiário de suas realizações.
21:00h às 23:00h	Noite de Sucessos	O programa não tem gênero ou estilo específico, normalmente executa as músicas que estão fazendo sucesso nas rádios comerciais e as músicas românticas. Atende pedidos por telefone. Apresentado por Lecildo Silva.
23:00h às 5:00h		Músicas programadas no *playlist*. Priorizam-se as músicas românticas e internacionais.

Fonte: Elaboração própria

Aos domingos pela manhã é veiculado o programa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Valente, com notícias da instituição e de interesse dos as-

sociados. Nos demais horários em que não há programação definida, os espaços são preenchidos com músicas executas a partir do *play-list*.

Durante os programas ou entre um programa e outro, sem periodicidade definida, são inseridas informações curtas com anúncios de ofertas de emprego, informações de utilidade pública e de fatos importantes que aconteceram na cidade, no território, no país ou no mundo, geralmente essas notícias são extraídas de sites noticiosos.

O perfil da programação da Valente FM é conseqüência do contexto em que se insere uma rádio comunitária. Ao discutir a comunicação popular, Peruzzo identifica a abrangência reduzida, a inadequação dos meios, o uso restrito dos veículos, a pouca variedade, a falta de competência técnica, o conteúdo mal explorado, a instrumentalização, a carência de recursos financeiros, o uso emergencial, as ingerências políticas e a participação desigual como as limitações para este tipo de comunicação (PERUZZO, 2004, p. 149-155).

A falta de recursos financeiros é um dos principais motivos apontado para a pouca variedade na grade de programação da rádio que dedica 20 horas diárias para a programação musical, entre programas com locução e programação de *play-list*. A programação da emissora assemelha-se muito às rádios comerciais, tanto pelo espaço dedicado á programação musical, quanto pelo estilo de locução adotado, passando pelas músicas executadas. Os locutores, por exemplo, não dão informações adicionais sobre o artista, compositor, estilo ou músicas executadas, repetindo o modelo das emissoras comerciais de informar apenas o título da música e o intérprete. Muito embora a valorização de artistas regionais seja um dos aspectos positivos observado na programação musical. Outro motivo que se destaca é o receio de perder parcelas da audiência. Este temor impede que os produtores busquem alternativas de programação que não sejam dispendiosas e que sejam inovadoras nas suas propostas, definindo uma linguagem própria para a rádio.

Um ponto polêmico sobre a programação musical da rádio Valente FM é a seleção das músicas ditas de qualidade. O diretor da rádio admite que já interferiu na programação mandando suspender determinadas músicas. Segundo o diretor, rádio comunitária deve tocar música de qualidade, que não tenha conteúdo depreciativo e ofensivo. O diretor relata que fez um trabalho de conscientização com os locutores sobre o que se deve ou não ser executado na rádio. Segundo Cleber Silva, essa prática foi importante para abrir uma discussão com a comunidade e a própria comunidade respaldar a suspensão da execução.

> A gente toca o que a indústria cultural produz, com certa restrição. Isso andou meio solto, mas com uma nova diretoria começou a pegar no pé. Então,

> música que agride a mulher, por exemplo, duplo sentido, não qualquer duplo sentido, musica que agride... Música 'tapinha não dói' a gente nunca tocou na rádio. Nesse sentido, a gente faz essa seleção mesmo. É uma espécie de censura. O pessoal dizia: '*ah isso é censura e tal'*. Quando começou a ter algumas reclamações que a gente tava censurando, a gente colocou um debate no ar. Então houve os prós e os contras. Mas a gente preferiu não tocar, então não tocamos.

Em estudo realizado por Aline Araújo[35] (2010) sobre a programação musical da rádio Valente FM, a autora enfatiza que

> a rádio executa todos os estilos, mas não qualquer música dentro desse estilo. Os locutores seguem uma linha proposta pela direção para não tocar músicas com sentido ambíguo, que façam apologia as drogas, sexo, violência etc, eles devem observar as letras e filtrar aquilo que vai ao ar, mesmo que o ouvinte peça, os funcionários explicam que a emissora não tem a canção pedida e sugerem outras opções no mesmo ritmo, às vezes até do mesmo artista, mas que não vá contra os princípios determinados pela rádio comunitária. (ARAÚJO, 2010, p. 46)

Outro aspecto apontado por Araújo é a interferência do gosto pessoal do locutor na seleção musical, mesmo nos programas em que o pedido do ouvinte é o critério para esta seleção como o "Ligação Direta", "Show da Tarde" e "Noite de Sucessos". Como muitas vezes o número de pedidos não é suficiente para preencher o tempo da programação ou o pedido não pode ser atendido, o locutor insere outras músicas na grade. Segundo o estudo de Araújo, é perceptível a influência do gosto do locutor na escolha dessas músicas.

A programação jornalística é formada pelos boletins que acontecem ao longo da programação e pelo programa *Rádio Comunidade*. Geralmente, os boletins versam sobre matérias retiradas de *sites* noticiosos que a equipe considera de interesse para a população local ou avisos da comunidade. O programa *Rádio Comunidade* é o que possui o maior prestígio na rádio e sua dinâmica será detalhada no próximo tópico. Ainda sobre a programação jornalística não há participação direta na produção do jornalismo, ainda que a população, principalmente a sociedade civil, paute a rádio com sugestões de assuntos a serem abordados em boa parte das matérias locais.

Para além do reconhecimento jurídico-legal e considerando os níveis de participação, bem como o modelo de gestão adotado, a Valente FM pode ter questionada sua qualificação "Comunitária". Sob o ponto de vista teórico, muitos estudiosos apontam a participação ativa das pessoas residentes na localidade e de organização coletiva na programação, a gestão pública e a falta de fins lucrativos como principais elementos para atestar o caráter comunitário de uma

35 Em monografia de graduação orientada pela autora.

emissora. Segundo a classificação[36] realizada por Peruzzo (1998), uma emissora é eminentemente comunitária quando organizações coletivas são responsáveis por todo o processo comunicativo, desde a programação até a gestão do veículo. Cogo (1998) e Coelho Neto (2002) também partilham desta classificação. No entanto, outros estudiosos e as próprias entidades representativas de rádio comunitárias defendem a flexibilização nesta classificação considerando os variados contextos que as experiências com rádio comunitária acontecem. A Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC) sinaliza para a pluralidade de práticas das emissoras que a constituem sendo difícil garantir uma unicidade proposta pela classificação.

> Rádios comunitárias, cidadãs, populares, educativas, livres, participativas, rurais, associativas, alternativas... Distintos nomes e um mesmo desafio: democratizar a palavra para democratizar a sociedade.
> Grandes ou pequenas, com muita ou pouca potência, as rádios comunitárias não fazem referência a um "lugarejo", mas sim a um espaço de interesses compartilhados. Nestas emissoras pode-se trabalhar com voluntários(as) ou pessoal contratado, com equipamentos caseiros ou com o que há de mais desenvolvido tecnologicamente. Ser comunitário não se contrapõe à produção de qualidade nem a solidez econômica do projeto. Comunitárias podem ser as emissoras de propriedade cooperativa, ou as que pertencem a uma organização civil sem fins-lucrativos, ou as que funcionam com outro regime de propriedade, sempre que esteja garantida sua finalidade sociocultural (AMARC, 2010).

Vigil (2003) aponta a relevância da "apropriação" da emissora pela audiência, que a sente como sua, participa da sua programação e se vê representada nas transmissões, como um conjunto de elementos que reflete a estreita relação existente entre a rádio e a comunidade, caracterizando assim, uma rádio comunitária. Em seu trabalho intitulado "Panorama atual das rádios comunitárias no Brasil", Lílian Bahia (2006) traz significativas contribuições para o debate sobre o que é ser comunitária. A autora dialoga com estudiosos que questionam a viabilidade da gestão participativa, considerando a realidade dessas rádios e não o modelo teórico definido pela academia, a exemplo do professor da UFMG, Valdir Oliveira. O professor indaga se não são as rádios comunitárias também um espaço de hegemonia e autoritarismo, devendo, portanto, abordar a questão sem a visão heroica de tais emissoras como modelos de poder horizontalizado.

---

36 A classificação de Cicília Peruzzo (1998) inclui cinco grupos destas emissoras no Brasil: 1) Emissoras eminentemente comunitárias, onde as organizações comunitárias são responsáveis por todo o processo comunicativo, desde a programação até a gestão do veículo; 2) Emissoras que prestam alguns serviços comunitários, mas estão sob o controle de poucas pessoas, servem como meio de vida para seus idealizadores, 3) Emissoras mais estritamente comerciais, com programação semelhante às emissoras convencionais; 4) Emissoras de cunho político-eleitoral, ligadas a políticos ou candidatos a cargos eletivos e seus partidos políticos; 5) Emissoras religiosas, vinculadas a setores das igrejas católica e evangélica, algumas fazem programação estritamente religiosa, outras incluem programas de caráter educativo, informativo e cultural, o que as aproximaria das comunitárias.

A experiência da rádio Valente FM confirma as contradições que perpassam um contexto político marcado por intensas relações de poder institucional a partir das quais se articulam atores, dentre os quais figuram os próprios radialistas e membros dos movimentos sociais. A atuação daqueles à frente da rádio expressa as proximidades entre os campos da política e da comunicação, que no caso da rádio Valente FM é tributária da sua relação com a APAEB. Essa afirmação pode ser ilustrada na ocasião das eleições municipais, quando um dos candidatos a prefeito e um dos candidatos a vereador – o então presidente da APAEB e um dirigente da instituição, respectivamente-, alinharam-se partidariamente com o grupo oposicionista "Jacu"[37]. A Rádio Valente FM se posicionou favorável a essas candidaturas, assumindo na sua programação um tom eleitoreiro, a despeito de promover um debate público sobre as principais questões do município, além de apresentar proposições concretas que possam atender população (TEIXEIRA, 2000).

Apesar da gestão e dos níveis de participação desenvolvidos na Valente FM ser questões problemáticas para o projeto de uma rádio comunitária, avalio a sua atuação como comunitária. Afinal, a rádio foi gestada no contexto dos movimentos populares do Território do Sisal, é produzida no âmbito das comunidades e de agrupamentos sociais com identidades e interesses comuns deste território. As características de interesse social, promoção da educação informal e cultura dos receptores sobre temas diretamente relacionados à sua vida e a contribuição na ampliação da cidadania são mais visíveis no programa *Rádio Comunidade*, onde a rádio contribui para a reconfiguração da esfera pública local.

37 Historicamente, existem em Valente dois grupos conservadores que disputam o poder local. O grupo situacionista, denominado "que-que-quer" (composto pelas siglas DEM e PR), ocupa o poder municipal há 32 anos; e o grupo "Jacu" (composto pela sigla PMDB, e nos últimos pleitos tem recebido o apoio do PT), possui, na figura do ex-prefeito, grande fazendeiro e comerciante da região, de estilo autoritário, seu líder. Atualmente DEM, PMDB e PT são as siglas partidárias mais influentes no município. Fontes: Teixeira (2000) e observação direta da pesquisadora,

4.3 A produção simbólica no cotidiano popular: o programa *Rádio Comunidade*

> A partir de agora a rádio da credibilidade assume um compromisso com a verdade. A notícia, a informação e a utilidade pública. *Rádio Comunidade*, com Cleber Silva e Toni Sampaio.

É com esta vinheta de abertura que o programa *Rádio Comunidade* inicia sua transmissão jornalística de segunda a sexta-feira no horário aproximado de 12:00 ás 13:00[38] na Valente FM. A produção jornalística é uma das ferramentas fundamentais das rádios comunitárias para incidir nos contextos e desatar processos mobilizadores, por isso, o jornalismo adquire importancia numa programação comunitária já que a informação é central nos processos de formação da opinião pública. Afinal, há uma estreita relação entre acesso à informação e o exercício de uma cidadania ativa. O jornalismo naturalizou-se como discurso sobre o real. Resende (2003, p.11) afirma que "um dos princípios epistemológicos do jornalismo ancora-se no fato de ser este o lugar do discurso pautado pela verdade. E é esse o eixo que norteia a construção da narrativa jornalística". A vinheta do programa jornalístico anuncia ao ouvinte que esse é o espaço de legitimação e interpretação partilhada de acontecimentos públicos cotidianos, pois o discurso jornalístico veiculado ali é revestido de "vontade de verdade" ou "regime de verdade" (FOUCAULT, 2006). Para Foucault,

> Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado; as técnicas e procedimentos valorizados na aquisição da verdade; o status daqueles que estão encarregados de dizer o que conta como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p 12).

Em nossa sociedade o discurso jornalístico e todas as técnicas de apuração, produção e edição de notícia se configuram como regime de verdade. Segundo as proposições foucaultianas, podemos entender a "verdade" como um conjunto de procedimentos regulados para a produção, distribuição e funcionamento dos discursos. "A verdade está circularmente ligada a

38 Trata-se de um horário aproximado porque durante a observação dos programas foi constado que não há uma regularidade referente a duração e aos horários de começo e término do programa, por exemplo, no corpus analisado havia programa que começava 12:04h ou 12:10h e terminava às 13:20h.

sistemas de poder que a produzem e a confirmam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem" (FOUCAULT, 1979, p.14).

Ao produzir e fazer circular discursos que funcionam como verdade, o discurso jornalístico passa a deter poderes específicos. Talvez por esse motivo, os projetos políticos culturais e comunicacionais das rádios comunitárias se fazem presentes nas estratégias de produção jornalística. Ao elaborarem uma representação do mundo, elegem elementos que serão partes do relato, que serão notícias, propõem uma agenda e apresentam uma linha editorial que expressa sua postura política, esta por sua vez, se expressa nos olhares sobre a realidade. A maneira em que se constitui a formação de uma linguagem, a definição dos temas, o tratamento que se dará a esses temas, são todas decisões que estão implicadas no complexo processo de produção. E essas decisões são tão políticas como a definição mesma do projeto político comunicacional. É o espaço de disputa de sentidos, de produção da "verdade".

A produção jornalísitca do programa *Rádio Comunidade* da Valente FM será o objeto analisado nesta sessão. O texto ora apresentado é fruto da análise da gravação de 10 programas, realizadas durante os meses de abril e maio de 2009; e da observação da rotina de produção do programa, feita em visitas à rádio no mesmo período. Não temos a pretensão de fazer uma análise aprofundada do processo de produção das mensagens, apenas apresentamos alguns elementos da produção desse programa para efeito de visualização e entendimento do processo da recepção.

O programa estrutura-se em blocos com quantidade variada organizados a partir da edição por zonas geográficas, na seguinte ordem: manchetes – destaque – local - regional - nacional - internacional, num esquema semelhante ao proposto por Ferrareto (2001). As notícias que compõem o destaque local são as acontecidas na ou que dizem respeito diretamente à cidade de Valente, o destaque regional é composto por relatos dos fatos acontecidos em qualquer cidade do estado da Bahia e o destaque nacional é composto por notícias ocorridas no território nacional. A produção do programa é realizada por uma equipe composta por Cleber Silva, coordenador de jornalismo, que assume o papel de editor e ancora do programa; Toni Sampaio, locutor que participa da apresentação do programa e realiza o *clipping* de notícias na Internet, e Toni Carvalho, repórter de rua, que também funciona como técnico de aúdio e pode assumir o papel de locutor- apresentador, na ausência de um titular.

A rotina de produção do radiojornal inicia com uma clipagem nas edições *on line* dos principais jornais do país[39]. Em seguida são escolhidas as notícias que serão destaque nacional ou regional. Quem assume a função do *gatekeeper*[40] é o coordenador de jornalismo. Segundo os produtores, os critérios para a escolha de notícias realizadas na clipagem considera dois aspectos: o interesse local e a adequação entre a linha editorial dos jornais consultados e a produção jornalística da rádio. "Então a gente faz a clipagem, mas com duas preocupações de que tem que ser algo que possa interessar as pessoas daqui e lembrando que existem linhas editoriais que não tem nada a ver conosco"[41].

A AMARC-ALC e Interconexiones (2006), através de material de formação intitulado "El Cantar de Las Hormigas", alertam que ao utilizar meios massivos e comerciais como fontes de informação na produção jornalísticas das rádios comunitárias têm que observar que a agenda que esses meios propõem são também recortes da realidade apresentado por um ponto de vista particular, sendo um erro reproduzir tal linha editorial não estando de acordo com os princípios da rádio. A publicação afirma ainda que o poder que os meios possuem de influir nos temas da agenda pública é desigual e a proposta das rádios comunitárias é alternativa, devendo então cada rádio avaliar se deve promover outras discussões sobre um tema que se impõe nos grandes meios ou apenas ignorá-los. Para os produtores da Valente FM, é necessário fazer uma edição bem criteriosa das matérias de outros meios, considerando as diversas linhas editoriais e a "quantidade e a diversidade de interesses que existe nas linhas editoriais".

Os produtores não esclareceram o que consideram como "interesse da população", no entanto, analisando os programas verificamos que as temáticas relacionadas à educação, economia, esporte, saúde e política são as mais divulgadas como destaque nacional. A tabela abaixo aponta para a seguinte distribuição temática durante o período/programa observado:

---

39 Os jornais consultados pelos produtores são Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, O Globo, Correio Brasiliense, Jornal Estado de Minas, Zero Hora, A Tarde, Correio da Bahia. Eventualmente são divulgadas as manchetes do jornal Extra, Diário Nordestino e Jornal do Brasil

40 O termo *gatekeeper* foi utilizado no jornalismo pela primeira vez por David White e refere-se ao jornalista que toma a decisão sobre o que será ou não notícia a partir de critérios baseados, muitas vezes, no conjunto de experiências, atitudes, expectativas do profissional, bem como das normas ocupacionais e linha editorial da organização em que trabalha. Para saber mais sobre o tema consultar Pereira Jr. (2001) e Wolf (1994).

41 Produtor do programa em entrevista concedida a autora em abril de 2009.

Tabela 2- Principais temas do destaque nacional do Programa *Rádio Comunidade*

Temáticas	Quantidade de veiculação (%)
Saúde	49,32%
Educação	8,22%
Economia	17,80%
Esporte (futebol)	6,85%
Política	8,22%
Outros	9,59%

Fonte: Elaboração própria

O fato de alguns temas se repetirem não necessariamente aponta para a definição de uma política de comunicação, bem como, do delineamento razoavelmente preciso sobre que elementos constituem a noção de interesse local. Muitas vezes a abordagem repetitiva sobre alguns temas denota um movimento no qual a mídia local é pautada pelos assuntos explorados pelas mídias nacionais e que, nem sempre, tem uma relação explícita com a realidade regional. Num dado momento, motivados pelas circunstâncias, os assuntos mais explorados podem ser, por exemplo, sobre a gripe suína, o Enem, a entrega da declaração do imposto de renda, etc. A pandemia da gripe H1N1 explica o alto índice que a editoria de saúde obteve.

A regularidade se refere, portanto, muito mais em se pautar pela mídia nacional, o que resulta numa variação temática de acordo com o que esta coloca em evidência, do que pela postura ou linha editorial. O problema seria em que medida o jornalismo da rádio Valente se apropria deste conteúdo, fazendo conexões com o local. No programa exibido no dia 06 de maio de 2009, por exemplo, é destacada a seguinte notícia de abrangência nacional:

> "Inflação sobe para família de baixa renda.
>
> A inflação ficou maior para famílias de baixa renda em Abril. O índice de preços ao consumidor, o classe 1 IPC- C1, que mede a inflação para famílias com renda entre um e dois e meio salários mínimos ficou, portanto, em 0,73% no mês passado, depois de registrar a taxa de 0,51% em Março. A taxa é maior que a registrada para o conjunto da população calculada pelo índice de preços ao consumidor IPC-TR que ficou em 0,47%. Entre os principais responsáveis pela alta da inflação em Abril, segundo a Fundação Getúlio Vargas, aparecem os preços dos cigarros e dos medicamentos. Os primeiros subiram em média 7,85%, 0,82% em Março, enquanto os segundos tiveram alta de 2,55% no mês anterior. A alta teria sido de 0,29%."

Após a leitura da manchete, o locutor apresenta a notícia retirada de *site* noticioso sem tratamento para a linguagem radiofônica. Apesar desse assunto ser potencialmente do interes-

se da população de Valente, já que a sua maioria concentra-se no referido estrato econômico, não há, por parte da rádio, nenhuma mediação da temática com a cidade de Valente. Entretanto, no mesmo dia o programa destacou a seguinte matéria:

> "Caixas decoradas com lixo. Em Nova York vira febre. Olha só, Nova York produz todos os dias mais de uma tonelada de lixo, resíduos, copos de café, latas de refrigerante, enfim muita coisa, né? E uma pessoa, que é um artista diz que recolhe tudo isso e acaba fazendo arte. Recolhe o lixo e fazendo arte, ele coloca tudo numa caixa transparente e vende por até 100 dólares. É o lixo nu e cru transformado em arte, como diz o artista plástico norte americano. O artista garante que o lixo não fede, nem apodrece. Para isso ele percorre as lixeiras de Nova York diariamente, ele pega todo o lixo que pode pegar desde tickets de metro, embalagens de cigarros, pedaços de papel, garrafas de cerveja quebradas e o que mais aparecer e acaba transformando em arte e vende por até R$ 100,00 aos próprios americanos."

A matéria foi seguida do seguinte comentário:

> "Ok inteligência, né? Fazendo aí do lixo jóia, né? Valorizando isso aí e contribuindo com a preservação do meio ambiente. E com esta informação aqui para gente, um recado para gente aprender também a reciclar, como falou Graziele Mota aqui no programa e tantas outras pessoas que reciclam e faz um trabalho, é claro com suas limitações, mas já faz esse trabalho e desenvolve essa atividade."

Aqui o fato que aconteceu em outro país é aproximada pelo locutor com as experiências locais, ao enfatizar que a artista local também desenvolve este trabalho. A utilização da reciclagem do lixo tem sido uma das ações desenvolvidas por cooperativas da cidade com o intuito de promover renda para seus cooperados. Enfatizar que tal ação também acontece em outro país e que as peças produzidas com lixo reciclado é vista como arte e por isso bem recompensável financeiramente, é uma forma de valorizar a ação das cooperativas e motivar os sujeitos cooperados a desenvolver a ideia.

Neste sentido, um dos desafios impostos aos atores desta comunicação se refere às dinâmicas de apropriação por meio das quais seria possível constituir uma agenda própria decorrente das diversas relações entre as problemáticas locais e as nacionais e globais.

A importância que os destaques nacionais e internacionais adquirem no jornalismo de uma rádio comunitária, logo uma rádio local por excelência, é que este local não pode ser compreendido dissociado dos fluxos gerados pela mídia. O local não pode se converter em um limite para o próprio desenvolvimento e as ações locais se inserem em uma rede de estratégias globais. Ao mesmo tempo em que há a reprodução de elementos da grande imprensa, o

jornalismo também assume configurações presentes na mídia local e comunitária. Os jornais locais requerem uma determinada condição de leiturabilidade do mundo, mas principalmente uma iniciação a certas notícias referentes ao seu entorno. O caráter dialógico global-local fica explícito: "hoje o meramente local e o global estão atados um ao outro, não porque este último seja o manejo local dos efeitos essencialmente globais, mas porque cada um é condição de existência para o outro" (HALL, 2003, p. 45).

O caráter suplementar, no sentido derridiano, que o local/global adquire na mídia comunitária é possível porque estes veículos podem funcionar como canal de negociação de conflitos ao articular informações e estímulos globais com a memória e a história local, (re) construindo novos relatos, negociando identidades. Além disso, é imprescindível salientar que a importância de tal negociação ocorre necessariamente em mão dupla: tanto o veículo comunitário precisa estar atento a informações externas pertinentes à realidade local quanto deve atuar no incentivo à produção cultural da região, se preocupando em dar visibilidade a essa produção.

No *Rádio Comunidade* as notícias locais frequentemente ocupam grande parte do tempo destinado ao programa. No corpus analisado as notícias locais ocupam quase a metade do número de notícias veiculadas, no entanto, essa porcentagem não representa uma constante diária, mas sim um esforço por parte da equipe em produzir suas mensagens a partir do seu lugar. Tal afirmação é respaldada na constatação de que em alguns programas encontramos o número de notícias clipadas, logo nacional ou regional, superior as notícias locais. Este quadro pode ser configurado como uma estratégia operativa por parte da equipe de jornalismo que necessita publicizar seu jornal diário a despeito das dificuldades financeiras ou técnicas de realizá-lo.

Tabela 3- Número de notícias por editoria

Editoria	Número de veiculação (%)
Internacional	3,8
Nacional	21,52
Regional	29,11
Local	45,56

Fonte: Elaboração própria

A agenda temática local do programa privilegia atividades do movimento social, do poder público, economia, educação, saúde e cultura. Tais notícias podem ser agrupadas, como um recurso de visualização, na seguinte classificação[42]:

Temas que fazem parte dos assuntos públicos da comunidade. Tratam de assuntos políticos, sociais, econômicos, legislativo, etc que sejam relevantes para um conjunto da sociedade e desperte o interesse coletivo. Eis alguns exemplos:

- "Segurança: assunto pautado na câmera de vereadores" (*Rádio Comunidade*, transmitido dia 27/04)[43]

- "Lixo jogado em terreno no povoado de Tanquinho" (RC, 28/04)

- "Agentes de combate a dengue em greve em Valente" (RC, 28/04)

- "Ônibus solta pneu na estrada para Valilândia" (RC, 30/04)

- "Vacância no cargo de secretário de infra-estrutura do município" (RC 08/05),

- "Vereadores visitam casas populares para averiguar irregularidades" (RC 30/04, 04/05, 05/05 e 07/05);

- "Feira da agricultura familiar" (RC 05, 06 e 07/05)

Temas que fazem parte da vida cultural da comunidade. Notícias relacionadas com toda a esfera cultural e artística da comunidade.

- "Exposição do trabalho artístico de Graziela Mota" (RC, 06/05);

- "Divulgação do Forró de maio" (RC, 06 e 07/05)

- "São João de Valente" (RC, 06/05)

Temas que fazem parte de assuntos privados dos integrantes da comunidade. Notícias que interessam à audiência, mas que não tem relação com os assuntos públicos que organizam a vida em comum.

- "Promotor de Valente tem casa arrombada" (RC, 05/05)

- "Corte de ponto de funcionária da prefeitura no povoado de Santa Rita (RC, 04/05)

Temas que são de utilidade para a vida cotidiana das pessoas. Notícias, datas que permitem satisfazer necessidades vinculadas coma vida cotidiana.

- Palestras para as gestantes (RC, 27/04).

- Calendário de vacinação dos idosos nos povoados (RC, 28/04)

- Previsão do tempo e fases da lua (todos os programas)

- Suspensão das aulas na escola em função de dedetização (RC, 08/05)

---

42 Alguns pontos da classificação foram baseados em Gutiérrez, Hernán. *Cómo incidir en La opinión pública*. Aler, Quito, 1997.

43 Doravante, as referências as notícias veiculados no programa *Rádio Comunidade* serão feitas pela sigla RC seguida da data de veiculação.

Na produção das notícias locais são utilizadas técnicas de apuração e de apresentação dos fatos semelhantes aos do jornalismo comercial. As estratégias de reconhecimento e aproximação às lógicas de narrativas que se colocam como legítimas são utilizadas para dar a produção local o status de "verdade", que é atribuído ao jornalismo. No entanto, ao promover protagonismo das organizações sociais locais e da própria comunidade utilizando-os como principais fontes de informação ao lado das fontes oficiais, o jornalismo comunitário dá visibilidade pública a atores sociais que costumeiramente são esquecidos na grande mídia, valorizando a vivência cotidiana como critério de noticiabilidade. Isto é facilmente constatado, por exemplo, no tratamento dado a série de notícias sobre a visita dos vereadores às casas populares para apuração de irregularidades (RC 30/04, 04/05, 05/05 e 07/05). A comunidade assume o lugar central como fonte de informação, cabendo ao poder público se posicionar diante da construção do discursos realizada por essas vozes.

> Os deslocamentos gerados pelas emissoras comunitárias ao se aproximarem de "modelos" de jornalismo e ao inscreverem sujeitos outros que não jornalistas no espaço de enunciação que pertence a esses, se estabelecem a partir dos próprios protocolos mediáticos, assim como os demais processos interacionais que se desenvolvem na sociedade, entre campos sociais ou no interior desses. Por meio desses movimentos de apropriação (ou imitação) de modelos de apuração e produção mediática o rádio comunitário se inscreve nos lugares social e discursivo do campo do Jornalismo, provoca deslocamentos no texto das lógicas e configura a vivência como valor-notícia norteador de suas escolhas (ZAMIN, 2008, p.83).

Foi a vivência o valor-notícia utilizado para que fosse realizada a matéria sobre o elevado preço do combustível em Valente em comparação às cidades circunvizinhas (RC, 08/05) ou mesmo para a denúncia feita pela funcionária pública municipal, gari no povoado de Santa Rita, sobre o corte no seu ponto por ordem de um vereador (RC, 04/05).

Os temas ligados ao campo se destacam como valor-notícia na agenda da rádio. No período observado, a agricultura familiar ocupou a pauta de quase todos os programas, e foi dedicado um grande tempo da programação para a discussão da temática. Poderia deduzir que o espaço privilegiado que a temática obteve deve-se à realização da 2ª Feira da agricultura familiar que ocorreu no período da observação. No entanto, segundo os próprios produtores do programa,

> Algumas temáticas a gente faz essa insistência na mídia local e regional, mas porque é importante, como a agricultura familiar. A gente tá tentando trazer

> pra não esquecer que existe um público ao redor do centro aqui da sede do município, a gente sempre tenta tá com grande foco com relação a isso.[44]

Apesar de a "agricultura familiar" aparecer na editoria local, o tema perpassa questões regionais, ou melhor, territoriais. Aqui, esta temática adquire importancia, pois nela encontramos os elementos de composição da identidade cultural forjada pela sociedade civil deste lugar. Aqui as tensões entre rural e urbano aparecem e o programa assume um posicionamento de convencer a população a conciliar esta distinção. Ainda segundo os produtores do programa quando questionados sobre a diferenças entre públicos da zona rural e urbana:

> Há uma diferença porque a população da sede não se reconhece como vivente na região rural. Então eles encaram muito como uma coisa muito distante sabe, (...) Tão ali a problemática da caatinga e tantas outras questões que envolvem a sede, que influenciam muito na vida aqui dentro da sede, mas eles querem tomar um outro ritmo da coisas, outros interesses inclusive em relação as pautas. Se você falasse hoje só sobre agricultura familiar e tudo mais, a recepção não seria muito boa aqui na sede e sim na zona rural, o contrário também. (...) você tem que atender infelizmente a dois públicos distintos, que tentam se distinguir, mas que não são distintos.[45]

Podemos inferir, portanto, que o programa *Rádio Comunidade* realiza uma tematização pedagógica[46] com seu público ouvinte através de estratégia de crítica e de convencimento. Através de um fluxo de textos sobre temas relacionados a ruralidade cria um movimento de circulação das materialidades significantes. As críticas estão interligadas com a estratégia de convencimento que objetiva mostrar o reconhecimento do sujeito do campo, a importancia da atividade rural para a cidade. Esses elementos que são visibilizados pela produção do programa são os que constituem a identidade de "Fibra e Resistência" forjada para este território.

Outro ponto que merece ser evidenciado é que nas opiniões emitidas pelo ancora após a apresentação da matéria é a forte crítica feita ao poder público municipal que não compra os produtos da agricultura familiar para a merenda escolar, por exemplo. Ademais, a postura crítica em relação ao poder municipal está sempre presente nos espaços opinativos do radiojornal, o que gera uma relação bastante conturbada com esta esfera de poder. Em sua concepção inicial o *Rádio Comunidade* traz a preocupação em cobrar dos poderes públicos a administra-

44 Entrevista concedida à autora em abril de 2009.
45 Entrevista concedida à autora em abril de 2009.
46 Utilizo aqui categorias proposta por Dias (2007) que apresenta três tipos de tematização: pedagógica, organizacional e de ação política, como recurso de análise para entender a tematização de acontecimentos em mídias radicais, de organização e informativas.

ção coerente dos recursos da prefeitura e das instituições que exerçam bem seus papéis, atendendo às demandas da sociedade. Esse papel de vigilância assumido pelo programa tem seu desempenho ameaçado em função do posicionamento assumido pela rádio ao apoiar as relações entre as organizações sociais, a exemplo da APAEB e do STR, com as eleições municipais, conforme já discutido.

As contradições presentes na Valente FM no cumprimento das suas atividades enquanto veículo comunitário passam, portanto, pelo seu envolvimento com a política local, diversas vezes evidenciado pelos posicionamentos assumidos pela rádio. No entanto, não podemos afirmar que este aspecto compromete totalmente o relevante papel da rádio como um modo de engendrar espaços de discussão pública alternativos, por meios dos quais a população tem acesso a referências políticas, mas ainda a oportunidade de discutir assuntos que interferem diretamente no seu cotidiano.

Assim sendo, é inegável a contribuição da rádio Valente FM na potencialização das energias que propriciem a interação entre os envolvidos no processo de organização e mobilização comunitária, possibilitando maior visibilidade dos ideais e lutas propostos pelo PTDRS. A comunicação planejada e viabilizada pela mídia comunitária na região do sisal apresenta uma destacada potencialidade como fator de mobilização social. Nesse sentido, tende a propiciar identificação entre os atores desta comunicação e a população local, por, primeiro abordar assuntos que se relacionam à dinâmica vivida por esta, ainda que pudesse haver uma maior apropriação dos conteúdos abordados. Enquanto instância que suscita uma reconfiguração do espaço público, o seu papel também se evidencia na medida em que funciona como lugar em que são pautados assuntos relacionados à comunidade. Desta forma, a rádio está investida do status de comunitária por propiciar o diálogo como decorrência de uma participação popular, em diversos níveis. O programa *Rádio Comunidade* emerge, portanto, como uma expressão das dificuldades presentes nos processos de síntese entre local e global, ainda mais quando a esta se atribui a responsabilidade de gerar processos de identificação e de funcionar como uma mídia comunitária. As expectativas em torno da ideia de comunicação comunitária são, na maior parte das vezes, inflacionadas e podem não considerar as complexidades envolvidas em um fazer comunicacional plural cujos níveis de entendimento podem ser complementados a partir do seu estudo de recpeção.

CAPÍTULO V

Desvelando o mapa noturno: mediações no contexto receptivo radiofônico do Território do Sisal

Este capítulo é dedicado à descrição e à análise dos questionários e entrevistas a fim de compreender o perfil e o contexto socioeconômico e cultural dos moradores da cidade de Valente, bem como, sua relação com os meios de comunicação e a rádio Valente FM. A partir disso, entender como elaboram e negociam os sentidos atribuídos ao conteúdo radiofônico, especialmente no que se refere à identidade cultural planejada para o Território do Sisal. Para tanto, esboçamos o mapa do consumo midiático e aprofundamos questões relativas à recepção da rádio.

A análise será dividida em dois tópicos. O primeiro tópico diz respeito aos dados coletados a partir do questionário estruturado em três eixos, a saber; "receptor: perfil e contexto", "receptor e consumo dos meios" e "receptor e sua relação com a rádio Valente FM". O eixo "receptor: perfil e contexto" visa obter dados sociais, econômicos, familiares e profissionais dos entrevistados. O eixo "receptor e consumo dos meios" visa conhecer o contato dos entrevistados com os meios de comunicação. O eixo "receptor e sua relação com a rádio Valente FM" buscou saber a freqüência de audiência, o programa preferido e o destaque que poderia dar a rádio. O questionário, aplicado a 70 ouvintes da rádio, resultou, na fase quantitativa, em uma base de dados que permitiu traçar um mapa de consumo cultural e acesso aos meios de comunicação.

Os resultados da pesquisa quantitativa permitiram, na seqüência, uma orientação mais clara para a fase qualitativa. A partir das informações e das pistas obtidas com base no questionário selecionou-se os informantes que comporiam o grupo focal. Primeiro, verificou-se na fase quantitativa quem teria interesse em participar do grupo, depois os critérios considerados foram faixa etária e proveniência (urbano ou rural). O passo seguinte foi organizar os 20 informantes selecionados em grupos de discussão. Foram realizados três grupos focais divididos pela seguinte classificação etária: Jovens 1 (até 20 anos), Jovens 2 (de 21 a 40 anos) e Adultos (mais de 41 anos). Cada grupo teve média de 06 a 08 participantes, buscando o equilíbrio entre gênero e proveniência.

As análises feitas a partir dos dados obtidos nos grupos focais estão contidas no segundo tópico. Esses dados foram organizados em dois eixos: "Sisal: território e representação", que objetiva discutir impressões e opiniões sobre a nova cartografia e sobre a convivência com o semi-árido. O segundo eixo "Território do Sisal e a mídia" visa problematizar as relações estabelecidas entre os receptores e a rádio, especialmente a partir do programa estudado. Os itens considerados relevantes sobre questões levantadas em cada eixo serão apresentados tendo como lentes de leitura as mediações "por excelência", ou seja, aquelas suscitadas pelo próprio objeto de estudo: mediação geracional, religiosidade e proveniência (urbano e rural). Cabe lembrar, no entanto, que a ativação destas mediações não são equânimes em frequencia e intensidade nos diferentes grupos e temáticas discutidas.

5.1 Geração, religiosidade e proveniência: mediações "por excelência"

São muitas as variáveis que entram em jogo na recepção do processo comunicativo. Como aponta Martín-Barbero, é necessário guiar-se por um mapa noturno na tentativa de encontrar as mediações que devem ser consideradas para explicar um determinado fenômeno. Seguir tateando na intenção de encontrar os receptores da Valente FM e, a partir deles, buscar as pistas para captar as mediações que interferem de modo particular no processo de produção de sentidos do objeto estudado foi o objetivo primeiro da fase quantitativa da pesquisa, que utilizou o questionário como técnica de coleta de dados.

5.1.1 Receptor: perfil e contexto

Os primeiros resultados apontados pelo questionário revelaram que do universo de entrevistados 56,67% é do sexo feminino e 43,33% do sexo masculino, sendo que 51,67% são casados e 35% solteiros, em sua maioria proveniente de famílias com quatro ou mais irmãos (mais de 60%). Constatou-se também certa homogeneidade numérica entre os níveis socioeconômicos. A maioria concentra-se no nível E, conforme classificação da tabela de acesso aos bens de conforto familiar da Associação Brasileira de Anunciantes, denominada Classificação Brasil, utilizada por agências de publicidade. Vale destacar que apesar da Classificação Brasil ter como critério a renda de até 3 salários - mínimos para o nível E, a

maioria dos entrevistados classificados neste nível possui renda de no máximo 01 salário-mínimo. Os níveis B, C e D, numericamente bem menores, também fazem parte da realidade do perfil do ouvinte da rádio. Já o nível A não foi encontrado entre esses ouvintes.

A ocupação da maioria dos entrevistados é com a agricultura (33,33%), funcionalismo público (15%) e o comércio (13,3%). Mesmo na zona urbana, a agricultura representa 20% da ocupação entre os residentes, sendo ultrapassada apenas pelo funcionalismo público municipal. Esse dado torna-se bastante curioso quando o confrontamos com as tensões entre o urbano e o rural apontados pelos produtores do programa *Rádio Comunidade*, como questão a ser considerada na produção do programa. Sendo assim, a fase quantitativa revelou uma primeira pista: a proveniência dos receptores (se rural ou urbano) deveria ser uma das mediações a ser analisada na fase qualitativa.

A migração ainda é um fator constante na vida dessa comunidade, já que 81,67% tem pessoas na família que migraram para os grandes centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida. Entre os agricultores estão o maior índice de parentes que migraram na família (60%). A década de 90 e os últimos 04 anos são os que aparecem com maior incidência de migração, especialmente dos mais jovens. Algumas hipóteses que poderíamos levantar para tentar entender este dado seria a incidência das variáveis: oportunidades de melhorar de vida, facilidade de mobilidade e a "aspiração de consumo" de bens materiais e simbólicos (estilo de vida citadino). Para Lopes (1988 e 2005) os meios de comunicação de massa desempenham papel central na difusão do *efeito-demonstração* do estilo de vida urbano e no agenciamento de *socialização antecipada* gerando uma espécie de "clima mental ou *ethos* urbano", predispondo, dessa maneira atitudes migratórias[47]. Estas hipóteses serão averiguadas na fase qualitativa. Apenas 26,67% dos entrevistados declararam que houve retorno destes familiares que migraram, sendo que os motivos do retorno variam entre melhoria das condições de vida e relações afetivas.

A migração converte-se em um elemento importante de avaliação neste estudo, visto que, conforme descrito no capítulo 3, muitas das ações dos movimentos sociais são no intuito de promover políticas públicas de convivência com o semi-árido e alternativas sociais e

47 Segundo Lopes, o *efeito-demonstração*, neste caso, se constitui pela apresentação do estilo de vida citadino por parte dos meios de comunicação de massa, incluindo aí os padrões de consumo dos bens materiais e simbólicos que o representam e que geram novas disposições, hábitos e de comportamentos cujas pretensões são de alinhamento aos novos estilos e tendências apregoados pela mídia. Através deste aspecto as pessoas podem se sentir incluídas na dinâmica urbana, sendo esta necessidade justificada pela valoração construída em torno desta como um modo de vida superior e associado à modernidade. É interessante que o padrão de consumo representativo deste estilo de vida também se materializa no espaço rural enquanto estratégia de diferenciação de alguns sujeitos, sobretudo os mais jovens, como modo de evidenciar a adesão ao estilo citadino. Esta adesão caracteriza a *socialização antecipada*.

econômicas para fixar o homem no campo, evitando assim o fenômeno da migração. A não migração constitui-se então em um elemento importante para o projeto político-identitário forjado pelos movimentos sociais. Na fase qualitativa este aspecto será aprofundado.

A pesquisa apontou também que a igreja, as associações comunitárias e os sindicatos são instituições que tem espaço significativo na vida desta população, os índices são 41,67%, 25% e 23,33%, respectivamente. A participação de membros da população em associações comunitárias e sindicatos é suscitada por motivações de ordem prática, uma vez que, especialmente nas zonas rurais, as instalações físicas destas entidades se configuram como espaços coletivos para realização de atendimentos de serviços públicos à comunidade, a exemplo de campanhas de vacinação e distribuição de donativos.

A religião, por sua vez, também se destaca quando a questão versa sobre a atividade exercida no tempo livre: O item Religião foi apontado por 26,67% dos entrevistados, atrás apenas da televisão 53,33% e do rádio 46,67%. Esse número passa a ser bem mais expressivo, em torno de 35%, quando se considera a faixa etária acima de 30 anos. Esses resultados também confirmam a religião, institucionalizada através das igrejas, como espaço importante de sociabilidade e o discurso religioso como uma referência de compreensão primordial à atribuição de sentido à vida, seja no cotidiano previsível, seja quando irrompem acontecimentos especiais ou extraordinários. Mas, além disso, os dados são indicadores da influencia dessa instituição na constituição histórica e identitária desse lugar, seja na perspectiva de uma religiosidade de providência, com uma visão mítico-fatalista, seja na perspectiva de uma religiosidade profética[48], de cunho mais progressista, conforme atuação da igreja na Região do Sisal já descrita no capítulo 3.

Estas dizibilidades produzidas pela igreja aparecerão nas falas dos informantes do grupo focal, sendo mais aprofundadas no próximo tópico. Sendo assim, a religiosidade também desponta como mediação a ser considerada na análise.

---

48 *Religiosidade de providência* é entendida como uma apropriação específica, a partir da tradição religiosa católica, de um modo de vida ou de uma maneira de viver a religião, esta por sua vez, se apresenta como uma realidade simbólica e material, que engloba a totalidade da existência individual e social. O dado religioso é tomado como uma verdade primeira, que sobredetermina a existência e faz da adesão religiosa condição indispensável ao êxito. Um exemplo típico dessa religiosidade no nosso trabalho está descrito no capítulo 3 quando da atuação da Igreja Católica, a partir do século XIX, na formação da Região do Sisal. A *religiosidade profética* tem inspiração na tradição contestadora do Antigo Testamento e possui uma afinidade com o conteúdo religioso veiculado pela Teologia da Libertação. A religiosidade profética coloca-se como princípio primordial de um projeto histórico transformador do ser humano e da sociedade e se reveste de duas funções: i- incentiva o compromisso com os outros e renova a esperança numa utopia intra-histórica através da mensagem religiosa de inspiração profética; ii- ser o fundamento ético das condutas e da critica social. A ética funciona como um ponto de unidade, instaurando uma autonomia relativa entre os diversos campos de significação e prática. No nosso trabalho a atuação das CEB,s na Região do Sisal, a partir da década de 60, se constitui como exemplo dessa religiosidade (GAIGER, 1995).

5.1.2 Receptor e consumo dos meios

Podemos concluir que os meios de comunicação (especificamente rádio e TV) são equipamentos culturais muito significativos nesta comunidade. Mais de 90% declaram possuir televisão e rádio. A TV por assinatura e o microcomputador foram os bens de consumo de menor acesso para os entrevistados.

A relação de consumo com os meios de comunicação também aponta o rádio e a televisão como principal fonte de informação, seguida da Internet que é utilizada por 25% dos entrevistados. A maioria dos que utilizam a Internet são jovens de até 30 anos e acessam a rede nos telecentros e *lan houses* da cidade. Este aspecto evidencia o elevado grau de relevância que as novas tecnologias da comunicação têm na vida, sobretudo dos mais jovens, como modo de adquirir informações, promover agendamentos e definir formas de sociabilidade.

O jornalismo e a novela se destacam como gêneros preferenciais. O gênero jornalístico é preferido por todos os entrevistados com idade a partir de 31 anos. Entre os mais jovens, o gênero novela e filme recebem maior destaque. A política local, saúde, educação, economia, agricultura e meio ambiente são as pautas preferidas buscadas nos noticiários. Chama a atenção o fato de apenas 14% dos entrevistados com idade de até 20 anos ter interesse no assunto agricultura nos meios de comunicação, enquanto que 62% dos que possuem mais de 51 anos se interessam pela temática. Esses resultados revelam outra pista: a questão geracional surge como fator estruturante da percepção e da apropriação por parte dos receptores da realidade social que estamos tentando compreender.

Os resultados apontados no mapa de consumo, que se pode traçar com base na pesquisa quantitativa, demonstraram a expressiva importância que têm as relações interpessoais como mediadoras da comunicação, privilegiadamente as relações familiares e de grupos de amigos. Eles fazem parte de uma complexa rede de troca de informações, confrontos e confirmações de significados, interpretações, assimilação, ressemantização de leituras e composição de sentidos das mensagens a que têm acesso através dos veículos de comunicação, sejam estes a televisão ou o rádio.

5.1.3 Receptor e sua relação com a rádio Valente FM

A relação do receptor com a rádio Valente FM mostrou-se bastante fiel. 65% dos entrevistados declararam que escutam a rádio entre cinco vezes por semana e todos os dias. Entre os que escutam a rádio todos os dias, os agricultores são o público mais representativo. De maneira geral, a escuta da rádio Valente FM acontece tanto de forma coletiva, preferencialmente com a família, quanto de maneira individualizada. Apenas a faixa etária de 21 a 30 anos apresenta uma tendência média em fazer a escuta radiofônica sozinha.

Outro dado relevante refere-se ao baixo índice do número de jovens de até 20 anos como público ouvinte da rádio. É nesse público também que a audição ao programa *Rádio Comunidade* é menos sistemática. Dos jovens dessa média de idade pesquisados, 100% declaram que freqüentemente só escutam o programa uma vez por semana, enquanto que 61,76% dos que declaram ter mais de 31 anos escutam a rádio todos os dias ou pelo menos 5 vezes por semana. Se acrescentarmos a esse dado a variável ocupação, constatamos que 40% dos agricultores escutam a rádio todos os dias; ressalta-se que a idade média dos agricultores é maior de 31 anos. Mais uma vez a pista do conflito geracional se confirma como mediação por excelência para entender esta realidade.

Quando questionados sobre qual o programa que mais gostam na programação da rádio Valente FM, o *Rádio Comunidade* é apontado por 60% dos entrevistados. As notícias sobre a política local é apontada como temática de maior interesse no programa, mesmo entre os jovens de até 20 anos (42%). O noticiário sobre saúde, agricultura e policial também figuram entre os interesses dos ouvintes. Chama a atenção o pouco interesse demonstrado por notícias referente às ações dos movimentos sociais e a possibilidade de participação no programa. A mensagem do dia, por exemplo, aponta índices maiores que estes itens.

Outro dado relevante aponta que o tratamento jornalístico dado às notícias da política local, da agricultura, do meio ambiente e a valorização do homem do campo são diferenciais da rádio Valente FM em relação a outras rádios consideradas pelo ouvinte. É marcante também o espaço dado aos artistas locais como traço diferencial da rádio apontado especialmente pelos jovens. Esses dados revelam como a notícia local tem forte densidade junto ao ouvinte, que busca vínculos de pertença, enraizados na vivência cotidiana e refletidos num compromisso com o lugar.

A análise dos questionários permitiu que encontrássemos algumas indicações de mediações que estruturam de maneira mais significativa a recepção dos ouvintes da Valente FM, no que diz respeito às temáticas relacionadas ao projeto político-identitário de “Fibra e

Resistência". Dessa maneira, as produções de sentido por parte dos grupos estudados acerca dos elementos representativos da identidade terão a questão geracional, a proveniência e a religiosidade como subsídios interpretativos.

Clarificado o mapa que irá orientar a próxima etapa da pesquisa, avançamos no intuito de perceber os sentidos atribuídos à identidade cultural de "Fibra e Resistência" pelos ouvintes da Valente FM.

5.2 Práticas de recepção: ressemantizações do projeto político-identitário de "Fibra e Resistência"

O projeto político-identitário de "Fibra e Resistência" se materializa para a população local, não diretamente ligada aos movimentos sociais, na programação da rádio Valente FM a partir do conteúdo noticioso, especificamente do *Rádio Comunidade*. Trechos desse conteúdo noticioso foram exibidos para os grupos focais gerando, a partir deles, as discussões acerca dos elementos constitutivos da identidade de "Fibra e Resistência". Apesar das discussões terem sido suscitadas pela audiência de trechos das edições do programa *Rádio Comunidade*, na elaboração das falas são acionadas memórias do programa anteriormente escutado, bem como outras referencias socioculturais que não aquelas estritamente presentes nos programas, o que aponta para as mediações como processos de construção de sentidos decorrentes de diversos repertórios presentes nos contextos em que se encontram os receptores.

Essas discussões estão agrupadas nos eixos: "Sisal: território e representação" e "Território do Sisal e a mídia". Compõem o primeiro eixo os sentidos atribuídos pelos receptores às questões que são constitutivas da identidade de "Fibra e Resistência", a saber: o sisal como símbolo representativo do lugar, o "território do sisal" enquanto política pública, a convivência com o sertão e a migração. São estas as temáticas que aparecem com maior regularidade nos discursos produzidos pelos movimentos sociais locais e que são amplamente divulgadas pela rádio Valente FM; estas também foram as temáticas que obtiveram maior expressividade nos debates dos integrantes dos grupos focais. No eixo "Território do Sisal e a mídia" serão discutidas as implicações trazidas pela relação dos grupos com a rádio, na organização perceptiva em torno do projeto político-identitário. Os debates em torno dos

eixos terão a religiosidade, a proveniência e a geração como categorias mediadoras na negociação e atribuição de sentidos.

5.2.1 Sisal: território e representação

O projeto identitário "Fibra e Resistência" utiliza o sisal como elemento simbólico representativo da região. O sisal aparece como um poderoso elemento de identificação econômica, social e política, que é facilmente reconhecível, já que como principal atividade tem a capacidade de incorporar-se na vida cotidiana. É interessante pontuar que a organização do tempo, do espaço, e, conseqüentemente, da vida, gira em torno da cadeia produtiva do sisal, o que justifica o destaque que as temáticas relacionadas ao sisal possuem no conteúdo noticioso da rádio. Em um dos programas[49] tratou-se da crise econômica internacional que prejudicou o escoamento da produção sisaleira, tendo impactos diretos na economia local. Na ocasião, o locutor Cleber Silva ressaltou a importância do sisal para o Território, cobrando das autoridades políticas medidas de proteção à cultura do sisal. Segundo o locutor, o sisal representa o Território, devendo ser por isso tratado como assunto prioritário, uma vez que muitas famílias dependem direta e indiretamente do cultivo do sisal.

Após a exibição dessa matéria, a imagem do sisal pautou as discussões nos grupos. Para muitos dos participantes dos grupos focais, a imagem do sisal é um referencial, um marco da região. O sisal suscita lembranças de uma economia rentável e de prestígio reconhecido por outras regiões, como apontado no grupo focal Adultos:

> Basílio: A região ficou com essa fama "região do sisal". Eu trabalhei por 4 anos com o sisal lá pro lado de Irecê e lá o pessoal fica até admirado com a produção do sisal daqui. Só que eu acho que não tá do mesmo jeito não, tá recuperando o sisal, mas o preço tá caindo.
>
> (Grupo Focal Adulto)

O grupo Jovens 2 também evidencia a importância econômica do cultivo da planta, como também aponta a cultura do sisal como um forte traço constitutivo da história do lugar:

> Naldeci: É como ta falando aí na rádio, né? Que na verdade o sisal é a principal fonte da economia, a fonte de renda, portanto, fica conhecida mesmo como região do sisal.
>
> João César: Esse nome é de marca [região do sisal], nem só na região sisaleira, porque tem a gente, tem Riachão, até Araci aonde é forte o sisal. Se

49 Programa exibido em 27 de Abril de 2009.

> você for diferenciar vai ser uma confusão, então, pela própria história que o sisal deu partida e alavancou o processo da região e dos municípios, ninguém muda não: é região do sisal mesmo.
>
> (Grupo Focal Jovens 2)

O beneficiamento da fibra para a exportação e para o uso do artesanato, incrementando a cadeia produtiva para além da atividade agrícola, permitiu que os mais jovens tivessem uma percepção do sisal como algo especial. As opiniões expressas no grupo Jovens 1, especialmente pelos jovens que são oriundos da zona rural, confirmam que o sisal é valorizado por ser um produto exportável e exclusivo da região:

> Alberto: é uma cultura diferente das outras porque o sisal só dá na região sisaleira. Ele não sobrevive em outro tipo lugar, só aqui tem. Eu acho que é por isso que o sisal é importante para cá.
>
> Ravena: é como ele disse, é uma cultura diferente porque com o sisal a gente fabrica muitas coisas, transporta pra outros países como falou na rádio e, como ele disse também, o sisal não dá em outros lugares, só aqui, e que Valente é especial por isso.
>
> (Grupo Focal Jovens 1)

Apesar de Joseane, proveniente da zona urbana, rebater a afirmação de exclusividade no cultivo do sisal, já que em outros lugares também se cultiva o *agave*; os integrantes que são da zona rural continuam a afirmar a distinção do sisal para a região.

> Wesley: Mas aqui fabrica um monte de coisa, a do artesanato... essas coisas que tem valor: tapete, bolsa e vende pra outros países. Até para usar em carro tão começando a usar o sisal.
>
> Mariana: é como eles dois disse, é muito importante porque a gente cultiva e faz o artesanal.
>
> Alberto: Eu acho que é muito importante, porque aqui como é uma região muito quente, o sisal, ele ajuda a ter mais lucro. Pode fazer mais. Ajuda porque pode dar mais lucro.
>
> (Grupo Focal Jovens 1)

Alguns membros desse grupo, por sua vez, não reconhecem o sisal como uma marca distintiva da região, considerando-o muito mais ligado a uma atividade produtiva do campo do que um símbolo da identidade regional. É o caso dos participantes oriundos da sede da cidade:

> Fábio: O sisal tá mais ligado a roça. O plantio do sisal tá mais ligado ao pessoal da roça. A gente aqui da sede não tem nada a ver com o sisal.
>
> Daiane: Eu não acho nada de importante no sisal, não conheço o sisal.
>
> (Grupo Focal Jovens 1)

Essa negação do sisal enquanto símbolo representativo da região não decorre apenas da ausência de percepção da capacidade produtiva do sisal, mas, sobretudo, de uma estratégia valorativa de ampliar a dicotomia entre o rural e o urbano, associando ao primeiro características que corroboram um juízo de valor pejorativo. Este aspecto é motivado em parte pelas expectativas geradas em relação ao espaço urbano, enquanto oposição ao rural e ratificado pelos meios de comunicação de massa através do que Lopes denomina de *efeito-demonstração* e *socialização antecipada* do estilo de vida citadino como representação de um modo de vida ligado a ideia do moderno. Em alguns momentos do diálogo fica clara a rejeição aos elementos associados ao campo.

> Joseane: O povo da roça é... fala umas coisas que não tem nada a ver... fala percata e é sandália... é uma língua estranha (...) e o povo da roça quer ser santinho,quietinho, não vai pra festa... quer ser crente.
>
> Ravena: Porque o povo da roça fala engraçado, mas concordo com ela o negócio da sandália.
>
> Daiane: [A roça] Pra passear vai, mas pra morar lá não. Pra passear lá é bom, passar um dia, uma tarde, mas pra morar nem pensar...
>
> Ravena: É porque o pessoal tava falando que eles [moradores da roça] falam errado, mas não é nem porque eles querem. É por falta de estudo, mas se quisesse corrigir os erros tinha como falar certo.
>
> (Grupo Focal Jovens 1)

A *desindentificação* de membros do Grupo Jovens 1 com traços associados à ruralidade está diretamente ligada a uma maior exposição dos mesmos à cultura de massa alinhada a signos que avultam elementos de uma suposta modernidade ancorada no ideal de vida citadino. Tal aspecto, tende a pautar uma relação diferenciada deste grupo em relação a rádio e ao tratamento dado por esta a temas ligados ao local no sentido de não reconhecê-los plenamente como fontes de representação fidedigna da sociabilidade da juventude local. Isto se evidencia quando percebemos que parte das matérias abordam e valorizam temas cujos elementos não estão em consonância com as expectativas de sociabilidade fomentadas pelos jovens do Grupo Jovens 1.

A ênfase dada pela rádio Valente FM a temas ligados à cultura rural atende a um direcionamento proposto pelo PTDRS no que se refere ao plano de comunicação e o seu objetivo de utilizar os meios de comunicação para divulgar e exaltar a ideia de um sertão viável, como já demonstrado no tópico 4.1 que analisa o plano de comunicação. Essa ênfase fica mais nítida nas falas dos locutores do programa, como já mostrado no tópico 4.3, por meio das quais temas ligados ao campo se constituem como valores-notícia da rádio.

A percepção do Sisal como símbolo representativo da região se mostrou divergente no grupo Jovens 1. Se para os jovens da zona rural, há uma identificação com o sisal, os jovens da zona urbana se esforçam para demonstrar uma relação de estranhamento com este símbolo. É interessante notar que os movimentos de identificação e estranhamento realizados nesse grupo estruturam-se sobre a geração e a proveniência, que, aqui, demonstraram-se ser mediações indissociáveis, uma vez que nos demais grupos a proveniência não se configurou como influência que diferencia a percepção dos participantes. A demarcação das relações de identificação no grupo Jovens 1 adota como estratégia a exaltação de signos representativos das diferenças em relação, sobretudo, à proveniência. O construto identitário calcado pela eleição de elementos emblemáticos marca aí uma distinção enquanto dado relevante para se perceber os valores atribuídos de acordo com os perfis dos diferentes grupos (HALL, 2007).

Ainda a partir do trecho do programa anteriormente citado, foi lançado aos grupos um questionamento em relação a nomenclatura "Território do Sisal", utilizada pela Valente FM em diversas matérias e que se alinha, deste modo, aos discursos dos movimentos sociais e ao próprio PTDRS. Em relação à concepção construída pelos 3 grupos em torno da ideia de região/Território do Sisal, se evidencia que não há uma correspondência significativa entre esta e aquela construída pelos movimentos sociais, legitimada pelo poder público e divulgada na rádio, enquanto critério para o estabelecimento de políticas públicas para a região. No grupo Adultos não se explicita sequer a oposição entre região e território, o que torna o entendimento em relação ao último termo limitado aos aspectos da cultura do sisal e sua produtividade ao longo dos anos.

> Basílio: A minha opinião é que Território do Sisal mesmo piorou, né? O sisal tá bem ruim dos quatro anos pra cá, o sisal piorou e a região precisa melhorar o sisal.
>
> Seu João: Eu acho que o sisal como ele falou tá cada vez mais pior, o sisal tá cada vez mais fraco, tá vendendo pouco sisal no território. Antigamente, tinha sisal aí a vontade para vender. Agora a região é do sisal e não tem sisal, vende pouco sisal.
>
> (Grupo Focal Adultos)

No grupo Jovens 2, embora haja o entendimento sobre a existência da nomenclatura "território", não se reconhece nela a validade como categoria abrangente no sentido de acolhimento dos significados referentes ao local forjados pelos movimentos sociais. Por um critério que remonta à tradição, admite-se a manutenção do termo região, por ser o mais usual além de funcionar como aquele que favorece um maior sentimento de pertença em relação ao local e seus elementos. Há, portanto, o reconhecimento da existência de outros modos de classificação do local, mas não se explicita as razões desta, ou sob quais critérios esta se justifica, o que, segundo o grupo, gera uma dificuldade no entendimento.

> Carlos: Eu particularmente, pra mim, eu nunca usei esse termo território, entendeu? Eu sempre venho no costume de antes, pra mim é região sisaleira.
>
> Sirlene: É que na verdade, quando a gente fala não é Território do Sisal e sim região sisaleira.
>
> Aline: Se você chegar pra alguém lá fora, em Coité ou em qualquer lugar e perguntar você é do território, a pessoa vai responder: não, sou da região sisaleira.
>
> Naldeci: É que na verdade é meio complicado. Eu mesmo confundo tudo, você ouve em uma palestra aí fala "território" e da "região", só que na verdade eu tenho muita dificuldade. Na rádio mesmo eles falam território e às vezes região.
>
> (Grupo Focal Jovens 2)

As falas do grupo Jovens 1 ratificam a falta de co-relação entre a classificação geográfica e o estabelecimento de um projeto político-identitário viabilizado pelo governo e corroborado pelos discursos dos movimentos sociais. Fica muito mais evidente, no entanto, neste grupo o desconhecimento de quaisquer diferenças entre as nomenclaturas "região" e "território". Praticamente todos os jovens do grupo as visualizam como sinônimos para expressar o aspecto geográfico. Apenas um dos membros ressalta que o termo região serve como modo de agrupar os municípios de acordo com a característica unificadora centrada na produção do sisal, enquanto que território significaria, de modo mais estrito, o local em que se cultiva o sisal.

> Sabrina: é a mesma coisa [Território e região]
>
> Mariana: É o jeito de chamar que é diferente, mas tudo fala daqui mesmo, do lugar que tem sisal: Valente, Araci, Retiro, Coité e mais um bocado.

> Wesley: a região do sisal é porque nessa região toda tem sisal... e Território do Sisal. Vai servir pra outros lugares. É o lugar da plantação.
>
> (Grupo Focal Jovens 1)

Os diálogos revelam para os participantes que não estão claras as diferenças e implicações entre a proposta do novo desenho cartográfico "território de identidade do sisal" e a antiga cartografia de "região sisaleira". Considerando que a conquista por parte da sociedade civil local em transformar essa espacialidade em alvo de política pública se configura como principal ação de legitimação e afirmação de seu projeto político-identitário, o apelo pela definição da identidade em torno da ideia de território não se conforma como instrumento unificador desta comunidade nem demonstra capacidade de mobilização, já que há um desconhecimento em torno desta nomenclatura. Na verdade, a identificação com o termo "território do sisal" se faz pelo elemento sisal, sendo o termo território destituído de sentimento ou simbologia para estes participantes.

Enquanto política pública, a referência ao Território do Sisal é bastante usual no conteúdo noticioso do programa. A matéria[50] que traz a visita dos vereadores de diversos partidos de Valente ao secretário de Relações Institucionais do governo Jaques Wagner, Rui Costa, na petição de várias demandas na área da saúde, segurança e agricultura, é bem ilustrativa. No relato, o atendimento às reivindicações dos vereadores está condicionado ao alinhamento das demandas ao PTDRS.

As discussões suscitadas a partir da audição dessa matéria mostram que os participantes, em diferentes níveis, mas, independente da geração, conhecem e até fazem críticas aos programas de governo que tem como alvo atingir problemáticas relativas à agricultura familiar, saúde, educação, infra-estrutura ou ao meio ambiente; alvos do plano territorial de desenvolvimento rural sustentável:

> Seu José: A gente faz o plantio, vem pra uns e não vem pra outros, que era pra vim pra todo mundo, ai melhorava a região um pouco. (...) é quase 500 conto pra arar a terra e plantar, aí perdeu tudo se não der pra fazer.
>
> Basílio: É o que eu falei ainda pouco, né? Sempre nas conversas a chefia diz que vai melhorar, melhora pra uns pra outros não. Aí não vê uma coisa boa pra todo mundo. (...) mas se pelo menos cumprisse a metade era bom, né? A gente fala dez coisas pra cumprir dois, seria bom demais, né? Por exemplo, o projeto do governo de casa, dá financiamento pra uma casa (...) porque a casa é um bem imóvel mais fácil de adquiri, né? Será que esse projeto resolveu ou não foi pra frente?
>
> (Grupo Focal Adultos)

50 Matéria divulgada no dia 4 de maio de 2009.

> Wesley: Têm regiões que muita gente não tem acesso a água e a verba que vem da água pro pessoal muitas vezes é desviada, né?
>
> Daiane: [As ações governamentais] Razoável. Porque a gente sofre com a alimentação, o clima, da chuva, da água e tudo mais e o que vem é muito pouco, e não dá para todo mundo e nunca é pra sempre, resolve um pouco e depois piora tudo. Por isso, a gente não pode viver nem sempre do sol, nem sempre da chuva.
>
> (Grupo Focal Jovens 1)
>
> Raimundo: Tem os projetos de estudo aí, né? Mas fica tudo muito bagunçado também, porque fica só querendo ensinar a ler, mas não ensina outras coisas, fica querendo dá estudo de escola agrícola e os jovens não quer isso.
>
> Sirlene: Tem o projeto cabra forte, mas tem que melhorar muito...
>
> (Grupo Focal Jovens 2)

Moradia, recursos hídricos, educação, caprinocultura, artesanato popular entre outros, são temáticas presentes nas falas e que se mostram, para estes grupos, como importantes para o desenvolvimento da região. No entanto, o reconhecimento dessas ações não é suficiente para que os grupos as percebam como uma concertação institucional validada pelo "Território do Sisal" enquanto política pública, apesar dessas ser amplamente divulgadas pela rádio com o reforço do discurso de desenvolvimento territorial, como por exemplo, nas matérias referentes à agricultura familiar[51]. Estas matérias são cobertura jornalística da segunda edição da Feira de Agricultura Familiar realizada em Valente. Por meio desta cobertura foram divulgadas as políticas públicas e ações voltadas para a agricultura familiar e as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores. A abordagem temática realizada pelas matérias ratifica, também, a importância do apoio governamental no fomento à atividade, considerada imprescindível para o desenvolvimento territorial, a partir da ideia de convivência com o semi-árido. Mesmo após a audição de trechos dessas matérias os grupos não manifestaram reconhecimento das relações entre as ações de estímulo à agricultura familiar, no caso específico das matérias exibidas, com a atuação da política territorial.

As matérias sobre a agricultura familiar fomentaram a discussão em torno da convivência com o semi-árido. Esta se converte em um tema que atravessa todos os grupos com pelo menos um aspecto de consonância entre as opiniões, qual seja a dificuldade que o clima impõe para a sobrevivência no local. Esta, entretanto, apresenta nuances diferentes de acordo com cada geração em relação à dicotomia estabelecida entre o discurso mítico-fatalista, de teor determinista, e o discurso de exaltação das possibilidades de convivência

51 Matérias exibidas nos dias 05, 06 e 07 de maio de 2009.

atrelado à ênfase desenvolvimentista presentes nas enunciações dos agentes ligados à implementação das políticas públicas e aos movimentos sociais.

O grupo Adultos produziu falas que expressam um tom fortemente conformista que conota, inclusive, uma atitude de respeito às forças da natureza e o reconhecimento desta como fator determinante sobre os destinos da população. Neste grupo a referência à religiosidade aparece de modo explícito na menção à natureza, enquanto expressão dos desígnios divinos. Esta emerge como uma representação do homem do campo em relação à providência e sua relação com a resignação, sentimento profundamente ligado a fé cristã, marcadamente uma referência de grande penetrabilidade e capilaridade local, enquanto um dos filtros de entendimento dos fenômenos acerca da sociabilidade.

> Seu João: Eu conheço região que é mais uma matazinha que tá mais coberta que sofre mais um pouco. Pode não ser por isso, mas pode ser também. Pode ser da terra, do lugar, daquele solão, mas antigamente era melhor, não tinha esse solão que tem aqui hoje, porque tinha o vento, a chuva, tinha o inverno e hoje tem um invernozinho. Hoje passa 1 ano, 2 e 3 sem ter quando é tempo de trovoada (...), antigamente todo ano era bom e o tempo era seco.
>
> D. Antonia: A região daqui tem esse problema, mas é bom porque tem as vacas, né? Mas sempre tem uma garoazinha, a gente faz o plantio, vem pra uns e não vem pra outros que era pra vim pra todo mundo, aí melhorava a região um pouco porque Deus é quem sabe a hora da chuva (...) A região da gente produz algumas coisas, quando Deus abençoa dá para sobreviver.
>
> Seu José: Porque quando chega o tempo seco, aí fica olhando de cara pra cima esperando Deus mandar a chuva, mas enquanto tá parado tem uma certa dificuldade porque não tem outro produto.
>
> Basílio: A região da gente tem isso. Só Deus mesmo que pode dar uma melhoria pra melhorar. Agora, tem político que poderia nos olhar, olhar a necessidade do povo, mas ainda não acontece isso.
>
> [Grupo Focal Adultos]

Para os participantes desse grupo o sagrado é expresso na imagem de Deus benfeitor que protege, alivia e garante uma recompensa pelos sofrimentos da existência humana. As falas demonstram uma dependência do homem frente à natureza, que espera uma intervenção divina concreta em contrapartida a sua fé e devoção. Apesar dos discursos religiosos proféticos da sociedade civil local, essa geração ainda acredita que o destino seja obra de Deus.

O grupo Jovens 2 expressa algumas contradições que se evidenciam nas interpretações sobre a convivência com o semi-árido capaz de conjugar em uma mesma fala um sentido mais progressista e outro associado ao determinismo imposto pela força da natureza. Esta aparece

inclusive como possibilidade de aprendizagem em relação ao aproveitamento dos recursos que são oferecidos, o que reforça que a convivência com o semi-árido é uma necessidade que se impõe para se viver melhor. A dificuldade imposta pelo clima pode significar um estímulo para a resistência e para a criação das melhores estratégias de sobrevivência. Embora estes sentidos sejam fortemente reforçados pelos discursos dos movimentos sociais, a interpretação fatalista ainda se sobrepõe nesta geração em relação à convivência com o semi-árido.

> Raimundo: Penso que a gente tem que aprender a conviver com ele, né? Aproveitar melhor o que ele oferece. Porque nos períodos chuvosos a gente tem que se preparar, porque a gente sabe que a seca no Nordeste é grande, né? O Nordeste nasceu pra sofrer.
>
> Naldeci: É porque na verdade como nós moramos no semi-árido, é como ele falou, tem que aprender a conviver, né? Tem que tá sempre buscando melhorias e que também ajude todas as famílias. O trabalho que eu faço é um trabalho muito com família é a questão de como conviver com o semi-árido...
>
> João César: Na verdade eles já estão acostumados, né? Eu vejo as famílias reclamarem no período da plantação, porque já não é como antigamente, né? Aí planta hoje, mas não sabe quanto tempo vai durar pra colher, mas eles são acostumados.
>
> Sirlene: As pessoas mais velhas daqui, eles falam isso que você falou agora, de que antes era diferente, você tinha as estações definidas e que hoje não há uma estação definida, você tem calor quase o ano todo.
>
> Aline: Nós acaba perdendo também com a plantação. Muita gente já deixou de plantar por isso, por causa desse problema.
>
> (Grupo Focal Jovens 2)

O sofrimento aparece para esta geração como realidade inexorável que dá coerência a uma visão fatalista da existência e à atitude de resignação. O fatalismo subjacente a essa religiosidade de providência é permeado por uma aceitação hesitante, já que a religiosidade também assume um papel de encorajamento, através do discurso profético, que empresta legitimidade na luta pela terra a partir do instante em que esta se integra ao plano divino da criação, como apregoado pela Teologia da Libertação, apresentado no capítulo 3. Muito provavelmente, esta estratégia conflituosa de apreensão da realidade através do discurso religioso, está intimamente ligada ao fator geracional, uma vez que diversas expectativas destes sujeitos foram frustradas em relação às possibilidades de êxito em suas vidas, quer seja nas promessas de permanência bem sucedida no campo, quer seja na possibilidade de migração para os grandes centros urbanos. Vale considerar que a maior parte dos sujeitos dessa geração já constituiu família e tem uma relação de estabilidade com os meios de

sobrevivência, o que, de maneira geral, potencializa as esperanças de convivência com o semi-árido e minimiza o desejo de migrar.

O grupo Jovens 1, devido a pouca vivência ou ligação mais orgânica com o ambiente rural no que diz respeito à identificação com este, entende de modo mais limitado as questões em torno da convivência com o semi-árido. Acentuam de modo preponderante a dificuldade em cultivar o sisal, devido ao clima e a escassez de recursos, sobretudo hídricos. Alguns chegam a afirmar que o plantio do sisal "atrapalha" o homem do campo, numa clara alusão ao que identificam como uma suposta inviabilidade no cultivo devido às dificuldades impostas pelo clima. Há, por outro lado, o reconhecimento que o clima favorece o cultivo de uma plantação muito peculiar da região como o próprio sisal, mandacaru etc., o que acaba por ratificar a ideia da plantação como aspecto que edifica a ideia de especificidade da região.

> Joseane: [O clima] É um pouco difícil...
>
> Fábio: E também eles só podem plantar sisal porque é o único que dá pra plantar nesse clima daqui.
>
> Alberto: mas pode plantar outras coisas também: Cacto, mandacaru esses assim. Outros tipos de plantação não pode porque não sobrevive a seca.
>
> Wesley: Eu acho que o sisal ajuda a região nesse sentido, porque se não fosse ele não teria o que plantar e dá condição para as pessoas viverem aqui.
>
> Joseane: Eu acho que o sisal mais atrapalha do que ajuda. É porque assim... tem umas coisas que precisam do solo e outras da chuva. Talvez se não fosse o sisal poderia ver outras coisas que ajudassem mais. É o que eu acho.
>
> (Grupo Focal Jovens 1)

Se para as gerações de adultos e dos jovens de 21 a 40 anos (partícipes do grupo Jovens 2) a convivência com o semi-árido deve ser analisada pela associação da mediação geração com a religiosidade, o grupo Jovens 1 (até 20 anos) tem na proveniência uma mediação mais presente. O que podemos afirmar é que há por parte dessa geração, de uma maneira geral, mas acentuada nos jovens da zona urbana, uma reprodução dos discursos hegemônicos que estigmatiza as características de regiões de clima seco, amplamente divulgados nos meios de comunicação de massa. A religiosidade não aparece, pelo menos explicitamente, como um fator que repercute na visão desses sujeitos em relação ao semi-árido. Muito embora, nas falas realizadas pelos sujeitos oriundos das comunidades rurais, o tom empregado, ao explicitar as plantações adequadas ao clima seco, no que poderíamos chamar de frágil compreensão de convivência com o semi-árido, é o de possibilidade única,

de destino, de resignação, uma espécie de luta perdida. Talvez aqui encontremos vestígios do discurso religioso de providência transmitido pelo contato com gerações mais velhas e seus modos de compreender o lugar, uma vez que esse discurso circula de forma a atravessar diversas mediações e tem um peso relevante como fonte de produção de sentidos na região.

As matérias sobre agricultura familiar suscitaram também a discussão sobre migração, temática que está vinculada à convivência com o semi-árido, logo com a fixação do homem no campo. A migração é um fator que ganha um destaque considerável nas falas justamente por ser um fenômeno recorrente na região e por atingir grande parte das famílias do local. Para diversas pessoas dos três grupos a possibilidade de crescimento profissional só pode se materializar com a migração, uma vez que a região apresenta poucas oportunidades, sendo o trabalho no campo um condicionamento já esperado para aqueles que permanecem no local.

O grupo Adultos enfatiza a dicotomia representada pelo aspecto geracional como um dos fatores que explicam a migração. Esta é vista, sobretudo, como a decorrência de um processo de encerramento das possibilidades da região em oferecer melhores condições de vida e trabalho a curto e longo prazo, uma vez que condicionantes como a implantação de políticas públicas significativas de incentivo à produção e a dificuldade imposta pelo clima emergem como traços definidores do local. Isto evidencia o teor determinista reforçado pela interpretação mítico-fatalista da providência.

A ligação com o campo enquanto espaço de trabalho se justifica para esse grupo, mas perde o sentido na interpretação deste em relação aos mais jovens. Isto porque a possibilidade de crescimento geralmente está associada à saída da zona rural. A incompatibilidade dos jovens em trabalhar neste espaço aparece como uma escolha que se justifica diante da possibilidade de sair do local e encontrar um trabalho que ofereça maiores chances de crescimento. A permanência no local por parte dos sujeitos deste grupo acaba sendo, portanto, uma determinação natural, uma vez que já estão acostumados com o trabalho, com o clima e há um costume, inclusive, no conhecimento dos limites que o próprio lugar impõe.

> Seu José: Na minha opinião o melhor é sair mesmo estudar fora. Agora, a região da gente tem como, né? É como eu falei do conto de fadas, né? Se o governo procurasse ajudar mesmo que fosse uma ajudinha pequena de criar uma galinha, criar umas vaca, criar umas coisas e você tivesse um dinheirinho pra procurar movimentar. Tem muitos que tem aquela opinião que vai ficar ali e vai movimentar, vai investir uma coisa com outro ali. Mas eu acho que a maioria aqui mesmo quer sair mesmo, é o único futuro que tem. Você sabe que qualquer trabalho que eles ganhem um pouquinho aí fora tá bom.

> Basílio: A região do sisal, aqui é a região do sisal, mas o pessoal aqui vai querer trabalhar pra não ganhar nada? Não vai! O pessoal mais novo não quer mexer no motor, cortar palha, ninguém vai querer não, os jovens querem coisa melhor, tem que lutar pelo que faz, tem que lutar, se não der, seja o que Deus quiser.
>
> D. Antonia: Nós que é mais matuto, criado na roça, não fica aqui. A gente mais jovem, mais novo, não vai, né? Muitas vezes não vai nem fazer uma hora na roça porque não gosta mesmo. Muitas vezes não vai nem por um trocado, eles não gostam de ir. Muitas vezes vai ajudar os pais, trabalhar com outras coisas então, tem coisa melhor.
>
> (Grupo Focal Adultos)

Para o grupo Jovens 2, a dificuldade em permanecer na região também se evidencia pela escassez de possibilidade de empregos que signifiquem ganhos em relação à qualidade de vida e crescimento profissional. Esta preocupação expressa uma visão do mercado de trabalho que não está mais estritamente ligada ao campo, mas ainda a outras esferas como o comércio e a indústria. A saída para os grandes centros urbanos continua sendo uma escolha que pode viabilizar os anseios deste grupo, que já se dissocia mais das pretensões de trabalho do grupo Adultos, enquanto manutenção de uma referência de trabalho ligada apenas ao campo. Cidades como Santa Catarina e os Estados do Sul aparecem como um dado considerável, uma vez que estão ligadas ao delineamento de uma nova conjuntura de trabalho rural que passa a utilizar técnicas mais aprimoradas para atender a uma maior qualidade de produção. Ao mesmo tempo aparecem como chance de inserção em um espaço urbano que atenda aos anseios de consumo de bens materiais e simbólicos e, portanto, de maior reconhecimento social (LOPES, 1988 e 2005).

> Naldeci: Olha aqui em Valente mesmo pra opção pra emprego é difícil mesmo. Eu tiro por mim agora, pra trabalhar em janeiro mesmo vai ter que fazer uma prova de seleção, quem passar vai ter garantido o emprego e quem não passar vai ficar como mesmo? Lá no bairro muita gente tá indo pra Santa Catarina, os meninos mais novos, tem menino que estudou de 5° a 8º série e agora foi porque aqui não tem.
>
> João César: Eu acredito que eles estão indo para Santa Catarina e pro sul, porque lá eles já tenham parentes por lá, então é mais fácil.
>
> Naldeci: Eu estive em um povoado essa semana e a mãe de uma menina disse que o pessoal tá indo mais pro Paraná, e lá eles tem os parentes, aí é mais fácil, né?!
>
> Raimundo: Muita gente indo pra Santa Catarina, muita gente mesmo. Porque lá tem emprego tanto para quem estudou quanto para quem não estudou. O

> pessoal falou que lá as condições de trabalho são bem boas mesmo, é tudo moderno, mesmo na roça.
>
> Aline: minha vizinha disse que os filhos dela tão trabalhando nas roça de lá, mas não é pra produzi nada não, é pra deixar tudo bonito porque os turistas vão para ver. E aqui eles não queriam trabalhar na roça, porque o trabalho aqui não é moleza não, é trabalho pesado.
>
> (Grupo Focal Jovens 2)

A busca por trabalho ou a oportunidade de encontrar trabalho, bem como, a migração anterior de membros da família aparecem como motivos que assinalam as causas estruturais da migração. A falta de oportunidade de ganhar a vida no meio rural combinada com a possibilidade de oferta dessas oportunidades na cidade suscitam a permanência de um fluxo migratório mais motivado pelas expectativas geradas pelo *efeito-demonstração* do que propriamente justificada pela precariedade da vida rural. Para Lopes,

> É certo, pois, dentro desse contexto migratório, apontar para a importância do efeito-demonstração, seja através da difusão da mitologia sobre o urbano seja na divulgação dos componentes materiais e não materiais desse modo de vida, comparativamente de padrão "superior" (LOPES, 1988, p. 75).

É importante destacar que as falas evidenciam que o *efeito-demonstração* se materializa também no nível da comunicação pessoal, uma vez que parentes que já migraram para a cidade atraem outros através de depoimentos sobre melhores oportunidades de vida. A este aspecto somam-se as pretensões de consumo dos bens materiais e simbólicos que podem ser experimentados no ambiente urbano, tão propagados pelos meios de comunicação de massa.

O grupo Jovens 1 aparece como uma ilustração dos posicionamentos, sobretudo do grupo Adultos. Chama a atenção, à primeira vista, uma não identificação com o espaço rural, não apenas como lugar inviável para o trabalho, mas ainda para o lazer e para vivenciar uma sociabilidade inserida nos padrões modernos representativos de um estilo citadino. Nesse sentido, a identificação com a cidade aparece com a exaltação ou indicação de seus signos representativos, mesmo que estes não façam parte significativamente da realidade urbana das cidades do interior, como é o caso dos grandes índices de poluição, típica das metrópoles. Neste caso, é interessante observar a interferência das mídias massivas na construção da ideia de urbanidade em oposição à ruralidade, notadamente a partir das representações da vida urbana especialmente em produtos como a telenovela e filmes, gêneros que se destacaram na predileção dessa geração na fase quantitativa.

> Alberto: Eu gosto da zona rural, mas se fosse pra escolher eu prefiro a cidade. A roça é bom mesmo para passear, par trabalhar no campo não.
>
> Joseane: eu não gosto de lá [zona rural] nem pra passeio
>
> Wesley: pois eu gosto para trabalhar [da zona rural], é mais tranquilo, a gente não respira essa fumaça.
>
> Joseane: mesmo com o ar mais poluído a cidade é muito melhor, tem mais pessoas, mais coisas para fazer, onde estudar e essas coisas todas.
>
> (Grupo Focal Jovens 1)

Em relação ao trabalho, praticamente todas as referências deste grupo apontam como pretensões de atuação profissional empregos desvinculados da atividade rural por excelência. Outro dado interessante diz respeito à mudança de perspectiva sobre a formação e futura atuação no local de origem. Enquanto no passado era comum que os jovens das famílias mais abastadas saíssem para o estudo e a formação profissional, visando, por vezes, o retorno ao local de origem, é comum para a maioria dos sujeitos participantes do grupo Jovens 1 que esta saída não esteja condicionada ao retorno. As profissões escolhidas por estes jovens apresentam um ponto de vista que indica não apenas a preferência do local como lugar para viver, mas a incompatibilidade deste como espaço que possibilite uma formação profissional adequada e em consonância com as pretensões deste grupo. Uma minoria destes jovens aponta o desejo em trabalharem nas suas cidades, mas exercendo atividades que também exigem uma saída do local para a formação profissional.

> Mariana: Eu gosto mais ou menos de morar em Valente. Aqui é um pouco chato. Eu não gosto muito daqui não, eu gosto mais de Santaluz, porque lá é divertido, lá é pequeno, mas divertido, e aqui só é grande.
>
> Alberto: Eu quero me formar e morar em Camaçari (...) Porque a minha mãe e minha irmã mora lá e eu moro aqui com meu pai, aí eu já fico muito tempo aqui com meu pai, agora quero passar um tempo com minha mãe.
>
> Ravena: Eu quero é sair, lógico! Porque Valente não tem emprego, é pequeno demais. (...) Eu quero sair e estudar, eu não tenho uma profissão decidida ainda não, mas eu quero estudar turismo.
>
> Sabrina: Pretendo sair de Valente, porque aqui é também pequeno, é difícil. Aí o que eu quero ser não tem aqui não. (...) Quero ser médica. (..) Tem em Salvador, por isso, quero ir para lá, porque lá tem trabalho, aqui não tem futuro pra gente

> Daiane: Eu não quero sair daqui não, porque aqui tem meus amigos, meus parentes, as pessoas que eu mais amo. (...) eu pretendo ser enfermeira aqui em Valente mesmo. Mas quero ser enfermeira formada.
>
> Joseane: Eu quero ser delegada (risos). Mas não quero ser delegada aqui em Valente não. Aqui já não tem emprego, pior delegada (risos).
>
> (Grupo Focal Jovens 1)

As expectativas de saída do local estão, assim, presentes em todas as gerações representadas nos grupos focais, com ênfases distintas. A inevitabilidade da migração quando se pretende vivenciar um estilo de vida considerado superior ou edificar uma formação educativa e profissional que possibilite experimentar melhores oportunidades de vida é um aspecto que pode ser verificado em todos os grupos. No entanto, a interpretação do fator mítico-fatalista ganha nuances de maior determinismo no grupo Adultos e Jovens 2. Já o grupo Jovens 1 se sente atraído de forma mais intensa pela migração, pois esta reapresenta uma possibilidade de vivenciar o *ethos* urbano, fortemente ligado a esta geração.

No contexto regional, o conteúdo noticioso do *Rádio Comunidade* exibe o esforço dos movimentos sociais em promover políticas e ações que criem condições de fixação do homem ao campo, minimizando assim o fenômeno migratório. Na produção desses discursos há a exaltação de elementos representativos do ambiente rural do qual a geração mais jovem tenciona um afastamento. A assimilação do *ethos* urbano se viabiliza através de uma *socialização antecipada* para esta geração que tende a provocar o desejo pela mobilidade, uma vez que a identificação desta geração ligada ao *efeito-demonstração* de um estilo de vida e a padrões de comportamento e consumo estão alinhados aos anseios de uma juventude global socializados especialmente através da Internet. O uso dos jovens de tecnologias interativas e sem fios, criou uma geração global altamente acostumada a personalizar suas experiências com mídias interativas e através delas vivenciar estímulos provindos da exploração e da mobilidade. Enquanto os jovens estão indo cada vez mais à Internet em busca de conteúdos e funções tradicionalmente servidos por outros meio de comunicação, eles ainda são usuários ativos de TV, rádio, revistas e, em menor medida, os jornais. A juventude global lê revistas que reflitam seus interesses e humores, e gosta do fato de que possa compartilhar páginas ou problemas com os amigos com interesses semelhantes. Na verdade, as revistas são a primeira opção para os jovens que querem aprender sobre moda e tendências. Rádio, dada a importância da música para os jovens, é uma tomada popular. Ela ajuda os jovens a conhecer novos artistas e criar laços comuns com colegas ao redor de canções populares. A TV funciona como um mecanismo de fuga e de entretenimento (GADE, 2000).

A síntese operada entre o local e o global por parte das comunidades rurais tal como analisada por Canclini (2003), tende a ser mais rapidamente processada por esta geração, dada a sua afinidade com as novas tecnologias da comunicação, não apenas para ter acesso a conteúdos, mas como lugar de produção destes. Martín-Barbero (1995) afirma que os novos modos de relação da juventude com as novas tecnologias produz novas sensibilidades, a tecnologia funciona como organizador perceptivo. A combinação de celulares, computadores, televisores, rádios e outros meios permitem que os jovens mantenham-se ligados ao que está ocorrendo em diferentes partes do mundo, o que contribui para o fortalecimento da cultura global.

5.2.2 **Território do Sisal e a mídia**

A relação entre o Território do Sisal e a mídia aparece na instância de produção através do tratamento dado aos temas, e na recepção através das mediações que promove e dos agendamentos gerados no espaço público, enquanto lugar de discussão que engendra. Nesse sentido, um aspecto relevante na relação da rádio Valente FM com a comunidade se configura pela mediação que evidencia o seu caráter comunitário, responsável, inclusive, pelo entendimento das mensagens veiculadas pela rádio. As apropriações de sentido podem, assim ser interpretadas de acordo com a recuperação da diferença entre veiculação e vinculação presente nas relações que as mídias comunitárias edificam com os seus recpetores. Portanto, não se trata apenas da transmissão de conteúdos, mas da possibilidade de discutir temas correspondentes a discursos que circulam socialmente e têm ampliados, por meio da rádio, seus potenciais como fontes de compreensão do mundo e instrumentos de sociabilidade.

Nesse sentido, a relação da comunidade local com a rádio se converte em uma importante mediação, enquanto estratégia por meio da qual são operadas as leituras dos conteúdos veiculados pela própria rádio. As mediações já elencadas como a proveniência, a religiosidade e a geração continuam valendo aqui como categorias analíticas, até mesmo pelo maior grau de evidência que ganha em comparação com o aspecto “relação com a rádio”, que serve, portanto, como um indicativo valioso sobre os aspectos diversos presentes na recepção.

Dentre estes figuram, por exemplo, o grau de adesão às ideias transmitidas pela rádio e as associações entre os temas tratados e as identidades locais. Confirma-se, deste modo a perspectiva adotada por Martín-Barbero ao abordar o papel de mediação dos meios de comunicação de massa na composição dos sentidos responsáveis pela construção das identidades, bem como seus decorrentes processos de pertencimento. Assim, as mediações já

tratadas não se configuram apenas como outras categorias, no sentido de recurso metodológico, mas também são erigidas a partir do próprio contato e do trânsito de sentidos perpassados desde a produção até a recepção.

Compreender a dimensão analítica do *mapa noturno* da recepção envolve a problematização da relação entre os meios de comunicação, enquanto espaços de mediação, e os processos identitários. Seria legítimo afirmar então que a rádio opera recortes na realidade, ao abordar temas locais, tratando de temas sobre a identidade, mas ainda suscita ressemantizações sobre esta, gerando novos modos de entendimento ou consolidando percepções sobre a cultura e identidades do lugar. Dentre as idiossincrasias do processo de recepção midiática estão em jogo ainda as apropriações ao conteúdo veiculado, em nível mais elementar representado pelos movimentos interpretativos ou em nível mais avançado pelas negociações expressas nas ações de diálogo e oposição às informações transmitidas. Segundo Hall (2000), a audiência está inserida na configuração de um processo complexo evidenciado em três tipos de decodificação possíveis, quais sejam a dominante, a oposicional e a negociada.

Em relação a rádio Valente FM, a formação de sentidos por parte da recepção está alinhada às diferentes perspectivas representadas pelas mediações anteriormente discutidas. No grupo Adultos há um reconhecimento considerável do papel social e comunitário da rádio, sobretudo no que se refere às informações transmitidas que dizem respeito diretamente ao cotidiano e ao âmbito do trabalho rural. A rádio exerce, de acordo com a visão deste grupo, uma função relevante enquanto instrumento de socialização, uma vez que as informações veiculadas são interpretadas como extremamente úteis dada a sua convergência com as demandas diárias referentes às vivências coletivas delineadas pelas dinâmicas sociais e trabalhistas.

> Basílio: Realmente a rádio ajuda muito. A rádio quando tem projeto do agricultor, aí eles sempre jogam no ar pro pessoal procurar, pede que o prefeito mande alguém ir lá e tal, ela sempre joga pro ar, né? A gente agradece sempre muito a ela, ela informa muita coisa que a gente não sabe e incentiva a gente procurar.
>
> (Grupo Focal Adultos)

Percebemos um elevado grau de alinhamento desse grupo com o posicionamento da rádio, não apenas pelo conteúdo transmitido, mas pelos modos como esta procede ao tratar a informação. O grupo Adultos interpreta que o caráter comunitário da rádio se efetiva pela sua possibilidade de representar os anseios do homem do campo, servindo como uma espécie de

porta-voz deste, sobretudo no âmbito político. Há, deste modo, a atribuição de um poder à mídia enquanto instrumento político, por meio do qual se viabiliza um diálogo mediado com o poder público. A representação que a rádio oferece, através do programa *Rádio Comunidade*, funciona em termos práticos por este emergir como um espaço público de discussão, reivindicações e mecanismo de vigilância da política institucional.

> Seu José: Mas a rádio sempre joga duro no ar "porque isso", "quando vai fazer?" porque é projeto, né? Eles sempre tão falando e cobrando.
>
> D. Marialva: Qualquer um bairro desses tem um esgoto para consertar. Vai na prefeitura hoje e amanhã e nada, aí vai na rádio, a rádio divulga, pede que o prefeito mande alguma pessoa olhar a rua, a rádio joga no ar, manda ir olhar.
>
> Seu João: Apesar de não poder fazer nada pra gente melhor [a rádio], mas anunciar. Anunciar aos políticos pelo menos o tempo da plantação, anunciar pros políticos pra arrumar o recurso pra gente plantar, pra dar cimento, dar uma tapeada na terra, seja o que for pra plantar. (...) Porque quando na agricultura se ganha, tudo bem, mas quando não ganha é prejuízo total. A ajuda boa que ela pode dar é os políticos arrumar cimento, essas coisas, ajudar o agricultor a plantar pra melhorar a região.
>
> (Grupo Focal Adultos)

A dimensão participativa, vista como característica marcante das rádios comunitárias, ganha um destaque no sentido que explora a possibilidade da rádio representar o cidadão enquanto uma instituição que goza de certo reconhecimento social do que propriamente enquanto meio, que propicia uma participação direta. A expectativa deste grupo, portanto, não está voltada a uma participação no nível da produção da mensagem, mas se concentra em uma recepção que participa de modo indireto. No entanto, este nível de recepção acaba pautando a rádio ao propor conteúdos e ao se definir como instância de recepção cuja identificação com a rádio tende a fazer com que esta busque manter esse público cativo. Daí decorre, por exemplo, a percepção por parte do grupo Adultos da valorização que a rádio opera, por meio do *Rádio Comunidade* ao tratar de temas ligados a agricultura e das suas potencialidades. Este fator atesta que esta valorização está alinhada ao projeto identitário de "Fibra e Resistência" que exalta os signos emblemáticos ligados a ruralidade, como o cultivo do sisal, e que por isso exerce um efeito de identificação com o grupo Adultos, cuja vivência foi forjada, em grande parte, neste espaço.

> Basílio: [O *Rádio Comunidade*] valoriza a gente, eu mesmo acho que valoriza muito. Fala muito do agricultor, fala muito da necessidade do

> agricultor também, fala muito das coisas que melhora. E se não melhora porque eu sei que a radio não vai fazer melhorar (...) mas ajuda muito.
> (Grupo Focal Adultos)

O grupo Jovens 2 apresenta uma similaridade com o grupo Adultos em relação ao reconhecimento do papel social e comunitário exercido pela rádio, também nos desdobramentos deste aspecto sobre a definição de uma sociabilidade gerada em parte pelos agendamentos temáticos propiciados pelo programa. Embora estes agendamentos estejam associados consideravelmente ao âmbito rural não há por parte deste grupo, tal como no grupo Adultos, a interpretação de uma ampla valorização do homem do campo realizada pela rádio. O grupo considera que o conteúdo ligado à realidade rural se caracteriza pela exploração de informações de teor mais técnico-operativo, no sentido de orientação laboral.

> João César: Porque [a rádio] ajuda o próprio produtor dando incentivo, vem tudo que merece dando a informação necessária, ajudando o próprio produtor a tirar dúvida, como entrar no mercado, tomar empréstimo, essas coisas. A imprensa vem sim, dando todo apoio a sociedade, a rádio.
> (Grupo Focal Jovens 2)

A ausência de uma interpretação por parte do grupo Jovens 2 que coloque em evidência a valorização identificada pelo grupo Adultos se deve a maior afetividade deste grupo com a rádio. O grupo Jovens 2 interpreta o papel da rádio na comunidade com uma maior criticidade, problematizando aspectos como a parcialidade no tratamento da informação. Esta não é identificada como decorrência de um desvio inevitável dos fatos no recorte da realidade, mas como fruto de um processo de interferências políticas, a partir das quais se torna recorrente a patrimonialização do bem público. A política, institucionalizada também na figura dos movimentos e organizações sociais, tende a ser considerada na maioria das vezes como desvio dos objetivos comunitários da rádio e não como motivadora dos elementos inerentes a esta como o processo de discussão, coletivização das ideias e democratização da informação.

Isto não significa um desconhecimento das características dos veículos de comunicação comunitário, mas o reconhecimento das contradições pelas quais estes também passam, sobretudo quando os interesses pessoais ou de grupos específicos se sobrepõem ao interesse da coletividade, como no caso do alinhamento partidário da rádio com o grupo "Jacu", no pleito em que membros da diretoria da APAEB concorreram a cargos públicos. Ainda assim, não se deixa de se reconhecer a importância que a rádio exerce, e mais especificamente o programa *Rádio Comunidade*, como espaço em que são discutidos temas

que atingem diretamente o cotidiano das pessoas. Esta dimensão, por si só, é reconhecida como o cumprimento dos objetivos da rádio e constituem parte da sua função social.

> Naldeci: Eu escuto a Valente FM, só que muitas vezes eu escuto a *Rádio Comunidade*, eu, na minha opinião, bom, você sabe que a rádio comunitária traz benefícios pra comunidade, trazendo informações. Só que muitas vezes que a gente observa é que quando ele [o programa] vem com política, ele não fala a verdade. Sempre tem assim abrir espaços pra gente ir lá e denunciar. Mas você como locutor, você não poderia tá dando muita trela. Eu ouvia muito, só que eu fui deixando porque eu via muita confusão, porque sempre tem confusão. Um liga pra lá e dá uma opinião e muitas vezes a pessoa não respeita, aí envolve muito a questão da política. Eu acredito muito que a rádio comunitária é da comunidade, não é de nenhum nem de outro, tem que ouvir os dois lados, mas sempre acabam puxando a sardinha pro lado.
>
> João César: O que ela tá dizendo, eu posso falar mais um pouco sobre isso, porque além de eu trabalhar na APAEB eu acompanho a Valente FM desde de quando nasceu. Eu sou um ouvinte número um do *Rádio Comunidade*, e o que pela tendência da APAEB apoiar a rádio, isso aí tá prejudicando muito a emissora. Ela tem o papel fundamental na sociedade tem, mas ela tá tendenciando demais pro lado da APAEB. Isso também pela questão de Ismael [diretor da APAEB] ter sido candidato a prefeito e eu acho que ela tem que fazer o papel social, né? Nem beneficiar nem um nem outro e, sim, continuar como ela fazia que era ajudando a comunidade.
>
> (Grupo Focal Jovens 2)

Um traço ainda problematizado pelo grupo Jovens 2 se refere à natureza da participação devido às implicações políticas que influenciam o trabalho da rádio, como um processo de elaboração coletiva de conteúdos. A participação dos jovens é destacada como requisito relevante para a própria consolidação do caráter comunitário da rádio. No entanto, as falas deixam claro que os níveis de participação, muitas vezes acabam sendo definidos não pelo grau de afinidade ou disposição dos receptores em produzir para a rádio, mas pelas políticas internas da emissora, que, por sua vez, são reverberações das relações com outras instâncias da política institucionalmente organizada em torno dos partidarismos ou dos movimentos sociais. Esta configuração tende a inviabilizar um projeto orientado a criar as condições para a geração da co-responsabilidade, através da qual é engendrado um sentimento de pertença que pode permitir não apenas uma relação de teor afetivo com a rádio, mas que diminui as possibilidades de formação de uma gestão coletiva e participativa (HENRIQUES, 2007).

Percebemos que os níveis de participação elencados por Peruzzo como indicadores de uma política de democratização da informação presentes em instâncias que perpassam a recepção e a produção pode encontrar entraves para a sua materialização, sobretudo quando

sofre interferências políticas, em sua acepção de representação dos interesses de grupos limitados. Algumas falas do grupo Jovens 2 abordam esta questão.

> Carlos: eu acho que a rádio tinha que fazer um programa que envolvesse diretamente a sociedade. Eu já dei uma opinião sobre isso a eles lá, um tema que a população possa participar.
>
> João César: Principalmente os jovens, né? Que tem pouca participação. Que o jovem tenha espaço, que a rádio abra o espaço e que o jovem faça o programa dele.
>
> Naldeci: É porque eu faço parte do projeto Educomunicação, em Coité mesmo. Levei meus alunos pra rádio, eles participam dos programas, bolaram uma vinheta, bolaram uma reportagem que eles fizeram. Aqui a gente não tem isso. Por mais que o MOC peça um oficio pra gente levar lá, não leva. Meus alunos fizeram um programa de rádio e não pode gravar lá, só no estúdio. Então, se eles abrissem o espaço para os jovens tanto para as crianças a gravação poderia seria bem melhor.
>
> (Grupo Focal Jovens 2)

Embora haja o reconhecimento da importância da Valente FM e do programa *Radio Comunidade* no que tange a sociabilidade e a construção dos processos de identidade local e valorização do homem do campo, esse grupo considera que a imagem do semi-árido e do sujeito inserido neste espaço ainda é reconhecida externamente de modo estereotipado. Neste caso as falas são motivadas pelo tratamento da mídia de uma forma geral, sobretudo, aquela que representa uma perspectiva hegemônica, interessada em manter o *status quo*, na qual se torna conveniente e adequada a imagem do nordestino como um "coitado". A refutação desta perspectiva mostra um alinhamento com o projeto identitário de "Fibra e Resistência", amplamente apregoado pelos movimentos sociais – cuja importância é reconhecida nas falas do grupo Jovens 2 – como estratégia de conversão da imagem de miséria e predestinação em potencialidade. Nesse contexto, o sisal representa um elemento simbólico que concentra esta significação e reforça o discurso profético em sobreposição ao mítico-fatalista ainda bastante enfatizado pelo grupo Adultos.

O discurso que acentua as possibilidades do local e enfatiza dentre estas a convivência com o semi-árido encontra no grupo Jovens 2 maior acolhida, mas não significa, no entanto, que se apresenta homogeneamente e livre de ambigüidades. Estas se evidenciam pelo teor residual de um discurso mítico-fatalista que atravessa, com nuances diferentes, as gerações, como constatado nas apropriações de sentidos feitas a partir da mediação religiosidade sobre a convivência com o semi-árido. O teor residual caracterizado por Williams (apud MARTÍN-BARBERO, 2006) como recorrências discursivas das tradições que emergem nos modos

contemporâneos de significar e interpretar os códigos culturais evidencia um dos modos pelos quais as mediações aqui trabalhadas se constituem como processos interdependentes.

> Raimundo: Quando passa, passa logo a imagem da seca e fala que o pessoal tá sofrendo com a seca, mas também como eles resistem essa seca, como eles lutam para sobreviver diante disso.
>
> João César: Na verdade o semi-árido, principalmente, o sisaleiro é visto como o pobre coitado, o pobrezinho, né? Essa imagem aconteceu comigo lá em Dias D'Ávila, eu passei um tempo lá trabalhando, aí teve um rapaz que me perguntou: "Como é que vocês sobrevivem lá, vocês passam fome, né?". Aí eu disse: "Graças a Deus, fome ninguém passa. Porque tem a APAEB, tem o sisal que transforma em produto e dá trabalho pra muita gente, as batedeiras... não é como vocês pensam." Aí ele disse: " Eu vou lá pra ver de perto". Chegou aqui eles viu que não era o que eles pensavam, eles achavam que a gente passava a miséria mesmo, passava fome... Tá melhorando a região nesse sentido.
>
> Aline: Além de ser um povo que tá batalhando e lutando a gente precisa de muito incentivo por parte do governo.
>
> (Grupo Focal Jovens 2)

A expressão "fibra e resistência" sintetiza um posicionamento ideológico inserido em projeto político construído pelos movimentos sociais, cujo entendimento, por parte das pessoas as quais se destina, não necessariamente está orientado para uma convergência de significados. Enquanto para os movimentos sociais a ideia de "fibra e resistência" está ligada ao processo de politização e de enfrentamento na busca por condições de vida mais justas, para os receptores pesquisados está associado também à sua lida com a terra, apesar das adversidades. Sobre a mesma ideia da resistência é gerado um processo cumulativo de significação que reúne os entendimentos de enfrentamento político e de sobrevivência na adversidade. Estes entendimentos são utilizados estrategicamente pelos diversos sujeitos de acordo com suas relações de pertencimento e as variações no grau de adesão aos projetos políticos institucionais. Daí decorre a mobilidade semântica da ideia de resistência que não é aleatória, mas planejada para colocar em evidência sentidos diferentes segundo finalidades especificas e voltadas para o atendimento de interesses distintos, ora pessoais, ora coletivos, ajustados às perspectivas dos movimentos sociais.

> Sirlene: a gente é um povo muito lutador. Falta água, falta chuva, a plantação dá só um pouquinho, mas a gente continua lutando. A gente enfrenta tudo.
>
> Aline: Se der condições para gente ficar na terra, a gente prefere ficar, mesmo com todas as dificuldades.

(Grupo Focal Jovens 2)

> Basílio: a gente já tá acostumado também. Desde quando a gente nasceu, vê coisa boa e coisa ruim também. Então, a gente espera que o governo dê coisa boa, na saúde e na vida da gente. Agora, minha filha, a gente tem que se acostumar com tudo, com tempo ruim e com o tempo bom, agora seria muito melhor se sempre fosse bom. Mas no tempo bom ou no tempo ruim a gente não desiste e fica aqui. É daqui que nós ganha nosso sustento.
>
> (Grupo Focal Adulto)

O grupo Jovens 1 apresenta um deslocamento em relação às percepções sobre diversos temas tratados pelos outros grupos, o que tende, recorrentemente, a enfatizar a mediação geracional como um fator interveniente relevante para justificar esta observação. O primeiro aspecto que chama a atenção aponta para um grau de identificação com a rádio muito menor se comparado com os outros grupos tanto no que se refere aos níveis de audiência quanto na participação mais ativa, como já apontado na fase quantitativa. Os jovens deste grupo relatam que eventualmente participam ligando para a rádio para solicitarem músicas ou para o programa *Rádio Comunidade* para enviarem recados. Não há, no entanto, um reconhecimento do papel da rádio como meio que engendra intensamente uma sociabilidade local.

> Wesley: A rádio passa muita informação sobre Valente.
>
> Sabrina: eu só ouço quando passa as músicas ou só quando passa os signos, o horóscopo quando tá passando programa eu tiro.
>
> Daiane: Eu só gosto da FM pra ouvir as músicas, quando passa aquelas pessoas falando, eu não tenho paciência, vou e desligo.
>
> Ravena: Eu gosto de ligar para mandar alô pro pessoal, já liguei 2 vezes, só que naquele dia, eu ouvi só nessas vezes.
>
> Mariana: eu ouço... aí quando eu vou tomar meu banho, eu ouço, nesse horário tá passando o *Rádio Comunidade*
>
> Sabrina: Por isso que eu escuto mais de manhã, para arrumar a casa, lá pras 10 horas da manhã, 9 e meia, porque nessa hora tá passando música e o horóscopo.
>
> Ravena: quando eu ouço é mais a noite que passa música romântica, música internacional, e o pessoal manda recadinho... (risos)
>
> Alberto: eu tenho que ouvir porque minha mãe escuta todo dia, eu quero ouvir musica e ela manda eu mudar pra escutar o *Rádio Comunidade*. Por mim eu colocava era um DVD nesse horário.
>
> Joseane: Eu acho o programa chato, um bando de gente falando sem parar.

> Wesley: Eu escuto de vez em quando o programa e acho legal. Porque tem notícias da cidade, fala sobre o prefeito, os moradores, acidentes... notícias.
>
> Joseane: Ah! Ninguém merece! Porque às vezes tem acidente, passa comunicado... a maioria das vezes quem escuta é o pessoal da zona rural mesmo que não tem acesso.
>
> (Grupo Focal Jovens 1)

Tampouco se reconhece, por parte destes jovens, o papel da rádio como potencial instrumento de mobilização social e política. Neste sentido, a rádio funciona para este grupo muito mais como uma fonte de entretenimento ou informação que compõe uma espécie de "pano de fundo" das atividades cotidianas do que propriamente como um instrumento que pode ser revestido de teor político.

Enquanto fonte de entretenimento a rádio também perde espaço para estes jovens, pois sequer figura como meio de comunicação que está em condições de competir com as novas tecnologias da comunicação e da informação, cujas potencialidades permitem uma maior fluxo informativo, referente a quantidade de conteúdo e a celeridade de transmissão, além da interatividade que possibilita níveis de participação que permitem a produção, apropriação, personalização e distribuição dos conteúdos. Muitos destes jovens inserem-se em um contexto de crescente despolitização, ou seja, de desconhecimento da política em seu sentido *lato*, para além da sua dimensão partidária, fortemente evidenciada pela crescente espetacularização promovida pela mídia ao abordar o campo político. Daí decorre o não reconhecimento das possibilidades de formação e ampliação do espaço público via meios de comunicação como o rádio.

> Daiane: assim, o pessoal acha chato porque os adolescentes só querem saber de musica, né? E antigamente quando não tinha TV, nem Internet, tinha que ouvir rádio mesmo.
>
> Sabrina: aí como tem Internet, você escolhe o que você quer ouvir na *net*, né? Aí, ao invés de ouvir radio, ouve na *net* e no *ipod*.
>
> (Grupo Focal Jovens 1)

Este fator, bem como o desconhecimento da existência e atuação dos movimentos sociais não tem motivação apenas de posicionamento político, pois muitos dos jovens ignoram este aspecto como mediação para a leitura do ambiente no qual se inserem, dada a pouca maturidade que a idade da maioria os confere. Na verdade, esta observação sugere uma pista para uma oposição construída em torno da mediação da proveniência. Como os movimentos sociais e vários conteúdos veiculados pela rádio operam um discurso de

identificação baseado em signos que remontam a ruralidade, os jovens afirmam não se sentirem atraídos ou representados pela programação, uma vez que os assuntos discutidos valorizam um ambiente que não corresponde às pretensões de sociabilidade almejada por estes.

> Wesley: Eu conheço o sindicato dos trabalhadores rurais, que visa o trabalho do povo da zona rural, que apóia, só isso.
>
> Sabrina: Conheço a APAEB, sei que é coisa do sisal, que faz bolsas, tamanco, tapete...
>
> (Grupo Focal Jovens 1)

Percebemos, portanto, um desalinhamento deste grupo em relação às percepções do grupo Adultos e Jovens 2 quanto ao projeto político-identitário de "Fibra e Resistência". Não há por parte dos membros do grupo Jovens 1 uma preocupação de teor político sobre a construção da imagem do homem do campo ou da própria região do sisal, como espaço no qual são debatidas e viabilizadas políticas públicas voltadas para convivência com o semi-árido e para a fixação do homem à terra.

> Joseane: Eu acho que o programa fala muito das coisas da roça, do povo da roça, fala de coisas da cidade também, mas é bem mais os assuntos da roça. Aí uma pessoa de fora que ouve pensa que aqui só tem gente da roça.
>
> (Grupo Focal Jovens 1)

O *Rádio Comunidade* ainda é classificado pela maioria dos jovens deste grupo como um programa destinado prioritariamente aos adultos, o que constituiria a ausência de traços como a ludicidade, o entretenimento e a leveza. Este fator traz a tona um conflito eminentemente de ordem geracional, uma vez que estes jovens afirmam se identificar mais com a programação musical da rádio em oposição ao perfil noticioso do *Rádio Comunidade*.

> Fábio: e também o programa é mais pros mais velhos, que gostam mais de notícias. A gente gosta de notícia, mas o jeito do programa é mais pro mais velho mesmo.
>
> Mariana: eu acho, porque às vezes tem as parte das músicas que os jovens gostam e das notícias que os adultos gostam. Cada um gosta de alguma coisa.
>
> Ravena: Tem pessoas que liga pra rádio pra falar que tá faltando água no bairro, às vezes demora pra passar. Fica uma vida toda naquilo.

> Joseane: A gente gosta de notícia também, mais aí a gente vai na televisão na Internet, no "Calila Notícias" que dá noticias daqui é mais rápido.
> (Grupo Focal Jovens 1)

Há por parte dos grupos o reconhecimento, com ênfases distintas, dos elementos que compõem uma identidade local enquanto decorrência também de um projeto político ligado aos movimentos sociais. O grupo Adultos orientado prioritariamente pela mediação proveniência e pelo fator da ocupação como agricultor se caracteriza como público ao qual se destinam em grande parte não só as políticas públicas de convivência com o semi-árido, mas os discursos produzidos pelas instituições ligadas a este projeto. Há, por isso, um reconhecimento e identificação com os elementos ligados à ruralidade, como espaço simbólico de distinção e como lugar em que se articulam os traços pertencentes às mediações geracionais, da religiosidade e da proveniência. O grupo Adultos ainda prioriza em alguns momentos uma interpretação de base mítico-fatalista para a explicação das condições de vida local, ressaltando o discurso da providência.

O grupo Jovens 2 se configura como o lugar de uma produção discursiva por meio da qual se expressam as ambigüidades e dispersões características do efeito residual nas formas de gerar uma compreensão sobre a identidade local. O grupo reconhece a relevância dos discursos representativos dos movimentos sociais e das políticas públicas institucionais como instrumento de valorização da cultura do homem do campo e como estratégia de reafirmação das potencialidades do lugar, ratificando as possibilidades de convivência com o semi-árido. Concomitantemente, no entanto, recorre ao discurso centrado na ideia de uma predestinação natural do lugar como espaço de sofrimento, restando ao homem uma postura de resignação.

O grupo Jovens 1, por sua vez, não reconhece uma co-relação direta entre os movimentos sociais e o papel das políticas públicas na definição de uma identidade local. A construção desta, para este grupo, se define de modo limitado pela existência do sisal como elemento especial, mas não como elemento simbólico relacionado a convergência de um projeto político para a identidade. As mediações geracionais e de proveniência exercem neste grupo um fator interveniente relevante para percebermos as oposições de sentido, sobretudo no que diz respeito à despolitização enquanto desconhecimento das implicações de âmbito político sobre a região.

Do ponto de vista do processo comunicativo, utilizando as mediações propostas por Martín-Barbero (1995 e 2006), a cotidianidade, a competência cultural e a heterogeneidade de temporalidades estão presentes no processo de apropriação do projeto político-identitário de "Fibra e Resistência". A cotidianidade, materializada no espaço social de proveniência dos

sujeitos pesquisados, expressa a dinâmica empreendida na zona urbana e na zona rural, enquanto espaço do cotidiano vivido, propiciando a compreensão do ganho de significado e de densidade na percepção desses sujeitos. A competência cultural, representada pela vivência cultural adquiridas no cotidiano, é sobretudo expressada na religiosidade e na relação com a rádio Valente FM. A religiosidade, atravessa as diferentes gerações e alimenta os imaginários dos sujeitos, fazendo conviver formações culturais arcaicas, residuais e emergentes, modulando a produção de sentidos. A relação com a rádio Valente FM se constitui numa competência comunicativa, uma vez que depende do reconhecimento pelos públicos aos quais se dirige. É através dessa competência que os gêneros jornalístico e musical se apresentam como uma *estratégia de comunicabilidade,* que marca o acesso e os usos que organizam e se fazem reconhecíveis para diferentes gerações.

A heterogeneidade de temporalidades demarca com mais força a organização perceptiva dos receptores da Valente FM. Essas diferentes temporalidades se fazem visíveis a partir e através das gerações, que vivenciam a experiência cotidiana perpassadas por diversas trajetórias de sentido. Os tempos presentes na composição das gerações ativam competências culturais que organizam a produção de sentidos. As análises do processo receptivo realizadas neste estudo mostram que a mediação geracional atravessa a religiosidade, a proveniência e a relação com a rádio. A geração adulta possui uma relação ainda transcedente com o discurso religioso, enquanto a geração Jovens 2 estabelece uma relação ambígua que oscila entre o transcendente e o crítico-contestador. A proveniência também sofre interferência da mediação geracional. É no grupo dos mais jovens que a distinção valorativa entre o rural e o urbano se impõe nos usos e apropriações dos elementos identitários. A relação com a rádio também é pautada pela geração que estimula um processo de retroalimentação comunicativo: A geração influencia na relação do público com a rádio; por seu turno, esta relação também influencia a produção (pauta a rádio) e a percepção por parte desses sujeitos dos conteúdos veiculados pela emissora. Podemos afirmar então que a articulação destas mediações neste processo operativo confirma a compreensão trazida pelos Estudos Culturais de entender a recepção não como uma etapa, mas como um processo.

Considerações Finais

O Território do Sisal foi a embarcação escolhida para navegar nas águas da perspectiva das mediações no terreno dos estudos de recepção. Essa caminhada buscou investigar a recepção radiofônica realizada pela comunidade local, não envolvida diretamente com os movimentos sociais, do projeto político-identitário de "Fibra e Resistência" difundido pela rádio comunitária Valente FM, mais especificamente pelo programa *Rádio Comunidade*.

O projeto político-identitário de "Fibra e Resistência" é construído com o objetivo de produzir alternativas que melhorem a condição de vida do homem do campo e, assim, viabilizem sua fixação, bem como venham a subsidiar a definição de políticas públicas para essa região. Para cumprir tal objetivo era necessário que a comunidade local rompesse com as bases de opressão e expropriação que constituíram a região. Essas bases estão consolidadas no imaginário de vitimização, que historicamente foi alimentado por práticas e discursos que incessantemente repetem os estereótipos de povo sofrido, resignado e castigado pelas secas.

A sociedade civil, aliada às práticas de convivência com o semi-árido, inicia uma produção discursiva que positiva os estigmas imputados à região e reafirma um compromisso com um projeto de emancipação, numa tentativa de instaurar uma comunidade imaginada do sisal. Nessa produção discursiva a experiência das lutas dos movimentos sociais é eleita como elemento de pertença comunitária, adotando a ideia de povo lutador e resistente como emblemas de uma identidade estratégica.

O projeto político-identitário não está livre de contradições e precisa ser constantemente legitimado e reafirmado pelos atores que o representa e o utiliza estrategicamente. Esta dinâmica de legitimação e reafirmação é realizada, especialmente, pela comunicação comunitária que se constitui como um eixo prioritário nesse projeto. Através da comunicação é materializada a circulação dos investimentos simbólicos e políticos recebidos pelos elementos que irão constituir a emblematicidade da narrativa identitária de "Fibra e Resistência" conferindo a esta o status de relevante referência cultural.

Nesse sentido, a rádio Valente FM, especificamente o programa jornalístico *Rádio Comunidade*, a partir da sua produção simbólica inserida no cotidiano da comunidade, e considerando as complexidades e contradições envolvidas no fazer comunicacional comunitário, contribui na potencialização das energias que propiciam a mobilização social e nos processos de *desindentifcação* e identificação e sentimento de pertencimento. Este estudo demonstrou que

esses processos relacionados ao projeto político-identitário de "Fibra e Resistência" publicizados na rádio Valente FM nos grupos pesquisados estão vinculados às associações produzidas pelas mediações geração, procedência, religiosidade e da própria relação estabelecida com a rádio, que também sofre influencias destas mediações.

As produções de sentido circunscritas a imagem do Sisal como elemento representativo da região tem na geração e na proveniência fatores intervenientes, com incisiva influencia da proveniência no grupo dos mais jovens. Enquanto Adultos e Jovens 2 (21 a 40 anos) concordam no reconhecimento da representatividade do Sisal por motivos econômicos e históricos, os jovens de até 20 anos divergem nos sentidos atribuídos a essa representação em função da proveniência rural ou urbana que possuem. As ressemantizações produzidas em torno dos discursos de convivência com o semi-árido são estruturadas pela associação das mediações geração e religiosidade. Esta, de forma residual, também se combina com a proveniência no grupo de jovens de até 20 anos.

A associação da mediação geração e religiosidade também estruturam a interpretação da migração pelos Adultos. Se nas gerações mais velhas a migração é vista como uma fatalidade (visão mítico-determinista) e como algo inevitável para os jovens que desejam melhores condições de vida, na geração mais jovem a migração é interpretada como um desejo, uma aspiração de consumo de bens citadinos, independentemente da proveniência desses jovens. Não foi observada a influência da religiosidade nos sentidos produzidos sobre a migração por esta geração.

A relação com a rádio é marcada pelas referências geracionais e pela proveniência dos ouvintes. A geração dos Adultos, devido a sua vivência rural, apresenta uma relação mais estreita com a emissora, reconhecendo nesta um papel social e comunitário, especialmente na valorização do homem do campo. Essa relação predispõe que esta geração atribua sentidos à identidade mais alinhados com o projeto da sociedade civil. A geração Jovens 2 estabelece uma relação de maior criticidade com a rádio. Reconhecem sua importância para a comunidade, mas apontam as contradições e conflitos apresentados por uma emissora de desenho comunitário, como o posicionamento político-partidário e a pouca participação dos jovens na programação da emissora. Esses fatores predispõem esta geração a ter posturas negociadas e ambivalentes na interpretação dada ao conteúdo da rádio.

Os sentidos produzidos pelo grupo dos mais jovens apresentam um desalinhamento com a proposta da rádio. Esta geração não atribui à rádio algum papel social ou de mobilização política. A relação estabelecida com a rádio é de fonte secundária de entretenimento, devido à afinidade com as novas tecnologias de comunicação característico dessa geração. A

desidentificação desenvolvida por esta geração está respaldada ainda, e, sobretudo, na predileção da rádio por temáticas ligadas a símbolos rurais, nos quais esta geração tenciona se afastar. Estes jovens não se sentem público da rádio, e especialmente do *Rádio Comunidade*, seja pela estratégia de comunicabilidade adotada, seja pelas temáticas tratadas. Sendo assim, a relação desta geração com a rádio reforça uma predisposição de negação ao projeto político-identitário de "Fibra e Resistência".

A concepção construída por todos os grupos em torno da ideia de região/Território do Sisal e de sua caracterização como política pública demonstra o desconhecimento por parte destes da articulação desses elementos como um projeto político. Os grupos citam ações/demandas que são importantes para o desenvolvimento territorial, mas as vê como atos isolados, não as reconhecendo como uma concertação institucional planejada. Este dado se revela bastante significativo, uma vez que, denota o desconhecimento da concepção de projeto calçado na ideia de território proposto para este lugar. A nosso ver esta situação é propiciada pela dissonância entre a prioridade que a comunicação assume nos discursos das instituições sociais envolvidas nesse projeto e o efetivo desenvolvimento de ações e práticas comunicacionais. Tal descompasso evidencia os obstáculos na implementação das políticas de comunicação do PTDRS, dificultando a mobilização social e a geração de vínculos co-responsáveis de pertença na comunidade local (HENRIQUES, 2007).

A análise da recepção radiofônica empreendida aqui, considerando as mediações que são acionadas no processo comunicativo, contribui para levantar outra questão significativa à implementação do projeto identitário como proposta de emancipação, voltada ao desenvolvimento territorial: a necessidade de conciliar os anseios da juventude local, que deseja uma vivência citadina, com o projeto de desenvolvimento regional a partir da valorização dos elementos do campo. A estratégia essencialista identitária utilizada por esse projeto não contempla as demandas dessa geração, o que ocasiona uma *desidentificação* com o mesmo, o que, a nosso ver, torna-se crucial a rearticulação do projeto identitário (BUTLER, 2001).

A cartografia apresentada neste trabalho revela que a produção de sentidos identitários por parte da comunidade local pesquisada encontra na mediação geração seu aspecto mais estruturante. A proveniência tem uma interferência bem particular na atribuição de sentidos aos emblemas identitários do projeto por parte da geração mais jovem, enquanto a religiosidade representa um condicionante mais presente nas elaborações da geração Adultos e Jovens 2. É preciso ressaltar que as cartas produzidas a partir desta pesquisa têm caráter provisório e circunscrito, uma vez que, pela própria dinâmica da recepção, em outro

momento, por outras técnicas ou mesmo por outros sujeitos, outras mediações podem se revelar como estruturadoras dos sentidos, desvendando diferentes travessias para os possíveis viajantes.

Ao fim dessa travessia que se fez por *terra* e principalmente por *água,* lanço mão da terceira perna clariceana, aquela que se planta no chão, mas na esperança de, pouco a pouco, encontrar novos mapas que direcionem para novas viagens, seja por *terra*, *água*, *ar* ou *fogo*.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.* Revista Economia Aplicada. Volume 4, n° 2, abril/junho 2000.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 3ª ed. São Paulo/Recife: Cortez/FJN/Massangana, 2006.

ALVES, Maria Odete; SANTIAGO, Eduardo Girão; LIMA, Antonio Renan Moreira. *Diagnóstico socioeconômico do setor sisaleiro do Nordeste brasileiro*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

AMARC ALC e INTERCONEXIONES. *El Cantar de las hormigas*. Producción periodística en las rádios comunitárias. Buenos Aires: AMARC-ALC e Interconexiones, 2006.

AMARC. *Site.* In: http://brasil.amarc.org/quemsomos.php. Acesso em 21 de julho de 2010.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ARAÚJO, Aline de Oliveira. *Cultura e rádio*: desterritorialização, global e local na programação musical da Valente FM. Conceição do Coité, Universidade do Estado da Bahia, 2009 (Monografia de graduação).

ARBEX JR., José. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In. MORAES, Denis (Org.) *Por uma outra comunicação:* Mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2003.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA VALENTE. *Ata da assembléia geral extraordinária da rádio comunitária Valente FM*. Valente, 1999.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA VALENTE. *Ata da assembléia geral extraordinária da rádio comunitária Valente FM*. Valente, 2009.

BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos* – Ensaio sobre a imaginação da matéria. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo, Martíns Fontes, 2002.

BAHIA, Lílian. *Panorama atual das rádios comunitárias no Brasil*. In: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1107-1.pdf . Acesso em 08 de outubro de 2009.

BELLONI, Maria Luiza. A espetacularização da política e a educação para a cidadania. In: *Revista Perspectiva,* nº 24, Florianópolis, CED/UFSC - julho e dezembro de 1995.

BHABHA, Homi. *O Local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. Coleção Humanitas.

BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *Além dos meios e mensagens*: Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Decreto 2. 615, de 03 de junho de 1998. *Diário Oficial da União, Brasília, DF,* 04 jun 1998.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o serviço de radiodifusão comunitária e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 fev. 1998.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". In: Louro, Guacira (org.). *O corpo educado* – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos*: Conflitos multiculturais da globalização. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000 (Ensaios Latino-americanos, 1).

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade.* São Paulo: Paz & Terra, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano:* 1. artes de fazer. 14. ed. Tradução de Efhraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CODES. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal*. Valente: CODES, 2008.

COELHO NETO, Armando. *Rádio comunitária* - direito de antena: o espectro eletromagnético como um bem difuso. São Paulo: Ícone, 2002.

COGO, Denise Maria. *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton *et. Al.* (org.) *Território: Globalização e Fragmentação*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil platôs.* Capitalismo e esquizofrenia. (Vol. 5). São Paulo: Editora 34, 1997.

DIAS, Renata de Souza. Tematização e Circulação de enunciados em mídias radicais, de organização e informativas pelos movimentos de resistência global. IN: FERREIRA, Jairo e VIZER, Eduardo. *Mídia e Movimentos Sociais: linguagens e coletivos em ação*. São Paulo: Paulus, 2007.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais* – Uma versão latinoamericana – ed. on-line – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERRARETTO, Luiz Artur. *Rádio:* o veículo, a história e a técnica. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FILHO, Waldélio Almeida de Oliveira. A política articulada de desenvolvimento territorial rural implementada no Estado da Bahia: uma análise descritiva. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Desenvolvimento regional: análises do Nordeste e da Bahia*. Salvador: SEI, 2006. (série estudos e pesquisas, 73)

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4ª ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GAIGER, Luiz Inácio. Entre as Razões de Crer e a Crença na Razão: mobilização coletiva e mudança cultural no campesinato meridional. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, n° 27, Ano 10, fev. 1995.

GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse lo movimeientos identitários Un extreño dilema In: Mérida, Rafael. *Sexualidades Transgressoras*. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icária editorial, 2002.

GOMES, Itania Maria Mota. *Efeito e Recepção*: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2004.

GOMES, Wilson. Esfera pública Política e Comunicação em Mudança Estrutural da Esfera Pública de Jürgen Habermas. IN: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e Democracia*: Problemas e Perspectivas. São Paulo: Paulus, 2006.

GUTIÉRREZ, Hernán. *Cómo incidir en La opinión pública*. Aler, Quito, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. vol. I. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler, Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro, 1997.

HAESBAERT COSTA, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste***.** Niterói: EDUF, 1997.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2007.

HALL, Stuart. D*a Diáspora: identidades e Mediações Culturais.* Organização Liv Sovik. Trad. Adelaine Resende... (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília, 2000.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org.) *Comunicação e estratégias de mobilização social.* 2ª edição. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

HOBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*: programa, mito e realidade. Rio de janeiro: Paz e terra, 1990.

IDRSISAL, Instituto de desenvolvimento da região do Sisal. *Homepage*. Disponível em idrsisal.org.br. Acesso dia 21 de fevereiro de 2009.

JACKS, Nilda. *Querência: cultura regional como mediação simbólica* – um estudo de recepção. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1999.

KAPLÚN, Mario. Processos educativos e canais de comunicação. *Comunicação & Educação*. São Paulo: CCA-ECA-USP/ Moderna, N. [14]: jan./abr. 1999.

KUNSCH, Margarida Krohling; KUNSCH, Waldemar. *Relações Públicas Comunitárias*: a comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

LIMA, Venício A. de & LOPES, Cristiano A. *Rádios Comunitárias*: Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999 – 2004): As autorizações de emissoras como moeda de barganha política. Observatório d imprensa/PROJOR, 2007.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo**.** *Rádio dos pobres*: estudo sobre comunicação de massa, ideologia e marginalidade social. São Paulo: Loyola, 1988.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo; BORELLI, Silvia Helena Simões; RESENDE, Vera da Rocha. *Vivendo a telenovela:* mediações, recepção e teleficcionalidade. São Paulo: Summus, 2002.

MARQUES, Ângela e ROCHA, Simone Maria. *A produção de sentidos em contexto de recepção:* em foco o grupo focal. Revista Fronteira (UNISINOS), v. 8, p. 38-53, 2006.

MARTÍN- BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: o estudo de recepção em comunicação social. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARTÍN- BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*: Comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MATOS, Heloiza. *Capital Social e comunicação: interfaces e articulações*. São Paulo: Summus, 2009.

MINISTÉRIO do DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Homepage*. Disponível em: www.mda.gov.br/sdt. Acessado em julho de 2008.

MINISTÉRIO do TRABALHO E EMPREGO. *Homepage*. Disponível em: www.mte.gov.br/fundacentro. Acessado em janeiro de 2011.

MOC. *Como está a comunicação nas organizações sociais?* Uma breve análise da comunicação institucional de 15 organizações sociais da Região Sisaleira. Feira de Santana: Programa de Comunicação do MOC, 2006.

MOC. *Homepage*. Disponível em: www.moc.org.br. Acesso em julho-dezembro 2008 e janeiro-fevereiro 2009.

MOC. *Trilhando caminhos para a convivência com o semi-árido*. Relatório de atividades. Feira de Santana: MOC, 2006.

MOREIRA, Gislene. *Identidade de fibra e resistência*: os caminhos da comunicação no desenvolvimento do Território do Sisal. Salvador, Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, 2007, 185p. (Dissertação de mestrado).

NÓBREGA, Lídia. *CEBs e Educação Popular*. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Vanilson de. *Conceição do Coité e os sertões dos Tocós*. Conceição do Coité: Clip Serviços Gráficos, 2001.

PEREIRA Jr., Alfredo Eurico Vizeu. *Decidindo o que é noticia*: os bastidores do telejornalismo. 2ª Ed., Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania. *PCLA – Revista do Pensamento Comunicacional Latino Americano*, São Bernardo do Campo, SP, v. 4, n. 1, out./nov./dec. 2002. Disponível em: http://www2.metodista.br//unesco/PCLA/revista13/revista13.htm>. Acesso em: 16 out. 2006.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. Mídia Local e suas Interfaces com a Mídia Comunitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24, Belo Horizonte, MG. *Anais do 26*. São Paulo: Intercom, 2003.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. *Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil.* Congresso da INTERCOM – Recife (PE), 1998.

RAMOS, Alba Regina Neves; NASCIMENTO, Antônio Dias. *Características culturais. Resgatando a infância. A Trajetória do PETI na Bahia***.** Salvador: MOC/OIT/UNICEF, 2001.

RESENDE, Fernando. *Ausências na Comunicação Social e no Jornalismo – a lógica da rua.* Coimbra: Centro de Estudos Sociais/ Universidade de Coimbra, Oficina 197 / Nov 2003. Disponível em: HTTP://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/197/197.pdf. Acesso em 10 de março de 2010.

RIOS, Iara Nancy Araújo. *Nossa Senhora da Conceição do Coité*: Poder e política no século XIX. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia, 2003.

RONSINI, Veneza. *Cotidiano rural e recepção da televisão*: o caso Três Barras. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande S Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do caráter*: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2007.

SEPLANTEC. *Índice de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos*. Salvador: SEPLANTEC, 2002.

SILVA, S. C. B. M., SILVA, B. N. Reinventando o território: tradição e mudança na região do sisal – Bahia. In: SILVA, Sylvio. *Estudos sobre globalização, território e Bahia.* 2 ed. Salvador: UFBA. Mestrado em Geografia, 2006.

SPIVAK, Gayatri. Puede hablar lo subalterno? *Revista Colombiana de Antropologia*, volumen 39, dezembro- janeiro, 2003.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia* . Salvador: Correio da Bahia, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O Local e o Global* – Limites e Desafios da Participação Cidadã. São Paulo: Cortez, 2000.

TORO, J. B; WERNECK, Nísia Maria. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1996.

VIGIL, José Ignácio Lopez. *Manual urgente para radialistas apaixonados.* São Paulo: Paulinas, 2003.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. Religião e racionalidade econômica. In: Conh, Gabriel. *Weber*. São Paulo: Ática, 1999. (coleção grandes cientistas sociais)

WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. 2ª Ed. São Paulo: Martíns Fontes, 2005.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2007.

ZAMIM, Ângela Maria. A *discursivização do local-fronteira no jornalismo: estudo de caso de programas jornalísticos em rádios comunitárias*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de pós-graduação em Ciências da comunicação, 2008, 211p. (Dissertação de mestrado).

APÊNDICE A- Transcrição do *Rádio Comunidade*

Rádio Comunidade 05/05/2009 Início 12:09h

Abertura/Apresentação dos locutores

Leitura das manchetes dos principais jornais
Folha de São Paulo
Estado de São Paulo
O Globo
Jornal do Brasil
Correio Brasiliense
Jornal de Minas
Zero Hora
A Tarde
Correio da Bahia
Extra

Data- Horário- Previsão do tempo – Fases da Lua

Leitura das manchetes do programa
Destaque Local
-Começa a 2ª Feira de Agricultura Familiar
- Justiça manda soltar os irmãos Damião, Adaltino e Daniel
-Moradores reclamam de descaso nas casas populares
-Promotor de Valente tem casa arrombada
-Balanço policial do Coité Folia
Destaque Nacional
- Construção de casas anima setor de infra-estrutura
-STE cancela título de eleitor o todo o país
Destaque internacional
- OMS destaca: número de casos da gripe suína sobe
Alô para ouvintes
- Polícia Militar divulga balanço do Coité Folia
Apoio cultural de 7'
-Avisos: Dias das mães: programação do Conselho de moradores de Cidade Nova
- Reportagem da radioweb: Construção de casas anima setor de infra-estrutura
-Programação Esporte de Bar
-Casa do promotor foi arrombada (análise da segurança da cidade e crítica ao governo municipal)
Apoio cultural
- Cobertura da Feira de agricultura Familiar (critica ao governo municipal)
Apoio Cultural
-Visita dos vereadores a casas populares (reportagem extensa)
Apoio cultural
-Justiça manda soltar os irmãos Damião, Adaltino e Daniel (crítica ao judiciário de Valente)
-mensagem do dia
<u>Encerramento 13:15h</u>

APÊNDICE A- Transcrição do *Rádio Comunidade*

Rádio Comunidade 29/04/09 Início 12:07h

Abertura/Apresentação dos locutores

Leitura das manchetes dos principais jornais
Folha de São Paulo
Estado de São Paulo
O Globo
Jornal do Brasil
Correio Brasiliense
Jornal de Minas
Zero Hora
A Tarde
Correio da Bahia
Extra

Data- Horário- Previsão do tempo – Fases da Lua

Leitura das manchetes do programa
Destaque Local
-Agentes de combate à Dengue em greve em Valente
Destaque regional
- Plano contra a gripe suína entra em ação na Bahia
-Marcha da União de prefeitos da Bahia reúne 2.000 pessoas
-Polícia terá apenas 2 agentes durante o Coité Folia
-Municípios baianos receberão dinheiro a mais em investimentos
Destaque Nacional
- Brasil receberá remédios para a gripe suína
- Investimentos para a saúde da Mulher
Divulgação do telefone/incentivo à participação dos ouvintes
- Plano contra a gripe suína entra em ação na Bahia
Apoio cultural de 7'
-Enem: escolas da Bahia estão entre as piores, entre elas está a de Tucano e Quinjique
-Participação ao vivo de ouvinte falando da programação do esporte do bairro
- Investimentos para a saúde da Mulher
-Megasena acumulou
Apoio cultural
- Brasil receberá remédios para a gripe suína
Apoio Cultural
Agentes de combate à Dengue em greve em Valente (forte critica e pressão non secretário de saúde)
Marcha da União de prefeitos da Bahia reúne 2.000 pessoas
Apoio cultural
- mensagem do dia
Encerramento 13:10h